

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

MARINA MIRANDA FABRIS ZAVAGLIA

**“NASCIDA PARA SERVIR”: EXPERIÊNCIA VIVIDA POR MULHERES-MÃES
QUE TRABALHAM COMO BABÁS**

CAMPINAS

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

MARINA MIRANDA FABRIS ZAVAGLIA

**“NASCIDA PARA SERVIR”: EXPERIÊNCIA VIVIDA POR MULHERES-MÃES
QUE TRABALHAM COMO BABÁS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Escola de Ciências da Vida, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Mara Marques Granato

CAMPINAS

2024

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Zavaglia, Marina Miranda Fabris

Zundefined" "Nascida para servir": experiência vivida por mulheres-
mães que trabalham como babás / Marina Miranda
Fabris Zavaglia. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.

223 f.

Orientador: Tânia Mara Marques Granato.

Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade
Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação Stricto
Sensu em Psicologia, Escola de Ciências da Vida, Pontifícia
Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024.
Inclui bibliografia.

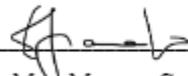
1. Maternidade. 2. Trabalho. 3. Método Psicanalítico. I.
Granato, Tânia Mara Marques. II. Pontifícia Universidade
Católica de Campinas. Escola de Ciências da Vida. Pontifícia
Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-
Graduação Stricto Sensu em Psicologia. III. Título.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS DA VIDA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM PSICOLOGIA

MARINA MIRANDA FABRIS ZAVAGLIA

“NASCIDA PARA SERVIR”: EXPERIÊNCIA VIVIDA POR MULHERES-
MÃES QUE TRABALHAM COMO BABÁS

Tese defendida e aprovada em 13 de junho de 2024 pela Comissão Examinadora



Profa. Dra. Tânia Mara Marques Granato

Orientadora da Tese e Presidente da Comissão Examinadora

Pontificia Universidade Católica de Campinas (PUC-
Campinas)



Profa. Dra. Vera Engler Cury

Pontificia Universidade Católica de Campinas (PUC-
Campinas)



Profa. Dra. Vera Lúcia Trevisan de Souza

Pontificia Universidade Católica de Campinas (PUC-
Campinas)



Profa. Livre Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg

Universidade de São Paulo (USP)

 Documento assinado digitalmente
MILENA DA ROSA SILVA
Data: 15/06/2024 15:21:37-0300
Verifique em: <https://validar.br.gov.br>

Profa. Dra. Milena da Rosa Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Agradecimentos

Tem os que passam
e tudo se passa
com passos já passados

tem os que partem
da pedra ao vidro
deixam tudo partido

e tem, ainda bem,
os que deixam
a vaga impressão
de ter ficado

Tem os que passam (Alice Ruiz)

Agradeço à minha mãe, Rosemeire, pelo cuidado, pelo colo sempre disponível, pelo afeto, pela companhia em todos os momentos da minha vida, pela paz que me transmite... por ser como é!

Agradeço ao meu pai, Humberto, meu porto seguro! Retaguarda sempre presente! Obrigada pelo amor e apoio devotado, pelo estímulo ao crescimento, por me acompanhar na realização de sonhos!

Agradeço à tia Ninha, minha mãe preta! Pela presença humana, pelo carinho que sempre me dispensou... por ter claramente me adotado como filha, acompanhando-me há 37 anos!

Agradeço ao meu irmão, Thales, pela proximidade afetiva, pela proteção e pela torcida constante!

Agradeço ao meu companheiro de vida, Daniel, pelo apoio com o nosso bem mais precioso, nossa filha, especialmente na etapa de conclusão desse ciclo acadêmico. Foi desafiador, reconhecemos, mas também bonito ver o quanto esse processo nos fez bem e um verdadeiro par!

Agradeço à minha doce filha, Nina! Por todos os beijinhos e abraços, por ser presença iluminada em meus dias, por dar sentido especial à minha existência e por me motivar a ajudar

a fazer do mundo um lugar mais humano! Obrigada por me mostrar todos os dias como é absolutamente gratificante cuidar de alguém...

Agradeço aos meus sobrinhos, Enzo, Lara, Lorena, Helena, Júlio, Antonella e Felippo por colorirem a minha vida.

Agradeço às minhas cunhadas, que são como irmãs, especialmente à querida Rita, que generosamente me ajudou a contatar a maior parte das participantes deste estudo.

Agradeço às babás que compartilharam comigo suas histórias de vida, marcadas pela dor e pelo amor!

Agradeço imensamente às minhas mães acadêmicas, Professora Doutora Tânia Mara Marques Granato e Professora Livre Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg pela generosidade na partilha de conhecimento e pela presença afetiva, respeitosa e inspiradora em meu percurso acadêmico. Sou tão feliz pelo nosso encontro!

Agradeço aos meus queridos colegas do grupo de pesquisa, em especial a Débora e a Tomiris, pela companhia, pelas trocas, pelo apoio do início ao fim desse processo. Amizades que desejo cultivar!

Agradeço à Profa. Vera Cury pela humanidade e pelo comprometimento com a formação qualificada de mestres e doutores.

Agradeço à Secretaria da Pós-Graduação em Psicologia da PUC Campinas pelo carinho e pela atenção no auxílio às demandas burocráticas que envolvem o curso.

Agradeço à minha Banca de Qualificação do Doutorado na figura da Professora Doutora Sueli Gallo-Belluzzo e do Professor Doutor João Messias, pelas ricas contribuições ao meu estudo.

Agradeço à minha Banca de Defesa, composta pelas queridas Professoras Doutoradas Vera Engler Cury, Vera Lúcia Trevisan de Souza, Milena da Rosa Silva e pela Professora Livre

Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg. Grata pelo cuidado e leitura atenta desta tese, pelas críticas construtivas, pela arguição respeitosa e afetuosa.

O presente trabalho foi realizado com apoio de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo compreender a experiência vivida por mulheres-mães-babás em sua tarefa cotidiana de conjugar o trabalho do cuidado infantil nas esferas pessoal e profissional. Justifica-se como produção de conhecimento relevante, inserida em um conjunto de pesquisas atuais que abordam o tema da maternidade e do sofrimento feminino. Diante da inserção de mulheres de classe média e alta no mercado de trabalho, a delegação do cuidado de crianças às babás reedita uma das possibilidades de organização da demanda do cuidado no contexto brasileiro, marcado pela desigualdade social. Organiza-se como pesquisa qualitativa com método psicanalítico, realizada por meio de entrevistas individuais com doze babás, as quais foram mediadas pelo uso do recurso dialógico denominado “Narrativa Interativa Gráfica” (NIG). A partir deste recurso, buscamos conhecer as histórias de vida das participantes, considerando o imbricamento de opressões em torno de questões de gênero, raça e classe social, bem como as ressonâncias emocionais que o exercício do cuidado infantil como trabalho remunerado produz sobre a experiência de maternidade das babás e vice-versa. O material de pesquisa é composto pelas histórias produzidas pelas babás a partir da NIG, além das narrativas transferenciais elaboradas pela pesquisadora. Em um trabalho conjunto com o Grupo de Pesquisa, esse material narrativo foi interpretado em termos da produção de um campo de sentido-afetivo emocional, que intitulamos “Nascida para servir”, e seus dois subcampos, denominados “Infância e juventude perdidas” e “Eu cuido (como se fosse meu filho), tu cuidas, ele não cuida, nós (mulheres) cuidamos”. O quadro geral sugere que diante de uma experiência de vida marcada por privação de direitos, meninas, em sua maioria, negras e pobres, podem reproduzir na vida adulta a mesma trajetória da infância/adolescência no âmbito do cuidado, cumprindo o destino que lhes foi traçado como legado do gênero, da raça e da classe social. Além disso, deixa evidente a percepção de que não existe diferença entre o cuidado materno e o “cuidado profissional”, desde que ofertado por outra mulher, denotando a rigidez da divisão

sexual do trabalho que faz do cuidado assunto afeito ao universo feminino e problema a ser resolvido entre mulheres.

Palavras-chave: maternidade; trabalho; sofrimento social; método psicanalítico; psicologia.

ABSTRACT

This study aims at understanding the experience lived by women-mothers-nannies in their daily task of conjugating the work of childcare in the personal and professional spheres. It justifies itself as relevant production of knowledge, embedded in a set of current research that approaches the theme of motherhood and female suffering. Given the insertion of middle- and high-class women in the labor market, the delegation of childcare to nannies reedits one of the possibilities of the demand of care in the Brazilian scenario, which is marked by social inequality. This study is organized as qualitative research with psychoanalytical method, in which individual interviews with twelve nannies, mediated by the use of the dialogic resource called “Graphic Interactive Narrative” (GIN), were carried out. Based on this resource, we seek to know the participants’ life stories considering the intertwinement of oppressions around the issues of gender, race, and social class, as well as the emotional resonances that childcare as paid work produces about the nannies’ motherhood experiences and vice-versa. The research material is composed of the stories produced by the nannies from the GIN as well as the transference narratives elaborated by the researcher. In a collaborative action with the Research Group, this narrative material was interpreted in terms of the production of an emotional meaning-affective field, which we entitled “Born to serve”, and two sub-fields, called “Childhood and lost youth” and “I take care (as if they were my child), you take care, he does not take care, we (women) take care”. The general framework suggests that, given a life experience marked by deprivation of rights, girls, mostly black and poor, can reproduce in their adult life, the same trajectory of their childhood/adolescence in the sphere of care, fulfilling the destiny that has been traced for them as a legacy of gender, race, and social class. Moreover, it makes it evident that there is no difference between the maternal care and the “professional care”, if offered by another woman, which denotes certain stiffness in the sexual

division of labor that makes care a topic connected to the female universe and a problem to be solved among women.

Keywords: motherhood; work; social suffering; psychoanalytical method; psychology.

RESUMEN

El objetivo de este estudio fue comprender la experiencia vivida por mujeres-madres-niñeras en su tarea cotidiana de compaginar el trabajo del cuidado infantil en las esferas personal y profesional. Se justifica como una producción de conocimiento relevante dentro de un conjunto de investigaciones actuales sobre el tema de la maternidad y del sufrimiento femenino. Frente a la inserción de mujeres de clase media y alta en el mercado de trabajo, la delegación del cuidado de los hijos a las niñeras reedita una de las posibilidades de organización de la demanda del cuidado en el contexto brasileño, marcado por la desigualdad social. Se organiza como una investigación cualitativa con método psicoanalítico, realizada a través de entrevistas individuales a doce niñeras, que fueron mediadas por el uso de un recurso dialógico llamado «Narrativa Interactiva Gráfica» (NIG). A través de este recurso, se buscó conocer las historias de vida de las participantes, considerando la imbricación de opresiones en torno a cuestiones de género, raza y clase social, así como las resonancias emocionales que el ejercicio del cuidado infantil como trabajo remunerado tiene en la experiencia de maternidad de las niñeras y viceversa. El material de investigación está compuesto por las historias producidas por las niñeras de la NIG, así como por las narrativas de transferencia elaboradas por la investigadora. En un trabajo conjunto con el Grupo de Investigación, este material narrativo se interpretó en términos de la producción de un campo de sentido-afectivo emocional, que denominamos “Nacida para servir”, y sus dos subcampos, llamados “Infancia y juventud perdidas” y “Yo cuido (como si fuera mi hijo), tú cuidas, él no cuida, nosotras (las mujeres) cuidamos”. El cuadro general sugiere que, frente a una experiencia de vida marcada por la privación de derechos, las niñas, en su mayoría negras y pobres, pueden reproducir en la vida adulta la misma trayectoria de la infancia/adolescencia en el campo del cuidado, cumpliendo el destino que les ha sido trazado como un legado de género, raza y clase social. Además, resulta evidente la percepción de que no hay diferencia entre el cuidado materno y el “cuidado profesional”,

siempre que sea proporcionado por otra mujer, denotando la rigidez de la división sexual del trabajo que hace del cuidado un asunto propio del universo femenino y un problema a ser resuelto entre mujeres.

Palabras clave: maternidad; trabajo; sufrimiento social; método psicoanalítico; psicología.

SUMÁRIO

Carta de uma mãe-pesquisadora.....	15
Capítulo 1: O trabalho doméstico e o trabalho do cuidado: o nó patriarcal-racista-capitalista.	21
1.1. A primeira ponta do nó: o patriarcado.....	27
1.2. A segunda ponta do nó: o racismo.....	34
1.3. A terceira ponta do nó: o capitalismo.....	39
1.4. O nó feito: a babá como representante do nó patriarcal-racista-capitalista.....	44
1.4.1. Quem são as trabalhadoras domésticas no Brasil?.....	45
1.4.2. Algumas considerações sobre o “cuidado”.....	50
1.4.3. A babá em relação.....	56
1.4.3.1. A babá e as relações trabalhistas.....	56
1.4.3.2. Algumas considerações sobre a relação da babá com a criança e com seus empregadores.....	58
Capítulo 2: Fundamentos e Estratégias Metodológicas.....	63
2.1. Descrição e fundamentos da pesquisa qualitativa.....	65
2.2. A psicanálise e método psicanalítico na pesquisa qualitativa.....	68
2.3. Os conceitos de “campo” e de “experiência”.....	71
2.4. A Entrevista Transicional.....	73
2.5. A Narrativa Interativa e a Narrativa Interativa Gráfica.....	77
2.6. Relato Associativo Inicial (RAI) e Narrativa Transferencial (NT).....	83
2.7. Procedimentos e cuidados éticos.....	85
Capítulo 3: As Narrativas Transferenciais.....	87
<i>A história de Helena.....</i>	<i>91</i>
<i>A história de Regina.....</i>	<i>99</i>
<i>A história de Heloísa.....</i>	<i>105</i>
<i>A história de Rita.....</i>	<i>113</i>
<i>A história de Lurdes.....</i>	<i>118</i>
<i>A história de Maria da Paz.....</i>	<i>126</i>
<i>A história de Maria Tereza.....</i>	<i>134</i>
<i>A história de Bárbara.....</i>	<i>138</i>
<i>A história de Clara.....</i>	<i>144</i>
<i>A história de Luzia.....</i>	<i>151</i>
<i>A história de Luz.....</i>	<i>156</i>
<i>A história de Brisa.....</i>	<i>160</i>
Capítulo 4: Interpretações e Interloquções Reflexivas.....	164
Considerações Finais.....	203
Referências Bibliográficas.....	207

Carta de uma mãe-pesquisadora

Compartilhar minha trajetória de pesquisa parece ser uma boa maneira de convidá-lo a iniciar a leitura desta tese. Antes disso, devo frisar que fui muito bem acompanhada nesse percurso de quase sete anos por duas queridas professoras, pelas quais sinto profundo carinho e admiração. Essas mães acadêmicas, com muito conhecimento e acolhimento, souberam se fazer “ambiente suficientemente bom” que favoreceu a minha continuidade de ser como pessoa e pesquisadora, deixando fluir com espontaneidade o melhor de mim.

Feita essa importante introdução, retomo esclarecendo que ingressei no Curso de Mestrado da PUC-Campinas no ano de 2018. Sempre gostei de estudar e, desde a graduação, nutria admiração pela teoria do amadurecimento emocional de Donald Woods Winnicott. O estudo crítico das obras desse autor, na pós-graduação, todavia, permitiu-me perceber que mesmo tendo inovado o campo psicanalítico em muitos aspectos, Winnicott manteve-se, em certa medida, aderido ao conservadorismo vigente à época em que escreveu suas teorias, muito embora tenha, ele próprio, buscado propor outros caminhos de reflexão.

Refiro-me, por exemplo, à inauguração do conceito de “ambiente” como ampliação do que se entendia como cuidado materno. Atribuir à mãe a responsabilidade exclusiva pelas alegrias e tristezas de um filho parece-me um encargo duro demais, um tanto desumano e injusto. Essa hipótese tornou-se pessoalmente angustiante quando me tornei mãe no final do mestrado.

O interesse pela teoria winnicottiana, a qual se inclina, sobretudo, a compreender a relação mãe-bebê e a clínica da psicose, aproximou-me das temáticas da maternidade e do autismo. A ideia da maternidade, na verdade, sempre se fez presente dentre meus interesses, tanto acadêmicos quanto pessoais (no sentido de vivenciá-la, experiência que tenho tido o prazer de desfrutar desde o nascimento de minha tão amada filha, Nina!).

No mestrado, sob orientação da Professora Livre Docente Tânia Maria José Aiello-Vaisberg, busquei compreender a experiência vivida de mulheres-mães que têm filhos diagnosticados com autismo, uma condição emblemática de tantas outras que, em nossa cultura, exigem da mãe dedicação e cuidado permanentes e/ou duradouros. Entrevistei quatro mulheres-mães com filhos diagnosticados como autistas, atendidos em um Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) de uma cidade do interior do estado de São Paulo.

O estudo com essas mulheres permitiu criar/encontrar três campos de sentido afetivo-emocional que intitulamos “É culpa da mãe!”, “Dedicação exclusiva” e “Cuidado espontâneo”. Esses campos articularam-se de modo a revelar, por um lado, um cenário de opressão à mulher. Isso porque, no primeiro campo, a mãe se acusa ou é culpabilizada pelo outro pela condição do filho e, no segundo, é convocada a assumir integralmente a responsabilidade pelo cuidado de uma criança que demanda atenção especial permanente sob a condição de abandonar outros projetos pessoais e profissionais. O terceiro campo, por sua vez, apresentou-se de modo diferente, na medida em que não deixou evidente o aspecto de sobrecarga ou de sofrimento feminino. Pelo contrário, aqui as mães dedicavam-se ao cuidado dos filhos sem a sombra da culpa e/ou das pressões sociais e livres de ressentimentos. Discutimos que esse campo, que carrega em si a essência do cuidado em sua dimensão ética, pode ser potencialmente habitado por qualquer pessoa independentemente do gênero.

Estimulada pela Professora Tânia Aiello-Vaisberg emendei o doutorado ao mestrado. A Nina, bebezinha, acompanhou todo o processo seletivo. Continuar a pesquisar o sofrimento feminino em sua relação com a maternidade como fenômeno derivado de um tipo específico de organização social, seguiu sendo a meta para o doutorado. Pensando em outras opressões imbricadas ao gênero, conjecturamos entrevistar mulheres-mães que trabalhavam como empregadas domésticas, a fim de, por meio do uso do recurso dialógico da Narrativa

Interativa Gráfica (NIG), conhecer como seria a experiência materna dessas mulheres e facilitar a emergência e a comunicação de seus sonhos e/ou desejos pessoais.

Conforme fui me apropriando da literatura científica sobre o tema, senti-me tomada por um forte estado de angústia, algo na linha do que escreveu Winnicott (1947/2000) em seu texto sobre contratransferência. No lugar do “ódio”, emergiriam sentimentos de “vergonha” e “culpa” quando estava prestes a entrar em contato com essas mulheres. Parei e tentei refletir: o que isso queria me dizer? Concluí que isso queria me dizer que eu tinha consciência dos privilégios dos quais usufruo, tendo nascido branca em uma família de classe média.

No auge do desconforto emocional, me perguntava: “Como vou convidar essas mulheres para a pesquisa? Elas trabalham o dia todo, recebem pouco, devem ter muito trabalho a fazer quando chegam em suas casas... Como pedir uma hora dos seus dias tão corridos?”, “Quais benefícios concretos eu proporcionaria a essas mulheres?”, “Será que convidá-las a participar não seria reproduzir violência, exploração?”.

Esses eram alguns dos pensamentos que passavam pela minha cabeça e que me desestimulavam a seguir com o desenho de pesquisa até então imaginado. Vieira e Almeida (2019) mencionam que revisões na legislação brasileira que poderiam beneficiar e melhorar as condições de trabalho e de vida das empregadas domésticas não são mobilizadas, porque as maiores interessadas nessa mudança, vale dizer, as próprias empregadas domésticas, não dispõem de tempo para se articularem politicamente.

Formas de recompensá-las, de certa maneira, por participarem da pesquisa, também me ocorriam: “Se elas dependerem de transporte público para retornarem para casa, posso levá-las de carro” ou “Vou procurar ser breve durante as entrevistas para que elas possam voltar logo para suas casas”. Também pensava “para que elas não precisem participar da entrevista após o expediente, posso conversar com seus empregadores. Mas o que vão pensar sobre isso? Vão se sentir lesados? Vão se sentir perseguidos?”. Valorizo profundamente o

trabalho doméstico reprodutivo e sei como as rotinas familiares se desorganizam quando não realizado, seja pelas próprias pessoas que coabitam, seja por terceiros, como a empregada doméstica.

Lembrei-me das entrevistas realizadas no mestrado, com mães de crianças diagnosticadas como autistas. A experiência por elas vivida não me soava como menos permeada de sofrimento, mas não me senti invasiva e, portanto, desconfortável, como nesse segundo momento. Penso que, de certa maneira, participar de atendimentos, entrevistas, oficinas, fazia parte da rotina de cuidado dos filhos daquelas mulheres e, sinto que o contato com elas, ainda que no contexto da pesquisa, pôde, de fato, beneficiá-las de alguma forma. Talvez eu já estivesse profundamente imersa no campo “Dedicando-se exclusivamente”, esperando que as mães das crianças autistas estivessem absolutamente disponíveis para tratar de qualquer assunto que dissesse respeito aos filhos, inclusive o de participar de uma pesquisa em torno do tema do autismo.

A Professora Tânia Aiello-Vaisberg com sensibilidade ímpar, acolheu e validou minhas angústias, propondo-se a pensar comigo em um novo desenho de pesquisa. No meio desse processo, fomos surpreendidas por seu desligamento do Programa de Pós-Graduação da PUC-Campinas, fato que causou a mim, tristeza desmedida. Como a vivência de um luto, a dor pela perda da proximidade com essa orientadora, que para mim se tornou referência acadêmica e também pessoal, precisou de tempo para se acalmar, gradualmente deixando espaço para a acolhida de outra orientadora. Posso dizer que tive a sorte de ter sido encaminhada para a orientação da Professora Dra. Tânia Mara Marques Granato! Isso porque, se a Professora Tânia Aiello-Vaisberg me viu “nascer” como pesquisadora, acompanhando dedicada e cuidadosamente meus primeiros passos, a Professora Dra. Tânia Granato pegou nas minhas mãos, com paciência, presença e afeto, e me ajudou a caminhar até o fim.

A mudança de orientadora exigiu revisão de meu projeto de pesquisa. Também considerando meu desconforto emocional, a Professora Tânia Granato ajudou-me a redefinir a rota do processo de doutorado. Focalizando sobretudo a questão da maternidade, definimos que as entrevistas seriam realizadas com mulheres-mães-babás. As babás não deixam de ser empregadas domésticas perante a legislação brasileira e, como pudemos apreender, pela literatura científica nacional, mas se ocupam prioritariamente do cuidado infantil que, ao mesmo tempo que se constitui como trabalho desafiador e absorvente, em minha concepção, tem a vantagem de ser potencialmente recompensador dado o vínculo afetivo que se constrói na relação com uma criança. Encarar meu impacto contratransferencial prévio às entrevistas sob essa nova perspectiva, favoreceu a continuidade do doutorado, dando-me a oportunidade de conhecer mulheres cativantes e histórias de luta e de dedicação aos seus e ao trabalho do cuidado, a despeito da exploração latente ou evidente, advinda da intersecção de gênero, raça e classe social.

O presente estudo teve como objetivo compreender a experiência vivida por mulheres-mães-babás na tarefa de conjugar o trabalho do cuidado infantil nas esferas pessoal e profissional. Para tanto, foram realizadas 12 entrevistas individuais mediadas pelo uso do recurso dialógico da Narrativa Interativa Gráfica (NIG), a partir das quais produzimos significativo material narrativo, que possibilitou a criação/encontro de campo/subcampos de sentido afetivo-emocional que, de modo geral, articulam alguns legados do gênero em uma sociedade patriarcal, em intersecção com outros marcadores sociais, como raça e classe social.

Para não correr o risco de escrever demais e antecipar as impressões dos leitores, encaminho-me para o final desta Carta, apresentando a estrutura da presente tese de doutorado. O primeiro capítulo, intitulado “O trabalho doméstico e o trabalho do cuidado: o nó patriarcal-racista-capitalista” oferece um panorama que denota a confluência entre

opressões de gênero, raça e classe social delineando um cenário propício à inserção de mulheres, em sua maioria, negras e pobres, em um tipo específico de trabalho, socialmente desvalorizado. O segundo capítulo apresenta as “Estratégias Metodológicas” psicanaliticamente orientadas que nos guiaram na busca por criar/encontrar o campo/subcampos de sentido afetivo-emocional. O terceiro capítulo, nomeado “Narrativas Transferenciais”, compreende o conjunto do material narrativo produzido pela pesquisadora a partir dos encontros com as babás participantes da pesquisa. As Interlocuções Reflexivas” compõem o quarto capítulo, no qual apresentamos descrição e reflexões sobre o campo/subcampos de sentido afetivo-emocional que criamos/encontramos. Então, tecemos algumas considerações finais, apontando as conhecidas limitações do presente estudo e também, retomando o que a presente pesquisa com mulheres-mães-babás nos permitiu conhecer e/ou reconhecer.

Assim, carinhosamente, despeço-me! Boa leitura!

Um abraço,

Marina

Capítulo 1

O trabalho doméstico e o trabalho do cuidado: o nó patriarcal-racista-capitalista

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê”

(Arthur Schopenhauer)

Somos seres dependentes de cuidado. É impossível percorrer o caminho da vida ileso à necessidade de ser cuidado por alguém, em algum momento de nossa trajetória. Essa afirmação é compreendida, sem dificuldade, quando pensamos em algumas fases do ciclo vital, como a infância e a velhice, ou, em certas condições de saúde, como a de pessoas com deficiência. O fato é que, a despeito dos ideais neoliberalistas que nos rondam, mesmo indivíduos adultos, autônomos e saudáveis, podem demandar cuidado em algum momento da vida (Biroli, 2018; Guimarães, 2021). Essa constatação, ignorada por muitos de nós, fez-se impiedosa e evidente em meio a uma das maiores crises sanitárias mundiais, provocada pela pandemia de COVID-19 (Hirata, 2022).

Iniciar o texto aludindo à pandemia parece-nos importante, primeiramente, porque parte desse processo de doutoramento se deu em contexto pandêmico. Além disso, conforme nos mostra Hirata (2022), a pandemia deixou exposta a vulnerabilidade humana, apontando para a urgência em reconhecer o trabalho do cuidado, ligado ao tema deste estudo, como serviço essencial e elemento organizador do funcionamento da sociedade.

Seguindo nessa direção, temos duas justificativas para afirmar que a questão do cuidado tem atualidade e relevância social e científica. A primeira delas refere-se à pandemia propriamente dita, que sob controle sanitário, liberou-nos muito recentemente para a retomada de nossas rotinas diárias. A outra justificativa decorre das transformações demográficas e sociais pelas quais o mundo, mas particularmente o Brasil, tem passado. Com relação às mudanças sociais destacamos a massiva inserção de mulheres de classe média no mercado de trabalho, contexto que impacta diretamente na oferta de cuidados, atribuição ainda compreendida como feminina (Hirata, 2022).

Tradicionalmente, no Brasil e em outros países da América Latina, o trabalho doméstico e do cuidado com bebês, crianças, idosos e pessoas com diversidade funcional vem sendo realizado de maneira gratuita por mulheres da família. Quando a família dispõe de recursos financeiros que permitam a contratação de outra pessoa, o cuidado “desfamiliarizado” (Sorj, 2013, p. 482) é delegado a uma trabalhadora doméstica, categoria que engloba uma série de profissionais e serviços. Àquelas que não têm renda suficiente para a contratação desse tipo de serviço costumam recorrer a redes comunitárias de apoio no cuidado aos familiares dependentes e/ou utilizam serviços públicos, que diferente da realidade da Europa e de países escandinavos, tímida e insatisfatoriamente, auxiliam famílias que demandam serviços gratuitos de cuidado, como as creches (Posthuma, 2021).

Essas formas de provisão de cuidado são bem representadas pelo “*Diamante do Cuidado*” (Figura 1), idealizado por Razavi (2007). O nome dado a essa representação parece-nos sugestivo, dada a centralidade e o valor do cuidado apesar de sua invisibilidade, para toda e qualquer organização social. A opção por uma modalidade ou outra de provisão de cuidado, ou a combinação de algumas delas, tem estreita relação com a história política, social, econômica e cultural de cada país (Sorj, 2014).

Figura 1: O diamante do cuidado



Fonte: Razavi (2007).

Posthuma (2021) afirma que o Estado seria o único ator capaz de incrementar recursos alternativos para atender a demandas de cuidado, isso porque as três outras facetas de provisão do “diamante”, ainda que combinadas, não têm se mostrado suficientes para fazer frente a esse *déficit* de cuidado em crescente expansão. À título de exemplo, menciona o Sistema Nacional Integrado de Cuidados uruguaio, instituído pela Lei nº 19353/2015. O Uruguai é o primeiro país da América Latina a institucionalizar uma política integrada de provimento de cuidado para pessoas dependentes. A Lei atenta-se para a qualidade dos serviços prestados às pessoas dependentes e à oferta de serviços voltados ao bem-estar do/a cuidador/a. Confere maior visibilidade às tarefas de cuidado e estimula a coparticipação/corresponsabilização de homens e mulheres, do Estado, do setor privado e das famílias nas funções de cuidado, dentre outras importantes diretrizes. Inspirados na experiência uruguaia, algumas iniciativas têm sido observadas em outros países da América Latina, incluindo o Brasil, sobretudo no atendimento à pessoa idosa.

É importante mencionar que enquanto os pesquisadores da França, por exemplo, tendem a “separar”, trabalho doméstico e trabalho do cuidado, os estudos no Brasil, sugerem a existência de certa indiscriminação entre um e outro, aglutinando-os sob a designação de “Trabalho doméstico e de cuidados” (Hirata, 2022). Essa tendência brasileira mostra-se consoante com a descrição do que a legislação em vigor, vale dizer, a Lei Complementar nº 150/2015, entende por trabalho doméstico¹, bem como o conjunto de ocupações que abarca. Em contrapartida também causa a impressão de que, convenientemente, ao indiscriminar ambos os trabalhos, oculta o cuidado por trás do trabalho doméstico.

Não obstante a heterogeneidade do setor, bem como a dificuldade na definição e limitação daquilo que compete ao campo dos afazeres domésticos e ao das atividades de

¹ O(a) cuidador(a), como é o caso da babá, pode ser contemplado/a pela Lei nº 150/2015 desde que realize suas funções em domicílio e que seu empregador seja pessoa física.

cuidado, tem havido movimentos contrários, em busca de valorização e reconhecimento, no interior do próprio grupo de trabalhadores domésticos, base do trabalho reprodutivo. Ocorre que, se por um lado a luta do movimento sindical de trabalhadoras domésticas tem o intuito de fortalecer e valorizar a categoria profissional, por outro, a associação de cuidadores objetiva consolidar o trabalho do cuidado como diferente do trabalho doméstico (Araújo et al., 2021).

Em alguns estados, como o do Rio de Janeiro, a associação de cuidadores tem encontrado menos dificuldades, que em âmbito federal, para regulamentar algumas de suas demandas. Nesse estado, por exemplo, existe legislação própria desde 2016, que versa sobre a ocupação de cuidador/a de idosos (a Lei nº 7.332 de 14 de julho de 2016). A discussão em torno do estabelecimento da ocupação de cuidador/a é polêmica e divide pesquisadores que são referência no assunto. Guimarães (2021) e Hirata (2022), por exemplo, parecem mais sensíveis à causa do cuidador/a. Por outro lado, Sorj (2014) e Araújo et al. (2021) ponderam que a disputa travada pelo sindicato de trabalhadoras domésticas e pela associação de cuidadores/as tende a enfraquecer ambos os grupos e, beneficiar, no limite, apenas os/as cuidadores/as, conduzindo a processos hierárquicos no interior do mesmo setor de trabalho. Ressalvadas algumas diferenças quanto aos níveis de escolaridade e de renda, que costumam ser mais elevados entre os/as cuidadores/as, esse setor de serviços emprega perfil sociodemográfico de mulheres bastante similar.

Embora a literatura científica brasileira demonstre tendência de abordar o trabalho doméstico e o trabalho do cuidado como uma unidade, optamos por considerá-los como dois trabalhos. Nossa opção deriva da compreensão de que tratar dois trabalhos distintos como sendo um, seja mais uma forma de oprimir e onerar a mulher.

Retomando a história e o estabelecimento do trabalho doméstico e do cuidado remunerado como uma alternativa viável de provisão de cuidado no Brasil, fica evidente que a crescente participação feminina no mercado de trabalho não se fez acompanhar de uma

ampliação de consciência social quanto à necessidade de uma nova divisão do trabalho no âmbito doméstico (Posthuma, 2021), revelando que “ainda compete às mulheres resolver as incompatibilidades entre mercado de trabalho e responsabilidades familiares” (Sorj, 2013, p. 490).

O fato de as mulheres de classe média/alta passarem a se dedicar a uma atividade de trabalho remunerada não as desobrigou de se manterem como responsáveis pela execução de tarefas domésticas e pelo cuidado dos filhos, encargos que apenas foram terceirizados a outras mulheres, normalmente de classe socioeconômica menos favorecida e contratadas por baixos salários. Se esse novo arranjo representou uma solução viável para as mulheres mais bem posicionadas economicamente, para aquelas, mais vulneráveis, trouxe impactos consideráveis na medida em que, além de serem mal remuneradas, deixaram de cuidar de suas próprias famílias para se dedicarem ao cuidado de outras pessoas (Federici, 2019). Associado a isso, existe o fato, como mencionamos acima, de vivermos em um país carente de políticas públicas voltadas ao cuidado e que permitiriam, na prática, uma conciliação possível, entre os trabalhos produtivo e reprodutivo (Posthuma, 2021).

É inegável a contribuição dos movimentos feministas para a inserção de mulheres de classe média no mercado de trabalho remunerado, porém essas mobilizações não foram suficientes para sanar as desigualdades de gênero, e acabaram, em certa medida, por ampliar a desigualdade entre mulheres. hooks (2018) afirma que “grande parte do poder de classe que grupos de mulheres de elite têm em nossa sociedade, principalmente aquelas que são ricas, é alcançado em detrimento da liberdade de outras mulheres” (p. 87).

Para Federici (2019), o fato de haver demanda de contratação de empregadas domésticas enfraquece a luta contra a tradicional divisão do trabalho doméstico, atuando, nas palavras de Guerra et al. (2021), como “amortecedor dos conflitos familiares em torno da divisão das tarefas domésticas” (p. 157) e mantendo a mulher como figura central no trabalho

de reprodução da vida. Sorj (2014) reitera que o caminho do mercado no que se refere à socialização do cuidado tende a reforçar a desigualdade social entre mulheres de classes diferentes, apostando que um Estado solidário poderia ser agente fundamental para o rompimento desse ciclo.

O que se conclui é que tudo começa como um problema de gênero que segue impactando a vida de mulheres. Apesar disso, a presença de empregadas domésticas nos lares de famílias de classe média/alta, é legado de elementos estruturantes da cultura e da sociedade brasileiras, que como bem descreve Saffioti (2013), representam um nó patriarcal-racista-capitalista. A metáfora ao “nó de Saffioti” será utilizada como norte para a elaboração do capítulo introdutório desta tese.

1.1. A primeira ponta do nó: o patriarcado

Compreendemos que, a despeito das controvérsias em torno do termo “patriarcado” em sua acepção feminista (Delphy, 2009), tecer algumas considerações sobre esse sistema de ideias que organiza o modo de vida das pessoas e que, em linhas gerais, tem como pressuposto a subordinação da mulher em relação ao homem, seja um dos possíveis pontos de partida para situarmos a posição ocupada pela mulher em nossa sociedade e, mais particularmente, o lugar da babá.

Iniciar a nossa exposição pelo tema do “patriarcado” também atende a uma coerência cronológica, na medida em que o nexos sob o qual esse sistema se estrutura tem sua origem na antiguidade. É indiscutível que muito daquilo que conhecemos sobre a nossa história, enquanto mulheres, foi-nos transmitido pelos registros de homens, a partir dos quais constituímos nossas subjetividades e o nosso papel social.

O sentido dado à feminilidade, à maternidade e à relação mãe-filho, apenas para citar exemplos que remetem ao imaginário sobre a mulher, modificou-se ao longo da história, com

o intuito de atender a interesses, a apelos e a conveniências políticas temporalmente localizadas. Entretanto, um aspecto invariável nos mais diversos discursos sociais, dentre eles, o mitológico, o filosófico, o religioso, o médico-científico e o psicanalítico, por vezes expresso de maneira explícita e em outras, latente, consistia na visão da mulher como ser inferior, incapaz, imoral e incompleto (Campos & Winograd, 2022).

Com o advento do capitalismo e da necessidade de mão de obra para o trabalho, a percepção do valor da mulher sofre alterações, ainda que apenas no campo do discurso, a fim de garantir que alguém assumisse a criação e a educação dos filhos no âmbito doméstico. De um passo a outro, para atender a necessidades do mercado, a mesma mulher que fora tão desprestigiada passa a ser “altamente valorizada” pela capacidade de gestar, parir e educar uma criança e, assim, ideais como o do “instinto materno” começam a circular no imaginário social (Zanello, 2018).

Badinter (1985) já alertara sobre o lugar reservado às mulheres neste cenário, intencionalmente valorizadas pela capacidade de gerar vidas e de formar o futuro da nação. O que se nota, todavia, no cerne da valorização dessa capacidade dita feminina é uma lógica de dominação entre seres humanos em função do gênero, ainda confundido com o sexo biológico. Com relação às mulheres burguesas, Campos e Winograd (2022) afirmam que “o preço da família nuclear burguesa é alto para nós, confortável para homens e lucrativo para o capitalismo” (p. 100).

Vale destacar que os discursos afetam as mulheres de modos distintos, a depender de variados marcadores sociais, como raça e classe. Por exemplo, de mulheres pretas e pobres não se esperava que usufríssem do “privilégio” de cuidar exclusivamente dos próprios filhos, uma vez que, mesmo antes da dita “primeira onda do feminismo”, estavam inseridas no mercado de trabalho, esforçando-se para garantir a própria sobrevivência e a de suas famílias. Nesse

sentido, parecem-nos caras as noções de interseccionalidade e de consubstancialidade, duas maneiras de se conceitualizar as imbricações de gênero, raça e classe social (Hirata, 2014).

Conforme nos apresenta Hirata (2014), o conceito de interseccionalidade foi assim nomeado por Kimberlé W. Crenshaw (1989), muito influenciada pelo movimento popularmente conhecido como *Black Feminism*, por volta dos anos 1970, que buscava contrapor-se ao feminismo branco, de classe média e heteronormativo, lançando luz, a princípio, às imbricações de sexo e raça. De outra perspectiva, Danièle Kergoat (1978), socióloga francesa, cunha o termo “consubstancialidade” para articular as relações sociais de sexo e de classe. Embora as diferentes denominações impliquem divergências teóricas (Hirata, 2014), um aspecto convergente entre as duas propostas diz respeito à noção de não hierarquização das formas de opressão. Citando Kilomba (2019), “as intersecções das formas de opressão não podem ser vistas como uma simples sobreposição de camadas, mas sim como a ‘produção de efeitos específicos’” (p. 98).

Enquanto pesquisadoras afeitas à teoria e ao método psicanalíticos, interessa-nos dar especial atenção ao discurso social psicanalítico como produtor de desigualdades de gênero. Mais particularmente, impelimo-nos a apresentar, abastecidas de leituras contemporâneas, como se deu a construção da teoria freudiana naquilo que se refere à associação direta entre feminilidade e maternidade. O enfoque sobre essa teorização justifica-se pela originalidade das ideias de seu precursor no campo da psicanálise e a abordagem dessa temática à tentativa de demonstrar como essa ciência, quando traduzida acriticamente, cria e reforça normativas de gênero.

Ademais, a experiência da maternidade, tal como tem sido vivida, parece-nos fortemente enviesada pela lógica patriarcal, representando um dos mais eficientes dispositivos de dominação social de mulheres. A responsabilização da mulher pela reprodução e cuidado das crianças, como parte essencial da vida feminina, vem sendo praticada há milênios e

internalizada por nós, mulheres, como algo natural. Isso porque fomos ensinadas, conforme Zanello (2018), por meio de uma pedagogia afetiva, a privilegiar as relações de cuidado com o outro, ao passo que aos homens foi ensinado que a meta deveria ser a busca da própria satisfação.

Do ponto de vista de Freud (2018), somos doutrinados a conceber a organização psíquica dos indivíduos sendo estabelecida em torno da problemática edípica. O menino, por uma via direta, abandonaria a relação incestuosa, em nome da preservação corporal do pênis, resolvendo assim a conflitiva edípica. Por outro lado, a constatação, por parte da menina, de que lhe falta o pênis – complexo de castração - e, os efeitos psicológicos daí decorrentes, como o ódio à mãe e o redirecionamento da libido ao pai com o desejo adjacente de ter um filho dele, seria justamente o condicionante de sua entrada no complexo de Édipo. O desejo de gerar um filho do pai nos acompanharia durante toda a nossa existência, materializando-se na vida adulta, através da experiência da maternidade. Portanto, parece-nos que um dos legados deixados a nós, mulheres, por Freud seria o de nos inculcar a ideia de que a melhor maneira de lidar com a falta fálica e com a nossa condição de inferioridade, seria pelo caminho da maternidade, ou seja, pela possibilidade de ter um filho-falo (Campos & Winograd, 2022).

Como nos lembra Assis (2019), a alemã Karen Horney (1926) e a norte-americana Clara Thompson (1943) foram as primeiras psicanalistas a reconhecer que a psicanálise freudiana não era fiel e justa à condição da mulher. Horney (1926) chegou a propor que o objeto corporal alvo da inveja humana seria o útero, em detrimento do pênis, na medida em que carrega a potencialidade de gerar vida. Thompson (1943), por sua vez, declarava o pênis como representante do poder, denotando ser compreensível que, em sociedades desiguais, as mulheres invejassem aqueles que estariam mais bem posicionados socialmente e detivessem o poder, ou seja, os homens, em sua maioria.

Um pouco depois, Melanie Klein (1957/2006), embora não estivesse comprometida com qualquer causa feminista, acabou valorizando a condição feminina ao destacar a importância das fases iniciais da vida para o desenvolvimento da personalidade adulta e elevar o “seio” materno ao mesmo *status* do pênis, enquanto objeto parcial invejável. Donald Winnicott (1983) superestimou o papel materno (ambiente) como elemento essencial para a constituição psíquica do bebê, inclusive com desdobramentos psicopatológicos se insuficientemente exercido. Embora algumas correntes psicanalíticas pós-freudianas reorientem a análise sobre o papel da mulher, nota-se que, por outro lado, o maternalismo, ao localizar o cuidado materno como norteador da saúde mental também envolve graves riscos, pois é usado como argumento a favor da divisão sexual do trabalho, o que se coaduna a relações de dominação e de poder, limitando o trânsito das mulheres no âmbito público (Miranda et al., 2019).

Em linhas gerais, para Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho sustenta-se sob dois princípios: o da separação e o da hierarquização. O princípio da separação define quais seriam os “trabalhos de homem” e os “trabalhos de mulher”, estabelecidos pura e simplesmente em razão do sexo biológico. O princípio da hierarquização, por seu turno, abarca a ideia de que o trabalho desempenhado pelo homem teria mais valor que aquele desempenhado pela mulher. Esses princípios se sustentam sob uma ideologia naturalista, por meio da qual se reduz o gênero ao sexo biológico e as práticas sociais a papéis sociais.

Chodorow (1990), que se dedicou sobremaneira aos estudos sobre a maternidade, oferece contribuições importantes para a psicologia psicanalítica, propondo noções de cuidado compartilhado entre os gêneros, ou seja, a integração de homens no cuidado concreto dos filhos, de modo a equilibrar identificações e transferências com ambas as figuras parentais, o que, a despeito de se referir a mecanismos estritamente psicológicos, parece-nos anunciar uma

perspectiva menos desigual e mais solidária no campo das relações. Nas palavras de Chodorow (1990):

Qualquer estratégia para mudança que inclua a libertação das constrictões de uma organização social desigual do gênero deve tomar em consideração a necessidade de uma fundamental reorganização do cuidado dos filhos, de modo que o cuidado primário seja partilhado por homens e mulheres. (p. 265)

É fato que a maternidade afeta a vida das mulheres de diversas maneiras. E por esse motivo, tem sido alvo de debates e compreendida de modos bastante divergentes, e até mesmo polarizados, no interior dos movimentos feministas. Há, por exemplo, feministas ligadas a um feminismo essencialista, que conferem à maternidade um lugar de valor, como uma consequência da nossa condição (e potência) feminina, algo que nos tornaria únicas, a marca registrada da nossa diferença com relação aos homens. De outro lado, feminismos que simpatizam com as reflexões de Simone de Beauvoir, por exemplo, acreditam que as exigências sociais que se enrijecem em torno da maternidade limitam a vida da mulher. Algumas dessas feministas chegam a propor a antimaternidade como forma de protesto ao estilo de vida restrito imposto às mulheres-mães (Campos & Winograd, 2022).

Em oposição radical às demandas das feministas liberais, Silvia Federici (2019) sugere que o trabalho doméstico, o sexual e o reprodutivo não sejam concebidos como manifestações de afeto, mas como trabalho explorado, análogo ao escravo, que sustenta todo o sistema capitalista. Apesar de se embasar em uma lógica bastante distinta das feministas essencialistas, também se posiciona, assim como elas, a favor do apoio financeiro do Estado para o trabalho doméstico e reprodutivo, dada a importância do capital para a estruturação da sociedade. Federici (2019) faz duras críticas a Karl Marx, que tendo se debruçado (e se limitado) sobre a problemática de exploração da classe trabalhadora pela burguesia industrial, deixou de considerar, possivelmente em função de seu lugar de fala como homem, e deste ponto de vista

na posição de opressor (Nogueira, 2017), a exploração do trabalho de mulheres, no seio de suas famílias, por ser visto como algo natural, próprio da essência feminina. Diante de tantos debates, parece-nos sensata a posição de Sorj (2014):

Tanto as feministas liberais – que desvalorizam o trabalho doméstico como uma atividade menor – como as feministas anticapitalistas – que denunciam a mercantilização do cuidado como uma capitulação aos valores capitalistas – não estão em condição de ver a importância que o reconhecimento das cuidadoras como trabalhadoras adquire no contexto dos limites impostos pela condição humana de dependência. (p. 123)

Achamos por bem mencionar, assim como fez Assis (2019), o posicionamento de Badinter (2005), com o qual nos identificamos, de que a discussão sobre questões de gênero não deva passar pela mera acusação de opressão e/ou por ideais de extermínio dos homens, como defendem algumas correntes feministas. Até porque, precisamos do apoio masculino se quisermos, genuinamente, transformar as relações entre homens e mulheres, em vínculos construtivos, cultivados pelo respeito e pela solidariedade.

Acreditamos que essa breve exposição teórica sobre a ótica freudiana e as críticas de estudiosos pós-freudianos em relação à associação entre feminilidade e a maternidade, bem como a apresentação de algumas perspectivas feministas no campo do trabalho doméstico e do trabalho do cuidado, possam nos ajudar a refletir sobre esse constructo, ancorado na lógica patriarcal, da naturalização da mulher enquanto figura dedicada ao cuidado infantil e de todos. Interessante aventar que a mulher-mãe-babá parece aderir muito fortemente a essa premissa, em decorrência dos vários atravessamentos sociais, em sua experiência de vida, na medida em que além de atender à expectativa de exercer o papel materno que lhe foi atribuído em função de seu gênero na vida pessoal, também o realiza, articulado com as posições de classe e raça, na esfera profissional.

1.2. A segunda ponta do nó: a escravidão

O trabalho doméstico é pouco reconhecido e valorizado em nosso país. Esse fato liga-se muito intimamente à sua história, que tem início à época da escravidão. O trânsito de escravos e escravas na Casa Grande e a interação de crianças brancas com suas amas de leite deixaram marcas indeléveis em nossa sociedade que, mesmo na contemporaneidade, impactam na maneira como são estabelecidas as relações de trabalho no âmbito doméstico. Essas relações, no passado e no presente, são permeadas de afeto, mas também, como bem lembra Silva (2019), de muitos estigmas, afetando as experiências de vida daqueles que se dedicam a essa ocupação.

O tema de nossa pesquisa propiciou-nos revisitar a história do Brasil, agora relida através de artigos científicos de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, como historiadores, sociólogos, antropólogos e psicólogos. Estudiosos que vêm buscando produzir conhecimento sobre o trabalho doméstico e do cuidado em sua intersecção com opressões de gênero, de raça e de classe social. Percorreremos essa história, de maneira sucinta, lançando luz nos aspectos que podem nos ajudar a compreender os atravessamentos que incidem na experiência da mulher-mãe que trabalha como babá em sua tarefa diária, pessoal e profissional, de oferecer cuidado.

Fróes (2002) relata que no início do processo de colonização existiam em terras brasileiras apenas índios nativos. Com a fixação dos colonos no país e o desenvolvimento da atividade açucareira, em meados do século XVI, além do aumento dos índices de mortalidade entre os indígenas em decorrência da exploração da força de trabalho, é que se inicia o tráfico (e tráfico!) de negros africanos ao Brasil.

Os negros e boa parte das negras dispunham sua força de trabalho na lavoura, enquanto a outras mulheres escravizadas atribuíam-se as tarefas domésticas, como cozinhar, lavar e cuidar das crianças (Fróes, 2002). Silva (2019) destaca que, dado o convívio mais próximo, havia, por

parte dos senhores, distinção e certa “proteção” das escravas que viviam na Casa Grande em detrimento dos escravos que ficavam na Senzala. Vale lembrar, com Vieira e Almeida (2019), que o trabalho doméstico sob responsabilidade da mulher escravizada, mas também da negra liberta no pós-abolição, incluía a amamentação de crianças brancas.

Existem registros que sugerem que a prática de delegar o cuidado e o aleitamento de crianças abastadas a outras mulheres tem sua origem na antiguidade. Badinter (1985) situa que, em Paris, essas mulheres eram contratadas para a função de amamentar desde o século XIII. Do século XIII ao XVI, entretanto, esta prática era limitada à aristocracia, sendo estendida à burguesia e compreendida pela família burguesa como uma “necessidade”, somente a partir do século XVII (Silva, 2019).

Conforme nos recorda Silva (2019), no Brasil colonial, a prática do aleitamento por amas de leite era regra. Isso porque os europeus, junto dos anseios de exploração e enriquecimento, trouxeram à colônia a noção de que a amamentação era algo primitivo e negativo e que, portanto, não condizia com as condutas distintas das damas da alta sociedade. Em um primeiro momento, as índias foram encarregadas do aleitamento de bebês brancos, sendo substituídas pelas negras tão logo tenha sido iniciada a utilização da mão-de-obra africana, as quais carregavam a denominação de “mãe preta”.

A condição da “mãe preta” em muito diferia da ama de leite europeia, a começar pelo seu estatuto de escrava, ou seja, de propriedade do senhor, sendo vista e tratada por alguns, como animal. Em nome de amamentar um bebê branco eram submetidas à violência do afastamento dos próprios filhos, recém-nascidos (Silva, 2019). As obras de alguns historiadores, como Freyre (2006), duramente criticadas por autoras como Segato (2021), por romantizarem o processo de colonização brasileiro, tendem a minimizar o efeito desse tipo de violência, que embora mais sutil que as chicotadas, não deixa de ser igualmente cruel. Como pontua Silva (2019), Freyre (2006) vale-se de um discurso duplamente preconceituoso, pautado

nas características biológicas e raciais da mulher negra, para justificar o uso habitual das negras como amas.

A percepção sobre a família e a infância altera-se significativamente entre o final do século XVIII e o século XIX, como puderam demonstrar autores como Ariès (2021). Essa mudança de percepção com relação à infância levanta preocupações, em um primeiro momento, na classe médica, frente à elevada taxa de mortalidade infantil. Com o apoio do Estado, tais inquietações são elevadas à condição de pauta de discussão política.

Estabelece-se a partir dessas mobilizações uma série de normativas de higiene, de tratamento e de educação, que buscavam combater todo e qualquer mal que pudesse afligir a criança branca que, para os higienistas, decorria do cuidado recebido por “serviçais”. A partir do século XIX, esse conjunto de circunstâncias, vale dizer, a alta mortalidade infantil, o incremento do discurso higienista, o surgimento da pediatria enquanto especialidade médica e o fim da escravidão culminou com a desvalorização da ama-de-leite que, a despeito dos cuidados que prestara, sofria pessoalmente duros ataques sob a acusação de causar mal ao branco (Silva, 2019).

Segato (2021) pondera que o discurso higienista se impôs, no sentido estrito da palavra, ao modo de vida da família burguesa brasileira, a qual tendo como referência o padrão europeu, ficou insatisfeita com o fato de ter que renunciar aos serviços prestados pelas amas-de-leite. Como alternativa que serviria à manutenção de seus privilégios, a elite achou por bem, atendendo tanto ao apelo higienista quanto às suas “necessidades” pessoais, transformar as amas-de-leite em amas-secas ou babás.

A abolição da escravidão no Brasil representa um momento histórico importante. Todavia, tratava-se, nas palavras de Saffioti (2013) de uma “abolição formal”, ao se constituir como uma “emancipação precária e incompleta” (p. 253). Silva (2019) explica que, mesmo após a assinatura da Lei Áurea, muitos escravos permaneceram sob o domínio de seus senhores,

não como expressão de uma escolha, mas porque esse fato histórico não se fez acompanhar do amparo ou assistência social à população negra, que livre, entretanto, sem casa e outros recursos de sobrevivência, viu-se em condição de extrema insegurança e vulnerabilidade. Desprovida de alternativas, passou a trocar sua força de trabalho por alimentação e moradia, contexto que, apesar de retratar a situação dos negros libertos no pós-abolição, não deixa de manter sua atualidade, haja vista que, não raro, deparamo-nos com descrições do tipo em noticiários, vale dizer, de que pessoas são submetidas a trabalhos análogos à escravidão.

Apesar dos estigmas ao redor do trabalho doméstico, Pereira (2011) enxerga-o, também, como espaço de resistência negra, pois representa um campo de trabalho conhecido pela mulher negra, no qual pôde se inserir na condição de trabalhadora remunerada para garantir meios mais seguros, ainda que escassos, de sobrevivência. Isso porque as perspectivas de trabalho aos homens negros libertos eram ainda mais instáveis, sendo relegados a toda sorte de atividades.

Koffes (2001) observa que são vários os legados deixados pela escravidão no Brasil. Um deles diz respeito à associação entre o negro e o trabalho manual, como o doméstico, pouco valorizado socialmente. Com a abolição e a política de embranquecimento da população brasileira, mulheres brancas e imigrantes também passaram a compor mão-de-obra para o trabalho doméstico, contribuindo para incrementar a racialização e generificação desse tipo de tarefa.

Conforme nos ensina Bento (2022), a realidade que subjuga o negro tratando-o como ser inferior, não é exatamente uma particularidade do Brasil, e sim de todas as nações colonizadas por povos europeus. O tom da pele sempre se constituiu como principal mote para a distinção de *status* e de valor entre colonizados e colonizadores. A escravidão instala o fenômeno do racismo no Brasil (Bento, 2022; Santos 2022), ao mesmo tempo que constitui o alicerce da “branquitude”.

O europeu branco cria uma identidade que tem como contraponto, e em torno da qual orbita, a identidade do negro, alvo de projeções, de exclusão, de negação e de repressão. Bento (2022) denuncia a branquitude como parte do problema do racismo no Brasil, ainda que muitos brancos se manifestem como alheios e/ou indiferentes à questão racial. Sobre o racismo no Brasil, Gonzalez (2020) ironiza:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença, porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto. (p. 78)

Para Gonzalez (2020) “o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (p.76), ou seja, como aquilo que se deseja recalcar, coletivamente, com vistas à manutenção de privilégios. Além dessa finalidade, a neurose geraria como efeito defensivo certa sensação de alívio ao homem branco, na medida em que passa a não se sentir individualmente implicado na fundação da problemática da discriminação racial.

Segato (2021), dando especial atenção à figura da mulher-negra-escrava-ama (babá), observa que apesar da importância de sua presença ao longo da história da nossa sociedade pouca atenção científica lhe é dispensada. “A baixíssima atenção que lhe dispensaram as disciplinas especializadas no Brasil destoa do enorme alcance e profundidade histórica dessa prática e de seu forçoso impacto na psique nacional” (p. 218). Bebendo de fonte lacaniana, sobre a qual não ousaremos discorrer, a antropóloga levanta a hipótese de que, em linhas gerais, operaria na figura da babá a forclusão do materno e do racial, ou seja, de aspectos elementares muito vinculados à nossa origem.

Mesmo com inúmeras transformações sociais e ainda que existam tentativas de apagá-la da história, ela própria e a importância do papel que representa na constituição de

subjetividades (Silva, 2019), a figura da “mãe preta” (Gonzalez, 2020) mantém-se como realidade, e em lugares sociais marginalizados. Gonzalez (2020), na contracorrente dos discursos que tentam negar a importância dessa personagem criada pela história brasileira, chega a afirmar que “a mãe preta é a mãe” (p. 88), aludindo ao fato de que mãe é quem cuida.

A babá, assim como as demais empregadas domésticas, segue “ocupando um lugar racializado” (Silva, 2019, p. 42) nas relações sociais, cuja origem reside em seu passado como escravizada. Diante disso, somos levadas a concluir com Gonzalez (2020) que “parece que a gente não chegou a esse estado de coisas. O que parece é que a gente nunca saiu dele” (p. 85).

1.3. A terceira ponta do nó: o capitalismo

Bento (2022) é enfática ao afirmar que a combinação entre monocultura para exportação e escravidão representou um solo fértil para o enraizamento da desigualdade social no Brasil, que se iniciou no século XVI e vigora ainda hoje. Lima e Spellmann (2022) acrescentam o latifúndio à combinação citada por Bento (2022), referindo-se a um tripé sustentador da desigualdade desde a época colonial.

Nessa mesma direção, Saes (2015), ao fazer um resgate pormenorizado da história do Brasil com o objetivo de analisar a dimensão política da constituição do capitalismo, conclui que o fato de o país ter feito a passagem do sistema escravista para o capitalista, diferente do que ocorreu, por exemplo, com países europeus e com o Japão, nos quais uma sociedade feudal antecedeu o capitalismo, é bastante elucidativa das desigualdades sociais que enfrentamos. Conforme refere Saes (2015), a economia escravista é “estagnacionista e predatória” (p. 2). A segunda característica desse tipo de economia justifica a primeira, na medida em que não existe compatibilidade entre inovação e trabalho forçado, o que, de saída, fragiliza a adesão a um sistema econômico altamente competitivo.

No caso das sociedades que transitaram pelo sistema feudal, a despeito das relações hierárquicas por meio das quais também se explorava o trabalho do servo, a “posse” da terra para cultivo e a iniciativa na organização da produção “proporcionaram uma base material, técnica e humana sólida às sociedades capitalistas” (p. 3). Mas não eram apenas as limitações técnicas e econômicas que dificultavam a fluidez do processo de transição do sistema escravista para o capitalista no Brasil.

Existiam também condições sociais e políticas implicadas nesse processo, que forçosamente inviabilizaram algo que poderia ter contribuído para o curso de uma história menos desigual, vale dizer, a reforma agrária. Isso porque, como é de se esperar, os negros tinham como objetivo primário a luta pela liberdade e não se cogitava, naquele momento, o pleito por repartição das terras do latifúndio escravista (Saes, 2015). Além disso, não se constituiu no Brasil o estabelecimento de um “mercado interno de massas para o setor industrial” (p. 3), ou seja, de um grupo intermediário entre grandes proprietários e trabalhadores escravos que, já tendo garantido meios relativamente dignos de sobrevivência, poderia se lançar na luta por mais acesso à propriedade da terra. De acordo com Lima e Spellmann (2022):

A questão da terra é responsável por uma iniquidade que vem de longe e que foi ganhando força ao longo do processo histórico-político no Brasil. Ela pauta a questão racial, a propriedade da terra, a dinâmica de classes, a cultura e a própria formação do espaço territorial brasileiro. (p. 6)

Como sabemos, o capitalismo é um sistema socioeconômico que se sustenta sob a lógica da propriedade privada, da acumulação de capital e do trabalho assalariado. A população negra, altamente vulnerável no pós-abolição, foi inserida nesse novo modelo de produção pela via da informalidade (Alves, 2022). Em seu livro “O Pacto da Branquitude”, Bento (2022) cita o termo “capitalismo racial”, expressão criada por sul-africanos que lutavam contra o regime

do *apartheid* em 1970. Essa expressão ilustra o mecanismo de um sistema classista e alicerçado em uma supremacia branca, que coaduna a lógica da exploração do trabalho assalariado com lógicas de opressão de raça, gênero e etnia.

Iamamoto (2018) alerta sobre esse nexo de dominação que favorece certo e restrito grupo de pessoas que concentra renda, prestígio e poder, às custas de tantas outras, em sua maioria negras, que, no limite, lutam por meios de sobrevivência na prestação individual de serviços, como é o caso das empregadas domésticas (Costa & Vieira, 2019), sedimentando uma divisão racial do trabalho, que faz do racismo, elemento também estruturante da divisão de classes (Alves, 2022).

Podemos dizer que o Brasil é um país historicamente desigual, e, ademais, uma das nações mais desiguais do mundo. A partir de dados do ano de 2022, do Banco Central, Lima e Spellmann (2022) revelam que o Brasil, no ano de 2019, reportou como índice de Gini² a marca de 0,534, que lhe concedeu o *status* de nono país mais desigual do mundo, perdendo as primeiras posições apenas para nações africanas e o Suriname. Os mesmos autores afirmam que “a desigualdade compreende em si um caráter dúplice. Ela é, ao mesmo tempo, consequência da existência de diferenciação entre pessoas e também catalisada pelo capitalismo enquanto modo de produção” (p. 4).

Em artigo em que Costa e Vieira (2019) colocam Marx e Saffioti em diálogo, emerge a questão: diante da lógica capitalista, o serviço doméstico deve ser tomado como trabalho produtivo ou improdutivo? Saffioti (1978) ajuda-nos a construir a resposta ao nos fazer refletir sobre a função do trabalho doméstico, descartando, de saída, ambas as definições marxistas.

Enquanto justificativa para desqualificá-lo como trabalho produtivo, a autora argumenta que se trata de um serviço pago com renda pessoal, que não gera mais-valia como

² O índice de Gini, criado pelo matemático Conrado Gini, é um instrumento que avalia o grau de concentração de renda, estabelecendo uma comparação entre os rendimentos de grupos mais ricos e de grupos mais pobres (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA).

resultado. Além disso, envolve algumas especificidades, muito distintas da lógica das atividades comerciais, que não permitem sua inclusão no rol de trabalhos improdutivos. Apesar disso, a autora é precisa ao afirmar que as tarefas implicadas no trabalho doméstico são fundamentais para o processo de reprodução da vida, que é, em sua essência, motor do desenvolvimento capitalista e indutor da acumulação do capital, na medida em que “reproduzem a sua principal mercadoria: a força de trabalho” (Costa & Vieira, 2019, p. 281).

Como dizem Arruza et al. (2019) sobre o capitalismo, “seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo (p. 51). As dirigentes da Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (Fenatrad) recusam a concepção de que o trabalho doméstico seja tido como “não lucrativo”, tendo em vista a ampliação de consciência que a categoria vem conquistando acerca da importância dessa função para a organização da sociedade e para o desenvolvimento do capitalismo (Araújo et al., 2021).

Tendo em vista o interesse, nesta seção, em suscitar reflexões acerca da desigualdade social em nosso país, recorreremos ao estudo de Guerra et al. (2021), que faz parte de uma coletânea de textos sobre trabalho doméstico e do cuidado organizado pelo IPEA. Neste estudo em específico, os autores buscam traçar o perfil sociodemográfico das famílias que contratam serviços domésticos. Trata-se de um recorte pouco explorado em pesquisas que abordam a questão do trabalho doméstico e do cuidado. Para realizar esse levantamento, Guerra et al. (2021) utilizaram os dados que se encontravam publicamente disponíveis a partir de pesquisa anterior de autoria de uma das pesquisadoras do referido artigo. Os dados restringem-se ao biênio 2008-2009 e foram minuciosamente revisados e analisados de modo a retratar o contexto atual.

Antes de apresentarmos os dados desta pesquisa, acreditamos que seja importante comentar que os autores, embasados em estudiosos da temática, mencionam a existência de

três hipóteses determinantes na contratação de trabalho doméstico no Brasil, vale dizer: recursos financeiros, necessidade e atitudes de gênero. A primeira hipótese é evidente e versa sobre o fato de que famílias mais ricas, em função das condições socioeconômicas, usufruem mais desse tipo de serviço. Levantamento estatístico feito em 2013 pelo *Internacional Labour Organization* (ILO) indica que, dada a alta concentração de renda, característica do Brasil, classificamo-nos como o maior consumidor de trabalho doméstico do mundo (Guerra et al., 2021).

A hipótese que considera a necessidade como determinante da contratação de serviços domésticos abarca a realidade de famílias com maior sobrecarga de trabalho doméstico - medida por meio de variáveis como tamanho da casa e da família, presença de crianças pequenas, de idosos e/ou de pessoas com deficiência, arranjo familiar, trabalho e condições de trabalho dos membros do grupo familiar - e, menor tempo e/ou disponibilidade para executá-lo. Atitudes de gênero sustentam a terceira hipótese que determina o consumo desse tipo de serviço. Essa hipótese é levada a cabo por autoras feministas que situam a problemática do trabalho doméstico em torno de questões de gênero, cultural e socialmente construídas (Guerra et al., 2021).

O trabalho doméstico está longe de ser um bem de consumo familiar disponível e acessível a todos, mesmo no Brasil, que carrega o título de ser o país que mais emprega pessoas nesse setor. De acordo com Guerra et al. (2021), os dados demonstram que, em 2008 e 2009, existiam no Brasil 57.816.604 famílias, das quais 11.256.958, ou seja, 19,5%, custeavam serviços domésticos. A concentração de consumo desse serviço justifica-se, mais uma vez, pelos diferenciais de renda entre as famílias brasileiras.

No biênio 2008-2009, a renda média mensal familiar de contratantes de trabalho doméstico era de R\$5.556,70, que hoje equivaleria a uma renda monetária média mensal de 13,4 salários-mínimos, ao passo que a renda média das famílias que não contratam serviços

domésticos correspondia a R\$1.650,04, o que atualmente equivale a cerca de quatro salários-mínimos. Guerra et al. (2021) observam que essa diferença se ampliava (3,8 vezes) quando se adotava a renda monetária familiar *per capita média*, uma vez que, as famílias não contratantes eram numericamente maiores (3,39 membros) que as contratantes (2,92).

O que os dados revelam, em resumo, é que as hipóteses “necessidade” e “atitude de gênero”, tomadas como determinantes para a contratação de trabalho doméstico, são invariavelmente atravessadas pela hipótese “renda”. Isso porque, ainda que exista a demanda (necessidade) e a “consciência” da urgência de se pensar em uma nova organização da divisão sexual do trabalho, o elemento “renda”, mais especificamente “renda *per capita*”, torna-se decisivo para a delegação remunerada do serviço doméstico. Guerra et al. (2021) concluem que a renda *per capita* elevada compreende a realidade de grupos familiares unipessoais e formados por casais sem filhos, ou ainda, acrescentamos, a de famílias de classe alta, independentemente de sua composição.

Além disso, o perfil sociodemográfico do responsável familiar de grupos contratantes e não contratantes de serviço doméstico, traçado por Guerra et al. (2021), demonstra a desigualdade social, atravessada por questões de gênero, raça e classe, na medida em que o restrito grupo de contratantes de serviço doméstico destoa sobremaneira do perfil da trabalhadora doméstica, ao passo que, os não contratantes, que representa cerca de 80% da população brasileira, apresenta certas semelhanças, especialmente no que se refere à cor e ao nível de escolaridade. Diante desse cenário, resta-nos concordar com Carvalho e Gonçalves (2023) quando ponderam que apenas reinventamos a escravidão, transformando-a em desigualdade social.

1.4. O nó feito: a empregada doméstica/babá como representante do nó patriarcal-racista-capitalista

1.4.1. Quem são as trabalhadoras domésticas no Brasil?

Atualmente, no Brasil, não existe uma legislação que versa especificamente sobre a ocupação da babá. O contrato trabalhista dessa profissional segue os mesmos regramentos estabelecidos na Lei nº150/2015 acerca da categoria “empregado doméstico”³. Importante mencionar que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) conceitua “trabalho doméstico” de modo abrangente no que diz respeito ao perfil e à atividade principal de atuação desses(as) trabalhadores(as), em consonância com a legislação vigente.

É fato que “falar sobre trabalho doméstico e de cuidados é falar sobre a vida de mulheres” (Pinheiro et al., 2019, p. 7). De acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, é notório que o trabalho doméstico e do cuidado é tido como tarefa essencialmente feminina. E, quando remunerado, absorve significativo contingente de mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade.

Em 2018, dentre as mulheres ocupadas no Brasil, cerca de 14,6% dedicava-se ao trabalho doméstico remunerado. Nessa época, quando se somava o número de homens e o de mulheres dedicados ao trabalho doméstico remunerado, algo em torno de seis milhões de brasileiros, as mulheres representavam 92%. Desse grupo de seis milhões de trabalhadores, quase quatro milhões eram mulheres negras. Esses dados encaminham-nos para a conclusão de que o trabalho doméstico remunerado no Brasil tem gênero e raça, isso porque se naturaliza a posição da mulher como encarregada do serviço doméstico e da função de cuidado, mas também, em função do racismo estrutural que é característico de nosso país, limita os corpos, o trânsito e o fazer de mulheres negras àquelas atividades da época da escravidão (Pinheiro et al., 2019).

³ Considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana (Artigo 1º).

Daí, a importância do questionamento levantado por Pinheiro et al. (2019): será mesmo que o lugar da mulher é onde ela quiser? O que vemos acontecer, na vida cotidiana, é uma dissonância entre o lema “lugar de mulher é onde ela quiser”, pronunciado por correntes feministas liberais e, a realidade, na medida em que a população feminina negra parece ser conduzida, para não dizer forçada, ao trabalho doméstico, sem que exista possibilidade de escolha e, tampouco, de superação de condições de vida que poderiam favorecer o seu direcionamento a outras atividades profissionais. Conforme resume Biroli (2018), “em conjunto, as restrições impostas por gênero, raça e classe social conformam escolhas, impõem desigualmente responsabilidades e incitam a determinadas ocupações, ao mesmo tempo que bloqueiam ou dificultam o acesso a outras” (p. 42).

O trabalho doméstico engloba uma série de atividades e, ainda que seja contratada para o exercício de uma, como por exemplo, limpar a casa, a trabalhadora doméstica acaba executando várias outras tarefas. A PNAD Contínua revelou que, dentre as mulheres contratadas como trabalhadoras domésticas, 80% identificaram-se como trabalhadoras encarregadas pelos serviços domésticos gerais, 10% como babás, 9% como trabalhadoras de cuidados pessoais e 2% como cozinheiras (Pinheiro et al., 2019). Especificamente sobre o trabalho das babás, Kondratiuk e Neira (2018) listam e valorizam tarefas de cuidado como dar banho, trocar de roupa, alimentar, brincar, ajudar a dormir, dentre outras que compõem o cotidiano da relação entre babá e criança, como situações de troca e de aprendizagem, significando, embora possam parecer de pouca importância para alguns incautos, parte importante do processo formativo da criança.

Ainda sobre os dados da PNAD, como se observa, 100% das mulheres, brancas ou negras, dedica-se ao cuidado interno das residências, ao passo que, a despeito de boa parte dos homens cuja ocupação caracteriza-se como trabalho doméstico identificar-se como “trabalhadores de serviços domésticos” (58%), as tarefas que executam acontecem em espaços

externos à casa, como o cuidado de jardins e a condução de veículos. Como bem sinalizam Pinheiro et al. (2019), mesmo entre os trabalhadores domésticos, parece estar mantida a divisão sexual do trabalho, reservando aos homens o cuidado do mundo público (externo à casa) e, às mulheres, o cuidado da esfera privada (interior da casa).

O trabalho doméstico carrega a marca da informalidade. As revisões legislativas, fruto de movimentos sociais, foram significativas no que se refere à proteção do trabalho das empregadas domésticas, a partir das quais foi garantido o direito ao trabalho mediante assinatura em carteira. Nota-se ainda, correlação positiva entre formalização do trabalho e maiores rendimentos, ou seja, existe uma tendência de se remunerar melhor a trabalhadora doméstica quando ela tem registro em carteira (Pinheiro et al., 2019).

Entretanto, os avanços legislativos não foram suficientes para sanar o problema da informalidade, haja vista que o índice de trabalhadoras domésticas que dispunham de registro em carteira equivalia, em 2018, a 28,6% (Pinheiro et al., 2019). Importante retomar que, quando falamos da categoria “empregada doméstica”, incluímos também as diaristas. Essa modalidade de prestação de serviços domésticos tem crescido no Brasil, mas não tem cobertura obrigatória da Lei nº 150/2015 no que se refere à garantia de direitos.

A despeito dos avanços, o índice irrisório de trabalhadoras domésticas com carteira assinada, demonstra que a grande maioria dessas mulheres não conta com qualquer respaldo do empregador e/ou do Estado em casos de impossibilidade ou dificuldade, temporárias (como gravidez e doença) ou permanentes (como velhice e invalidez), ou seja, em circunstâncias ou fases da vida de maior vulnerabilidade. Conforme levantamento do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que apresenta dados relativos ao 3º trimestre de 2022, o índice de informalidade no setor doméstico era maior entre mulheres (75,7%) que entre homens (67,5%). O setor de serviços domésticos, de acordo com o

levantamento, apresenta a segunda maior taxa de informalidade dentre os demais serviços, sendo superado apenas pelo setor agropecuário.

A migração entre regiões, especialmente do Norte e do Nordeste, para os centros mais economicamente desenvolvidos, é outra característica do trabalho doméstico e do cuidado no Brasil, como pôde demonstrar Hirata (2022). Essa realidade é diferente do que ocorre, por exemplo, na França, em que é alto o contingente de imigrantes absorvido neste tipo de atividade ou no Japão, onde se vê crescer o número de homens empregados em serviços voltados ao cuidado, dadas as elevadas taxas de desemprego.

Outra questão importante abordada por Pinheiro et al. (2019) diz respeito ao tempo de jornada de trabalho, que é medido, pelo IPEA, em termos de “jornada produtiva”, que acontece em troca de remuneração, na residência de outra família; de “jornada reprodutiva”, aquela que a empregada doméstica desempenha gratuitamente em sua casa para a sua própria família que, somadas, definem a “jornada total de trabalho”, em média, superior a exercida pelos homens. A jornada total de trabalho média das empregadas domésticas no Brasil equivale a cerca de 52 horas semanais, com pequenas variações entre as regiões. No que se refere à jornada reprodutiva, Sorj (2013) apresenta uma análise que, embora datada de uma década atrás, é absolutamente atual:

A distribuição do trabalho doméstico no âmbito da família mostra que ele se concentra nas mulheres, e essa característica é transversal às classes de renda. Todavia, quando introduzimos a renda no cenário do cuidado, é possível perceber diferenças entre as mulheres nessa prática social. Aqui, a categoria gênero não dá conta de uma mesma experiência coletiva de mulheres, já que as variações não são nada desprezíveis. Ao contrário, quando introduzimos a categoria classe de renda na análise da prática de cuidado dos homens, o quadro não se modifica: a experiência masculina se sobrepõe às desigualdades. (p. 490)

O aspecto da jornada de trabalho é uma variável particularmente importante a ser tomada em consideração, no que diz respeito ao trabalho doméstico e do cuidado, uma vez que, diferente de outras profissionais, a empregada doméstica desempenha o mesmo tipo de tarefa no trabalho remunerado e no trabalho não remunerado. Dadas as características do trabalho doméstico e do cuidado, a dupla jornada de trabalho da empregada doméstica tem um incremento de desgaste, na medida em que essa mulher se ocupa de tarefas repetitivas e absorventes, na maior parte do dia, sem que exista tempo para descanso e para lazer, o que as torna mais suscetíveis a adoecimentos físicos e mentais (Pinheiro et al., 2019).

Pinheiro et al. (2019) também identificam envelhecimento da categoria de empregadas domésticas. De acordo com o levantamento do IPEA existe um crescimento do grupo de mulheres com mais de 45 anos de idade ocupadas com o trabalho doméstico e um declínio do grupo com até 29 anos. O levantamento indica tendência, de que, em curto prazo, ocorra redução de oferta de trabalho doméstico, ainda que essa realidade não seja acompanhada de diminuição da demanda por esse tipo de prestação de serviços. O perfil atual dessa categoria é reflexo, sobretudo, da ampliação de oportunidades à população mais jovem e vulnerável, especialmente relacionadas ao acesso à educação.

Apesar disso, outra especificidade desse tipo de ocupação, é o emprego ilegal de mão-de-obra infantil. Aliás, esse parece ser mais um dos legados da escravidão, enraizados em nosso imaginário social, conforme nos lembra Bento (2022) ao abordar o direito da reparação ao povo negro, tema alvo de resistências. A autora afirma, entretanto, que o pacto da branquitude está longe de ser fenômeno atual. Recordar-se que em 1871, a Lei do Ventre Livre, embora envolta por um véu de benesse e uma pretensa preocupação em garantir liberdade aos bebês de mulheres escravizadas, tinha uma finalidade bastante ambígua. Ao mesmo tempo em que determinava a liberdade aos bebês negros, colocava-os sob a tutela do senhor, que deveria (este sim!) ser ressarcido pelo Estado, em forma de pecúnia, tão logo a criança completasse oito anos

de idade ou, pela própria criança, por meio de sua força de trabalho até os 21 anos. Bento (2022) declara que esta foi uma nítida medida de institucionalização do trabalho infantil no Brasil, não à toa, muito mais proeminente dentre as crianças negras, a despeito de normativas legislativas atuais que proíbem o trabalho doméstico a menores de 18 anos de idade.

1.4.2. Algumas considerações sobre o “cuidado”

Dado o nosso interesse de pesquisa, não podemos deixar de abordar algumas especificidades do trabalho do cuidado no geral e, do trabalho do cuidado infantil, que é aquele que toca a experiência da babá.

Em levantamento realizado em 2015 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), estimava-se que, naquele ano, cerca de 2,1 bilhões de pessoas demandavam cuidado, das quais 1,9 bilhão eram crianças ou adolescentes de até 15 anos que viviam em condição de dependência e 200 milhões, referiam-se a pessoas idosas. Esse número tende a aumentar, segundo as projeções da OIT, para 2,3 bilhões de pessoas até o ano de 2030 (Posthuma, 2021).

Araújo et al. (2021) afirmam que o campo de estudos, sobretudo feministas e de gênero, acerca do trabalho do cuidado, é alvo de uma série de controvérsias. Hirata (2022) menciona ao menos cinco eixos principais de discussão acerca do “cuidado”. O primeiro eixo refere-se à própria definição do termo, que para a autora, envolve necessariamente uma relação social entre prestador de serviço e beneficiário. O segundo eixo em debate diz respeito à questão da extensão do conceito. Aqui se busca problematizar se o cuidado implica a existência de uma relação interpessoal ou se pode ser estendido a animais e/ou objetos. O terceiro eixo alude à relação entre cuidado e desigualdades sociais, com a consideração de que algumas pessoas tendem a receber mais cuidado que outras. O problema da responsabilidade e de sua indissociabilidade nas relações de cuidado, compreende o quarto eixo de discussão. A questão do afeto no trabalho do cuidado é colocada em análise no quinto eixo. Assim como Hirata

(2022), na tentativa de acomodar as controvérsias no âmbito das pesquisas científicas sobre a perspectiva do cuidado, acreditamos que, qualquer que seja a conceitualização acerca do tema, deva partir de uma definição multidimensional da relação social de cuidado.

Antes de cotejar algumas contribuições de pesquisadores sobre a área, distante da pretensão de esgotar a gama de referências que vêm sendo publicadas nos últimos anos, concluímos proveitoso comentar que alguns trabalhos (Hirata, 2022; Sorj & Fontes, 2012; Tavares, 2017) têm feito uso do termo *care*, tradução em inglês da palavra cuidado. O estudo desses textos permitiu-nos esclarecer que a utilização de *care* responde a uma carência vocabular e à necessidade de facilitar a comunicação acadêmica.

Hirata (2022) expõe que, em japonês, utiliza-se a palavra *kaigo* e, em inglês, a palavra *care*, para designar a abrangência do que entendemos como “cuidado”. Entretanto, na França, o termo *soin* que corresponderia à tradução direta de “cuidado” é, a seu ver, “reduzida” (p.19), tendo em vista que não deixa evidente as dimensões de solicitude e de preocupação com os outros, próprias de relações de cuidado, além de destacar o aspecto técnico do cuidado em detrimento de seus condicionantes afetivos, emocionais e psicológicos.

Estudos contemporâneos descrevem o cuidado como atitude de preocupação com um outro dependente e atenção às suas necessidades, condutas que se relacionam com uma postura ética diante do outro e com qualquer ação que visa satisfazer alguma demanda da pessoa cuidada (Hirata & Guimarães, 2012). Tavares (2017) avalia que o trabalho do cuidado não se limita a atividades especializadas, normalmente ligadas ao campo da saúde, como o fazer profissional de médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, mas se amplia para tarefas humanas que não têm como meta um aspecto curativo. Nesse sentido, “cuidado” também significa o conjunto de tarefas desempenhadas pela família, assim como às delegadas às babás e aos demais prestadores de serviços voltados à organização familiar.

Dedicando-se ao estudo da relação entre a pessoa que cuida e a pessoa idosa cuidada, Soares (2012) explora duas grandes dimensões, vale dizer, a física e a cognitiva, que podemos proveitosamente considerar também no cuidado a crianças, a pessoas com deficiência ou com algum tipo de doença. A dimensão física abarcaria tudo aquilo que se relaciona ao corpo no contato com uma pessoa dependente de cuidado, ou seja, o movimento, a sustentação física, a locomoção. A dimensão cognitiva diria respeito à compreensão de regras em torno do cuidado, como por exemplo, a administração de um medicamento ou o cumprimento de uma rotina.

Mas essas dimensões, pondera Soares (2012), não são suficientes para apreender a complexidade do trabalho do cuidado ao idoso, o que o mobiliza a pensar em outras três esferas: a sexual, a relacional e a emocional. A esfera sexual parece-nos uma extensão da dimensão física, na medida em que prevê o contato corporal e a realização de tarefas de higiene de foro íntimo, que podem causar constrangimento às pessoas. A dimensão relacional refere-se à paciência, à escuta e à comunicação. O autor salienta ainda, que o “cuidado” não deve ser algo padronizado, que se aplica da mesma maneira para toda e qualquer pessoa e/ou situação. Deve, ao invés disso, ser personalizado, buscando atender as necessidades específicas da pessoa cuidada, o que requer investimento na dimensão relacional do cuidado. A dimensão emocional, por fim, envolve a gestão da expressão das emoções, tanto pessoais como a dos beneficiários do trabalho do cuidado, esfera que se sujeita a uma série de expectativas e normativas sociais.

Outro aspecto associado ao cuidado, desta vez pela perspectiva de poder configurar-se como trabalho remunerado, é problematizado por Zelizer (2012). A autora indica que existiriam três visões acerca desse tema, as quais denomina “Mundos hostis”, “Comércio em toda a parte” e “Relações bem ajustadas”. A primeira visão não avalia com bons olhos a remuneração do trabalho do cuidado, compreendendo que esse tipo de transação financeira poderia prejudicar a natureza dessa competência humana. A visão “Comércio em toda a parte”, por outro lado, entende que não é possível prescindir do aspecto remuneratório do trabalho do

cuidado, uma vez que se trata, ressalvadas as suas peculiaridades, de uma relação comercial como outra qualquer, devendo a preocupação recair apenas na precificação justa do trabalho. A última visão propõe equilíbrio entre o cuidado e a economia, pré-requisito para a manutenção desse tipo de relação.

Como se pode observar, estudos, especialmente no campo da sociologia, vêm buscando pensar a questão do cuidado. Isso porque vivenciamos na contemporaneidade, aquilo que Hirata (2022) intitula de “Crise do Cuidado”. Essa crise deflagrada em várias partes do globo, mas particularmente no Brasil, decorre do envelhecimento da população e da inserção significativa de mulheres no mercado de trabalho, as quais se dedicando a uma atividade laboral externa ao domicílio deixam de dispor de tempo para cuidar dos idosos, de pessoas com deficiência, dos doentes e das crianças da família. Um dos efeitos dessa crise é a profissionalização do cuidado.

Apesar da urgência de se colocar em pauta a discussão sobre o cuidado, notamos carência de estudos atuais no campo da psicologia e da psicanálise, que se debruçam sobre esse problema. Encontramos em Winnicott, todavia, uma teorização sólida que se funda justamente na noção de cuidado. Winnicott (1965/2022) dedicou boa parte de seus estudos à questão do cuidado materno, especialmente nos estágios iniciais da vida e sobre o qual nos cabe tecer alguns comentários.

Esse cuidado inicial é compreendido por Winnicott (1962a/2022) como “provisão ambiental” oferecida pelos seres humanos a seus bebês. A provisão ambiental envolveria tanto a satisfação das necessidades fisiológicas do bebê quanto a consistência da presença da mãe, que lhe permitiria tornar-se empática às incipientes demandas do filho, atendendo-o de modo pessoal. A partir de uma leitura crítica e ampliada de Winnicott, entendemos que a capacidade de ser empático seja um recurso humano inerente a qualquer pessoa que se disponha a estar na condição de cuidador de uma criança, independente de vínculo biológico ou de gênero.

Esse tipo de cuidado, que sustenta o bebê do ponto de vista físico e emocional, Winnicott (1960/2022) nomeia como *holding*, e o define como “uma forma de amar” (p. 61). Para Winnicott (1969/1989), o bebê é um ser imaturo e vulnerável, que vive na iminência de experienciar situações que podem mergulhá-lo naquilo que denomina de “ansiedades arcaicas ou impensáveis” (p. 259). Escapar desse tipo de situação está no âmbito da capacidade da mãe, enquanto ego auxiliar do bebê, de se sintonizar com o pequeno ser e reconhecer o que ele precisa em termos de cuidado corporal, e como consequência, de cuidados com a sua pessoa.

Nesse sentido, o cuidado propiciaria ao bebê, a capacidade de ter uma existência pessoal, a partir da qual se desenrolaria a sua continuidade de ser. O potencial herdado do bebê, entendido como uma tendência inata à integração, juntamente com um ambiente humano que favorece a continuidade de existir/ser possibilitariam o amadurecimento do novo indivíduo. Dito de outro modo, prover cuidados a uma criança, ou seja, fazer por ela o que ainda não tem recursos para fazer por si mesma, dada a sua condição de dependência, significa oferecer um ambiente estável e de continuidade de cuidados que favoreça a saúde mental e o desenvolvimento emocional (Winnicott, 1962b/2022).

Winnicott (1962b/2022), ao se referir ao que nós enquanto profissionais, assim como as mães, devemos nos atentar na relação com uma criança, parece resumir características elementares do cuidado, realçando alguns termos, na seguinte passagem:

Precisamos saber a importância: da **continuidade** do ambiente humano, e do mesmo modo, do ambiente não humano, que auxilia a integração da personalidade do indivíduo; da **confiança** que torna o comportamento da mãe previsível; da **adaptação gradativa** às necessidades cambiantes em expansão da criança, cujo processo de crescimento a impele no sentido da independência e da aventura; da **provisão** para concretizar o impulso criativo da criança. (pp. 67-68)

Apesar da tendência a priorizar o cuidado infantil provido pela mãe biológica, dado o contexto social e cultural em que se dá a elaboração de sua produção teórica, Winnicott (1983) deixa escapar uma ideia, com a qual concordamos e que nos parece preciosa no sentido de nos ajudar a pensar em alternativas mais humanas e solidárias quando tocamos em questões de gênero. Trata-se de sua compreensão de que o que importa não diz respeito tanto aos detalhes do que proveremos a uma criança sob nosso cuidado, mas sim, à necessidade de uma organização que garanta a existência de alguém, com tempo e disponibilidade, para reconhecer o que a criança precisa.

Essa compreensão winnicottiana, da qual partilhamos, destoa da hipótese levantada por Ribeiro e Zorning (2018). Como se pode intuir a partir do título do artigo “Amor materno e cuidado profissional”, as autoras sugerem a existência de uma distinção entre dois tipos de cuidado, talvez como reflexo de uma necessidade de demarcar papéis, de determinar características e contornos próprios à relação que uma criança estabelece ou deveria estabelecer com a sua mãe e com outras pessoas que porventura venham a se encarregar de seus cuidados. As autoras aderem à uma corrente teórica francesa que propõe, em linhas gerais, uma diferenciação entre o cuidado dispensado pela mãe e o cuidado ofertado por outro/a cuidador/a. Isso porque, para esta perspectiva, a relação parental se fundaria no amor, enquanto a relação com outro/a cuidador/a, que não seja a mãe ou o pai, seria construída a partir do cuidado.

A esse respeito, Hirata (2022) questiona: será que o amor, o afeto e as emoções contornam exclusivamente as relações familiares? E ainda, será que o cuidado e a técnica se restringem ao domínio dos cuidadores profissionais? Tais questões sinalizam a impossibilidade de separar uma competência da outra, na medida em que são tarefas e/ou experiências vividas por seres humanos em relação. O tipo de concepção aventada por Ribeiro e Zorning (2018) remete a uma noção que nos parece superada, vale dizer, a de que existiria um instinto materno, que seria automaticamente acionado a partir do momento em que a mulher se descobre grávida

ou quando nasce seu bebê e não como um vínculo que se constrói com o tempo, numa relação de constância de cuidado afetivo.

Extrapolando a noção de cuidado proposta por Ribeiro e Zorning (2018), feministas e especialistas na questão do cuidado, a exemplo de boas práticas observadas em países da América Latina, em especial, do Uruguai, sugerem uma espécie de “*Caring Society*”. Essa “sociedade do cuidado” elevaria o cuidado ao *status* de valor universal sendo, como se espera, devidamente priorizado, valorizado e bem remunerado; além disso, seria construída a partir de uma lógica de apoio mútuo, em que todos estejamos implicados no trabalho do cuidado sem distinção de gênero, raça e classe social (Hirata, 2022).

1.4.3. A babá em relação

1.4.3.1. A babá e as relações trabalhistas

Em tese, somos amparados, enquanto cidadãos(as) e trabalhadores(as), pela Constituição Federal Brasileira (CFB) desde 1988. Todavia, foi apenas em 2013 que vimos ser estabelecida, por meio de Proposta de Emenda Constitucional (PEC), que resulta na edição da Emenda Constitucional nº 72 e altera o parágrafo único do artigo 7º da CFB, a igualdade de direitos entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. A regulamentação desta Emenda deu-se por meio da elaboração da Lei Complementar nº 150 de 2015, que dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico.

O artigo 1º da Lei Complementar descreve o empregado doméstico como “aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana” (Lei Complementar nº 150/2015). Em que pese a brecha legislativa que negligencia a situação das diaristas, por exemplo, trata-se de uma conquista importante da categoria.

Foram muitas as reações das classes média e alta diante da aprovação da “PEC das Domésticas” bem como ao sancionamento da Lei Complementar nº 150/2015⁴. As justificativas dos empregadores para a resistência à adesão às novas normas legislativas passavam pelo discurso da impossibilidade de formalização do trabalho doméstico pelo fato de o patrão ser pessoa física e porque envolviam a questão do afeto como fator que o deslegitimava enquanto atividade laboral (Pinheiro et al., 2019). Como nos lembra Silva (2019), à época, o sociólogo Bernardino Costa⁵ comentou que:

Criticar a ampliação de direitos da categoria sob o argumento que vai encarecer as contratações é recorrer a um discurso eticamente insustentável, encharcado da herança escravagista, baseado principalmente na exploração das mulheres negras. (Bernardino Costa, 2013)

A luta dessa categoria por regulamentação e valorização não é recente. Apesar disso, vem encontrando modestos espaços para se concretizar, por meio de instrumentos normativos, apenas a partir da segunda década do século XXI, a exemplo, da Emenda Constitucional nº 72/2013, da Lei Complementar nº 150/2015 e da Convenção nº 189, sobre o “Trabalho decente para as(os) trabalhadoras(es) domésticas(os)”, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil no ano de 2018 (Posthuma, 2021).

Essa caminhada em busca de reconhecimento parece-nos lenta e longa, na medida em que nesse campo em disputa colocam-se em jogo interesses sociais, políticos e econômicos de

⁴ Dentre os direitos assegurados em Lei, encontram-se: salário mínimo, irredutibilidade salarial, isonomia salarial, proibição de práticas discriminatórias, 13º salário, remuneração do trabalho noturno, remuneração do serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, férias, vale-transporte, aviso-prévio, relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), seguro-desemprego, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos, reconhecimento das convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho, assistência gratuita aos filhos e dependentes, redução dos riscos inerentes ao trabalho, integração à previdência social, estabilidade no emprego em razão da gravidez, licença-maternidade, licença-paternidade, salário-família, auxílio-doença, seguro contra acidentes de trabalho e aposentadoria.

⁵ Disponível em www.memoria.ebc.com.br. Acessado em 20/08/2023

grupos de pessoas de classes antagônicas, que acessam de modo desigual as esferas deliberativas de políticas públicas e o próprio direito à democracia (Biroli, 2018). Conforme sinaliza Silva (2019), “mesmo diante de avanços, deparamo-nos com o saudosismo de uma época em que se contratava babás e empregadas para servir em tempo integral, anulando assim todas as possibilidades de sociabilidade desses sujeitos” (p. 46). Os avanços até aqui, reconhecemos, decorrem de muita luta de resistências femininas e afrocentradas em processos que buscam, sobretudo, a humanização da mulher negra, em um país desigual, cujas raízes nutrem-se do patriarcado e do racismo.

1.4.3.2. Algumas considerações sobre a relação da babá com a criança e com seus empregadores

As relações estabelecidas entre a babá e a criança e seus empregadores em muito diferem daquelas firmadas em contextos de trabalho externos ao espaço doméstico, como em instituições, no comércio ou em fábricas. Isso acontece porque, no âmbito doméstico, os fatores emocionais e psicológicos estão mais comumente envolvidos e produzem ressonâncias na dinâmica cotidiana (Tavares, 2017).

Lima (2014) afirma que entre a patroa e a babá se constituiria uma relação peculiar permeada de emoções ambíguas. A mãe se veria diante do seguinte paradoxo: não prescindir do trabalho da babá, mas se esforçar para romper/apagar o vínculo que essa cuidadora cria com seus filhos, o que, para Ribeiro e Zorning (2018), estaria ligado a aspectos emocionais primitivos de sua própria história. Segato (2006) tem a mesma percepção de Lima (2014) com relação ao esforço de desvalorizar o vínculo estabelecido entre criança e babá, mas não o localiza estritamente na figura da mãe. Para Segato (2006), trata-se de um fenômeno vinculado ao inconsciente da cultura brasileira.

Ainda nessa linha, em estudo antropológico, Silveira (2015) conclui que os empregadores esperam que a babá atenda a uma dupla exigência, o que nos parece minimamente contraditório. Se por um lado, almeja-se que a babá esteja à disposição dos patrões, por outro, também se espera que ela seja imperceptível. Concordando com Lima (2014), Silveira (2015) expõe que a relação hierárquica que se estabelece entre a mãe e a babá contrasta com a relação afetiva que a cuidadora e as crianças costumam construir juntas. Nesse cenário em que se encontram em jogo forças e interesses diversos – dos patrões, da criança e da própria babá – a corda tende a romper do lado mais fraco e o que se nota, muitas vezes, é o não reconhecimento da afetividade como elemento necessário para o desenvolvimento da criança, mesmo na relação entre a babá e a criança.

Contudo, Kondratiuk e Neira (2018) chamam a atenção para o fato de que o trabalho do cuidado infantil remunerado pode desencadear uma espécie de hierarquização na relação babá-criança, pautada em marcadores sociais que vão além da questão geracional. A babá encontra-se em posição frágil quando o fato de ser uma empregada da família se sobrepõe, na perspectiva da criança, à sua autoridade como pessoa adulta. Quando isso acontece, segundo Kondratiuk e Neira (2018), a criança se identificaria com o lugar de patrão, operando uma “didática da distância social” (p. 699) que, quando não adequadamente manejada, pode naturalizar desigualdades e preconceito.

Ribeiro & Zorning (2018) consideram que na ausência de treinamentos para babás e outros cuidadores, que visariam auxiliá-los a lidar com as emoções despertadas na relação com a criança de que cuidam, o “lugar do cuidado fica mais confuso e a rivalidade com a mãe dos bebês aparece de maneira mais evidente” (p. 545). Essa hipótese remete-nos a uma noção um tanto desumanizada da figura do/a cuidador/a, que é colocado em posição de alguém que deve ser submetido ao adestramento de seus sentimentos e emoções para que possa se comportar adequadamente no contato com uma criança.

A necessidade de cuidar das próprias emoções ou como nos lembra Tavares (2017), referindo-se a Hochschild (2012), engajar-se em “trabalho emocional” aparece em outros estudos, como nos de Soares (2012) e Hirata (2022). O trabalho emocional, com o qual a babá deve se haver, conduz Tavares (2017) a reflexões como: “as relações com a família e outros funcionários da casa influenciam o trabalho do *care*? Quais emoções permeiam a relação da babá com a criança? É possível pensarmos no *care* sem afeto?” (p. 11). O que Tavares (2017) apreende em sua pesquisa, é que, em geral, existe um empenho da babá para neutralizar os conflitos que vivencia com outras pessoas no cotidiano de trabalho, com o intuito de preservar o vínculo que estabelece com a criança.

Kondratiuk e Neira (2018), em artigo que objetiva elucidar como são vivenciados, no plano da corporeidade, os processos educativos informais envolvidos no trabalho doméstico de cuidado de crianças em contextos migratórios, fazem uso repetido do termo “outro/a”. A escolha desse recurso de linguagem não se deu de maneira despretensiosa por parte dos autores, na medida em que a intenção dos pesquisadores, era a de que nos apercebêssemos das múltiplas camadas de alteridade e diferenciação, com as quais lidam mulheres que migram de diversas regiões do globo para se dedicarem à ocupação de babá.

Interrogamo-nos se lidar com questões de alteridade e diferenciação no contexto do trabalho doméstico remunerado de cuidado infantil seria uma especificidade da babá imigrante ou a realidade das babás, de modo geral. No Brasil, país com dimensões continentais e marcado por migrações internas, as babás, atravessadas por questões de gênero, raça, idade, região e classe, muitas vezes vivem condição social, econômica e cultural, radicalmente oposta à da família empregadora.

Kondratiuk e Neira (2018) exploram nuances da situação de cuidar de filhos de outra família. Embora tenham abordado em seu estudo a condição de babás *au pair*⁶, parece-nos possível encontrar similaridades entre as experiências dessas estudantes estrangeiras com as das babás que com bastante frequência encontramos no Brasil. Um dos achados de Kondratiuk e Neira (2018) diz respeito à certa incoerência entre o discurso dos empregadores quando, não raro, afirmam considerar a “cuidadora” como membro da família, e a prática cotidiana de demarcar limitações espaciais e temporais para a convivência.

A expressão “você é como alguém da família” é recorrente no discurso dos empregadores em relação às trabalhadoras domésticas brasileiras. Isso parece decorrer do fato de a empregada doméstica trabalhar no ambiente do lar, tomado como espaço íntimo, bem como de exercer atividades de cuidado, seja com a casa ou com membros da família, em relações que se permeiam de afeto. Essa condição de “alguém da família”, apesar de permitir o acesso da empregada doméstica a alguns benefícios, não lhe garante direitos conferidos a entes biológicos ou oficialmente adotados pela família e, além de não assegurar condições dignas e formalizadas de trabalho, pode ser usada como subterfúgio para manter situações de exploração (Pinheiro et al., 2019).

No campo do trabalho doméstico e do cuidado muito se fala da mulher. Kondratiuk & Neira (2018) constatam que cuidar dos filhos de outra família, na verdade, significa cuidar dos filhos de outra mulher, haja vista que o gerenciamento do trabalho da babá recai sobre a mulher-

⁶ Importante distinguir, assim como o faz Tavares (2017), as babás, propriamente ditas, sobre a experiência das quais nos debruçaremos nesta pesquisa, e outras duas modalidades de cuidadoras infantis, vale dizer, as “*baby sitters*”, cuja atuação caracteriza-se por ser eventual e temporária, atendendo normalmente a crianças com graus menores de dependência de cuidados e as babás “*au pair*”, mais comumente encontradas em outros países, dado o seu perfil socioeconômico diferenciado. As babás “*au pair*” são, em sua maioria, estudantes universitárias em atividades de intercâmbio em outro país, que assumem, temporariamente, o cuidado das crianças do lar que as acolhe no exterior, em troca de alguma remuneração e/ou de moradia e de alimentação. Já no contexto dos Estados Unidos da América (EUA), encontramos mulheres norte-americanas de cidades pequenas ou imigrantes de país latino-americanos nessa função.

mãe empregadora, que conta com pouca cooperação do pai da criança. São muitas as produções científicas que problematizam questões de gênero em sua relação com o trabalho doméstico e do cuidado.

Todavia, ainda encontramos estudos, como o de Ribeiro e Zorning (2018), que deixam escapar expectativas de gênero como no trecho “para a mulher brasileira que vai trabalhar e escolhe deixar seu bebê com a babá...” (p. 545). Aqui parece haver um juízo de valor, que implica pouco o par parental nas decisões que tocam a vida familiar. Além disso, o uso da palavra “escolha” oculta o conflito entre desejos e necessidades da mulher-mãe, seja entre trabalhar ou não, seja entre deixar o filho com a babá ou não, bem como suas possibilidades socioeconômicas para fazer essa “escolha”, dilemas que não se impõem ao homem quando se torna pai.

Outra questão fundamental, que não se pode perder de vista, é o fato de que o trabalho do cuidado infantil remunerado inevitavelmente sofre os efeitos da maneira como a cuidadora, agora adulta, fora cuidada em sua própria infância. Essa história articulada às experiências da mãe empregadora, como filha e como mãe, representa solo fértil para a emergência de conflitos (Kondratiuk & Neira, 2018). Entretanto, acreditamos que quando fundada no respeito e na ética, visando ao bem-estar da criança e de todos os envolvidos em seus cuidados, a relação babá-pais-criança gere como fruto, reconhecimento e apoio mútuo.

O presente estudo teve como objetivo compreender a experiência vivida por mulheres-mães-babás em sua tarefa cotidiana de conjugar o trabalho do cuidado infantil nas esferas pessoal e profissional.

*“Traça a reta e a curva,
a quebrada e a sinuosa
tudo é preciso.
De tudo viverás.*

*Cuida com exatidão da perpendicular
e das paralelas perfeitas.
Com apurado rigor.
Sem esquadro, sem nível, sem fio de
prumo,
traçarás perspectivas, projetarás
estruturas
número, ritmo, distância, dimensão.
Tens os teus olhos, o teu pulso, a tua
memória.*

*Construirás os labirintos impermanentes
Que sucessivamente habitarás.*

*Todos os dias estarás refazendo o teu
desenho.
Não te fadigues logo. Tens trabalho para
toda a vida (...).”*

(Adélia Prado)

Neste capítulo buscaremos apresentar ao leitor as estratégias metodológicas a que recorreremos para a realização da presente pesquisa empírica. O texto é composto de sete seções. Na primeira seção, discorreremos sobre os fundamentos da pesquisa qualitativa. A segunda seção se destina a explicar sobre o uso da psicanálise em pesquisas qualitativas, focalizando, particularmente, a nossa opção por priorizar a sua dimensão metodológica. Discorreremos brevemente sobre os conceitos de “campo” e de “experiência” na terceira seção. A quarta seção aborda o enquadre da Entrevista Transicional. Na quinta seção, delineamos o recurso dialógico da Narrativa Interativa, dando ênfase a sua versão gráfica. A sexta seção versa sobre o Relato Associativo Inicial e a Narrativa Transferencial. Por fim, na sétima seção, esclarecemos os procedimentos e cuidados éticos.

1. Descrição e Fundamentos da Pesquisa Qualitativa

Com vistas a compreender o *modus operandi* da Ciência Pós-Moderna faz-se necessário retroceder na história, situando, sobretudo, as bases epistemológicas que sustentaram a Ciência em sua incipiência. Turato (2000, 2005) elucida que o pensamento científico moderno nasce com Galileu há quase quatro séculos, instituindo-se a partir daí, uma distinção clara entre ciência, filosofia e religião. Com essa delimitação, designou-se ao campo das ciências, o estudo das coisas da natureza, ou seja, a tarefa de estabelecer, em uma perspectiva positivista, relações causais dos fenômenos entre si, ao passo que, à filosofia competiria debruçar-se sobre questões ontológicas/existenciais e à religião dedicar-se ao estudo de dogmas religiosos.

O modelo de racionalidade positivista, que bebe da fonte das ciências exatas, concebe o ato de conhecer como equivalente ao ato de quantificar, conferindo rigor científico ao que é passível de ser medido e desprezo às qualidades intrínsecas do objeto. A lógica deste modelo também se assenta na redução da complexidade dos fenômenos de modo que para compreendê-los, em parte, diga-se de passagem, divide-os e os classifica na busca por estabelecer relações entre seus fragmentos separados. Trata-se também de um modelo que aspira à formulação de leis e pressupõe ideais de ordem, estabilidade, domínio e controle que, como bem pontua Santos (2008), atende aos interesses de determinados segmentos sociais.

Turato (2000) observa que, atentos à constatação de que fenômenos humanos e sociais escapam ao escopo restrito das Ciências Naturais, os cientistas avessos às prerrogativas positivistas e neopositivistas, buscaram iluminar o campo das Ciências Humanas, não sem enfrentar resistências, ainda atuais, do corpo de pesquisadores que se alinha ao paradigma dominante. É neste contexto que emergem os métodos qualitativos ou compreensivos datados de pouco mais de um século e construídos, em um primeiro momento, como contraponto às já bem estabelecidas Ciências Naturais.

O antropólogo Malinowski, que passou alguns anos convivendo com povos nativos da Oceania e registrando sistematicamente seus achados derivados do estudo de campo, é conhecido como precursor do uso de métodos qualitativos (Turato, 2000). Turato (2005), todavia, não deixa de reconhecer o mérito de Marx e de Freud à frente de descobertas científicas sobre a sociedade e o ser humano, as quais contribuíram para “a sustentação da cientificidade das Ciências Humanas, nas quais se encontra o lócus da construção metodológica da pesquisa qualitativa” (Turato, 2005, p. 508).

Turato (2005) e Flick (2009) esclarecem que o termo “pesquisa qualitativa” fora exaustivamente descrito, por algum tempo, como a negação do que se compreendia por pesquisa quantitativa. Essa descrição, pela via da negação, segundo os autores, não mais confere com a envergadura teórica que sustenta essa modalidade de pesquisa, atualmente bem estabelecida e com características próprias, cuja emergência leva Santos (2008) a conjecturar que estejamos “no fim de um ciclo de hegemonia de uma certa ordem científica” (p. 19).

Feita essa parte introdutória sobre a Ciência em seus primórdios, cabe-nos agora, mais que comparar ambas as modalidades de pesquisa, evidenciar aquela com cujos pressupostos epistemológicos, metodológicos e ideológicos nos alinhamos enquanto pesquisadoras que partem de uma visão de ser humano complexo, concreto e social.

Em relação às características da pesquisa qualitativa, Flick (2009) destaca o uso do texto como recurso empírico, o entendimento de que as realidades vividas derivam de construção social, além da postura política e ética de conceber a valorização da perspectiva do participante da pesquisa como requisito fundamental para a construção de conhecimento compreensivo. Outro elemento característico da pesquisa qualitativa consiste na prerrogativa de se atentar ao processo (mais que ao produto) e às relações que se estabelecem entre os fenômenos, cuja rede que os conecta tem múltiplas e recíprocas causalidades.

O pesquisador qualitativo (Turato, 2000, 2005) interessa-se por conhecer em profundidade as experiências dos participantes da pesquisa, bem como os sentidos que atribuem, individual ou coletivamente, às circunstâncias que vivem. De seu ponto de vista, a neutralidade não se institui como critério de rigor científico, ao contrário, nesse contexto é recomendável que o pesquisador, assumindo sua postura existencial, se coloque em posição de ser o seu próprio instrumento de pesquisa. O primeiro exercício a que se deve empenhar consiste em se deixar impactar em termos sensoriais pelo discurso dos participantes para, na sequência, acolhê-lo em sua consciência, onde encontra espaço para ser representado e, então, interpretado (Turato, 2000). Nas palavras de Bleger (1985):

o instrumento de trabalho do entrevistador é ele mesmo, sua própria personalidade, que participa inevitavelmente da relação interpessoal, com o agravante de que o objeto que deve estudar é outro ser humano, de tal maneira que, ao examinar a vida dos demais, se acha diretamente implicada a revisão e o exame de sua própria vida, de sua personalidade, conflito e frustrações. (p. 26-27)

Contrapondo-se à fidedignidade e à reprodutibilidade, a validade e a generalização ganham destaque na pesquisa de caráter qualitativo. Turato (2000) manifesta-se contrário às críticas infundadas acerca dessas características da pesquisa qualitativa em específico. Compreende que fenômenos ou fatos, individuais ou coletivos, que se manifestam no âmbito das Ciências Humanas, são invariavelmente não reprodutíveis dadas as particularidades e complexidades inerentes a toda e qualquer experiência humana. Ademais, o objetivo deliberado desse tipo de pesquisa pressupõe o estudo do “particular”.

Flick (2009) elucida que ao se propor a iluminar o sentido dos fenômenos, vale dizer, construído em processos interativos, a pesquisa qualitativa e os resultados que advêm de sua aplicação, expande a sua capacidade de repercussão para além de objetivos científicos. Consiste nesse sentido, em recurso heurístico potencial para a transformação de relações e de

realidades, propiciando reflexão e alternativas para solução de problemas concretos. Nessa mesma linha de raciocínio, Denzin e Lincoln (2005) delineiam a investigação qualitativa como um “projeto moral, alegórico e terapêutico” (p. xvi).

2. A Psicanálise e o Método Psicanalítico na Pesquisa Qualitativa

Compartilhando espaço com outras abordagens compreensivas como a fenomenologia, a etnografia e a antropologia, a psicanálise tem-se revelado campo de saber potencialmente heurístico para produção de conhecimento significativo sobre a experiência humana. Tendo como base Herrmann (2001), identificamos três usos distintos da psicanálise na pesquisa, bem elucidados por Aiello-Fernandes et al. (2012).

O primeiro deles, com uma perspectiva teórico-conceitual, consiste no estudo hermenêutico de textos psicanalíticos, a exemplo dos trabalhos de Fulgêncio (2011, 2013, 2016). O segundo grupo de pesquisas que remetem à psicanálise, usam-na como referencial teórico, mas em contexto clínico que segue os moldes das ciências naturais positivistas. As pesquisas desenvolvidas por Simon (2015) e Yoshida (2008) são ilustrações do emprego da psicanálise sob essa lógica. Por fim, o terceiro grupo de pesquisadores, no qual nos incluímos, evidencia a primazia do método psicanalítico sobre a teoria e a técnica, conforme indicação do próprio Freud (1922/1972), a exemplo de trabalhos recentes de nosso grupo de pesquisa como em Ribeiro (2023), Bonfatti (2023), Visintin (2023), Carias (2022), Visintin (2021), Inacarato (2021), Assis (2019) e Autuori (2018). Laplanche e Pontalis (1967/2001) descrevem a psicanálise como:

Disciplina fundada por Freud e, na qual, com ele, podemos distinguir três níveis:

A) Um método de investigação que consiste essencialmente em evidenciar o significado inconsciente das palavras, ações, das produções imaginárias (sonhos, fantasias, delírios) de um sujeito. Este método baseia-se principalmente nas associações livres do sujeito, que são

a garantia da validade da interpretação. A interpretação psicanalítica pode estender-se a produções humanas para as quais não se dispõe de associações livres. B) Um método psicoterápico baseado nesta investigação e o especificado pela interpretação controlada da resistência, da transferência e do desejo. O emprego da psicanálise como sinônimo de tratamento psicanalítico está ligado a este sentido; exemplo: começar uma psicanálise (ou análise). C) Um conjunto de teorias psicanalíticas e psicopatológicas em que são sistematizados os dados introduzidos pelo método psicanalítico de investigação e de tratamento. (p. 495)

Fonteles et al. (2018) em artigo que objetivou discutir o lugar da pesquisa em/sobre psicanálise a partir do levantamento da produção acadêmica nacional, identificaram predomínio de pesquisas teóricas, sobretudo em programas de pós-graduação em psicanálise. Chamou a atenção dos autores o fato de a grande maioria dessas pesquisas não dedicarem qualquer referência ao método. Dentre as que o fazem, aludem, apressadamente aos estudos de casos clínicos. Esse achado que pode decorrer de uma pressuposição por parte de pesquisadores psicanalistas de que o método psicanalítico esteja naturalmente implícito na pesquisa, leva Fonteles et al. (2018) a questionar: “Por que psicanalistas na universidade não se apropriam do método psicanalítico, no sentido de destacá-lo em suas produções, respaldando-o como método legítimo na produção de saber?” (p. 146).

Dada a ênfase que atribuímos à psicanálise como método, entendemos por bem, descrever dois conceitos elementares dessa área de saber, por meio dos quais, vividos intersubjetivamente, podemos criar/encontrar campos de sentido afetivo emocional. Referimo-nos à associação livre de ideias e à atenção flutuante. Segundo Laplanche e Pontalis (1967/2001), a associação livre de ideias compreenderia o estímulo à emergência de qualquer pensamento do paciente, devendo o analista abster-se de manifestações de discriminação ou censura. A atenção flutuante, por sua vez, corresponderia à escuta analítica ao paciente, sem

privilegiar, a princípio, qualquer elemento do discurso, favorecendo a fruição da atividade inconsciente.

Compartilhando das visões de Minayo (2021) e de Dockhorn e Macedo (2015), entendemos que, enquanto pesquisadoras interessadas na busca por conhecimentos compreensivos, devemos cultivar a clareza de reconhecer que a realidade não pode ser apreendida em sua totalidade. Nesse sentido, cabe à pesquisa psicanalítica o contínuo compromisso de ampliar o conhecimento acerca do humano sem a pretensão de esgotar a dimensão de sentidos das experiências e/ou dos fenômenos sociais, articulando os seus achados com outras áreas do conhecimento (Almeida & Naffah Neto, 2020).

Acerca da configuração do corpo teórico psicanalítico, Greenberg e Mitchell (1983/1994) identificam a vigência atual de dois paradigmas, denominados pulsional e relacional. Ambos estariam presentes na obra freudiana, cuja leitura atenta permite discriminar uma vertente clínica e dramática e outra, metapsicológica (Politzer, 1928/1998).

O paradigma pulsional conceberia o adoecimento mental como decorrência de conflito instalado em um aparelho psíquico individual, entre forças internas de origem sexual e agressiva e forças superegógicas (repressoras), entrave que se alocaria na base do funcionamento do psiquismo. O paradigma relacional, por seu turno, partiria da premissa de que as psicopatologias fundar-se-iam no campo vincular, ou seja, de que os quadros de sofrimento emocional derivariam de interações inter-humanas (Greenberg & Mitchell, 1983/1994). Esta última vertente, clínica portanto, toma como objeto de estudo o cotidiano dramático vivido pelas pessoas, disputando espaço com a corrente metapsicológica, ainda dominante entre os psicanalistas, que se abastece de elocubrações e abstrações sobre o psiquismo.

Cumpre-nos destacar que, na presente pesquisa, além de fazermos uso da psicanálise como método, adotamos uma perspectiva teórica psicanalítica relacional. Para Bleger (1963/1984), leitor de Politzer (1928/1998), filósofo que fundamenta uma crítica bastante

acurada à metapsicologia freudiana, os campos vinculares não devem ser abstraídos dos contextos macrossociais em que são cultivados. Nesse sentido, não nos limitamos a conceber as interações interpessoais e o sofrimento emocional como situados essencialmente no âmbito das relações familiares, uma vez que inseridos em dinâmicas macrossociais que delineiam e afetam profundamente as experiências humanas (Bleger, 1963/1984).

3. Os Conceitos de “Campo” e de “Experiência”

O termo “campo” comporta variadas definições (Baranger & Baranger, 1964/2009; Bleger, 1963/1984 e Herrmann, 1979/1991). Aqui cabe destacar o modo como temos compreendido esse conceito enquanto grupo de pesquisa, ou seja, como “mundos” ou ambientes “psicológicos” humanamente produzidos (Aiello-Fernandes, 2013) que, no contexto da pesquisa, emergem da relação entre o participante e o pesquisador e, mais adiante, entre este e o material narrativo produzido a partir dos encontros.

Também se faz necessária uma breve explanação sobre o conceito de “experiência”, importante no âmbito da presente pesquisa. Tendo em vista certa afinidade entre a psicanálise e a fenomenologia, haja vista a compreensão de que o uso do método psicanalítico exige o cultivo de uma atitude fenomenológica, bem como a atenção que pesquisadores fenomenólogos conferem à “experiência vivida”, entendemos coerente recorrer ao conceito tal como elaborado naquela abordagem. Amatuzzi (2007) descreve “experiência” a partir de duas perspectivas: como “conhecimento adquirido com a prática” (Amatuzzi, 2007, p. 8) e como “a vivência emocional que é subjacente a esse conhecimento acumulado” (Amatuzzi, 2007, p. 8).

O autor prioriza a dimensão vivencial da experiência que, em seu entendimento, deveria preceder qualquer elaboração mental. Nessa linha de raciocínio, acredita que dispor de conhecimento de fatos objetivos não seja tão importante quanto acessar a realidade tal como é percebida e investida de sentidos pelos sujeitos (Amatuzzi, 2009).

As ciências humanas focalizam a experiência subjetiva das pessoas ou de coletividades, e não fatos externos diretamente mensuráveis, embora não os desconsidere em seus impactos sobre os indivíduos, e isso as obriga a repensar sua epistemologia e seus métodos. Aprender com experimentos é uma coisa, e aprender com a experiência é outra. A fenomenologia aqui se separa das ciências naturais convencionais. (Amatuzzi, 2007, p. 12)

Amatuzzi (2007) observa diferença significativa entre analisar um comportamento com o objetivo de identificar causas e efeitos e se atentar ao mundo vivido pela pessoa em um contexto intersubjetivo. Se no primeiro caso, o psicólogo/pesquisador assumiria um papel de técnico ou perito, no segundo, seria uma espécie de “companheiro de buscas” (p. 13) intentando conhecer os sentidos que emergem a partir das experiências inter-humanas.

Da perspectiva da psicanálise, em artigo interessante, Iribarry (2003) apresenta os significados do vocábulo “experiência” na língua alemã, dando ênfase àquele que interessa ao pesquisador psicanalítico. Segundo o autor, existiram três possíveis traduções para o conceito de experiência. A primeira, designada por “experiment” compreenderia a experiência propriamente dita de um pesquisador em um ambiente de laboratório. Aqui o objeto tem primazia em relação ao pesquisador e a sua vivência. A segunda, “erlebnis”, destacaria a vivência do sujeito, colocando objeto e pesquisador em segundo plano. A terceira e última tradução, própria do campo psicanalítico, consistiria em “erfahrung” e seria definida como uma experiência inter-humana que, partindo de uma atitude solipsista em direção à inclusão de uma alteridade, transforma-se em aprendizado ou, dito de outro modo, em oportunidade de aprender com a experiência ou com o outro.

Winnicott (1953/2019) relaciona o conceito aos fenômenos transicionais, descrevendo-o como sendo uma terceira área de experiência humana, intermediária entre o mundo interno e o mundo externo, que representa um espaço de descanso dos conflitos e das angústias cotidianas. Essa experiência transicional seria potencialmente vivida no mundo da fantasia, da

arte e da cultura, no qual se vê manifestar a criatividade primária, aqui entendida como gesto espontâneo, de modo livre e genuíno.

O conceito de experiência também é importante na perspectiva da psicologia da conduta (Bleger, 1963/1984). Sendo conduta um termo usado para designar todo e qualquer ato humano praticado, individual ou coletivamente, a experiência vivida ensejaria a busca de um tipo específico de sentido que, para a psicanálise, corresponderia a um sentido afetivo-emocional.

Comprometidas com um fazer profissional ético e pautado no respeito à alteridade, cuidamos de oferecer às participantes da pesquisa um ambiente de acolhimento e sustentação, a partir do qual se pôde construir uma relação de confiança entre a dupla pesquisadora-participante. Essa postura sensível e humana no contato com as mulheres-mães-babás visava favorecer que o acontecer da pesquisa se incorporasse às suas histórias pessoais de vida como experiência gratificante, enriquecedora e eventualmente terapêutica (Winnicott, 1941/2021, 1969/2019), prerrogativas opostas à de uma participação impessoal e submissa.

4. A Entrevista Transicional

A entrevista é um dos recursos metodológicos mais utilizados em pesquisa qualitativa. Duarte (2004), todavia, sinaliza que o uso de entrevistas em pesquisa qualitativa é polêmico. Isso decorre da impressão equivocada de alguns pesquisadores quanto à entrevista consistir em procedimento de coleta de dados menos preciso que o aceitável no campo das investigações científicas. Diante dessa visão negativa que cerca a entrevista, cabe-nos enquanto pesquisadoras qualitativas que primam pelo rigor científico e fazem uso deste recurso, explicitar de maneira pormenorizada os pressupostos teórico/metodológicos que norteiam o nosso trabalho.

Afinal, como bem discrimina Duarte (2004), não é propriamente o uso da entrevista como recurso para coleta de dados que confere *status* de “qualitativa” a uma pesquisa, mas o

referencial teórico/metodológico adotado desde a concepção do objeto de pesquisa até a análise do conteúdo que emerge a partir do encontro inter-humano propiciado pelo contexto do estudo.

Posto isso, salientamos que nos propusemos a realizar uma pesquisa qualitativa de base teórico/metodológica psicanalítica. Recorremos, nesse momento, às contribuições de Bleger (1985) e de Winnicott (1953/2019, 1971/2019) para fundamentar o modelo de Entrevista Transicional, que vem sendo proveitosamente desenvolvido por nosso grupo de pesquisa.

Bleger (1985) já mencionara que a entrevista nos convoca, enquanto psicólogos, a desempenhar a dupla função, de investigador e de profissional, na medida em que se trata de um recurso metodológico que, ao mesmo tempo em que permite levantar dados e ampliar o repertório de informações sobre determinado fenômeno humano, também se configura como técnica por meio da qual se pode aplicar o conhecimento científico.

A entrevista psicológica consiste em uma relação estabelecida entre duas ou mais pessoas. A peculiaridade dessa relação incide no fato de que uma dessas pessoas é o profissional/pesquisador da área da psicologia e, o outro ou outros, demandante(s) de um atendimento técnico psicológico. Essa dupla, vale dizer, entrevistador e entrevistado, na concepção de Bleger (1985), compõe um grupo, no interior do qual seus membros estão interrelacionados e cujas condutas são interdependentes.

Diferente da anamnese, procedimento que pressupõe que o paciente conheça sua história de vida e se encontre em condições de fornecer informações sobre ela, a entrevista psicológica está fundamentada sob a hipótese de que cada pessoa tem organizada uma história de vida e uma consciência do momento presente, cabendo-nos deduzir, a partir dessa compreensão, o que a pessoa não sabe. Nesse sentido, contradições, ansiedades, transferência e contratransferência compõem e enriquecem o processo analítico na busca por apreender significados/sentidos para condutas e relações humanas (Bleger, 1985). Sem pretender adentrar nos meandros da Teoria dos Campos (Herrmann, 2001), acreditamos que seja proveitoso

transcrever uma citação do autor, comunicando o que, a seu ver, existiria de peculiar em uma situação analítica que permitiria ao analisando chegar a alguma ideia desconhecida sobre si:

o analista não escuta e fala do mesmo que seu paciente. Há um desencontro fundamental, não no âmbito da relação, mas do campo. Associando livremente, ou procurando fazê-lo, o analisando fala de sua realidade, enquanto o analista, qualquer analista, escuta-o pelo ângulo da identidade que se entremostra. (p. 54)

Valorizando o uso de entrevistas como recurso metodológico, Duarte (2004) afirma que, quando bem realizadas, permitem ao pesquisador apreender em profundidade o fenômeno estudado, o que lhe exige preparo e competência técnica. Para a autora, uma boa entrevista demanda do pesquisador: a) clareza e introjeção dos objetivos da pesquisa; b) conhecimento prévio sobre a realidade sob investigação, adquirido ao longo de sua experiência pessoal e profissional e de uma cuidadosa revisão bibliográfica sobre o tema; c) introjeção de uma espécie de roteiro da entrevista, a fim de servir como guia na direção dos objetivos do estudo; d) segurança e autoconfiança e e) oferta de um ambiente de pesquisa com certo nível de informalidade, que propicie ao/a participante segurança e estímulo à expressão de sua experiência.

Para Bleger (1985), uma boa entrevista psicológica articula-se em torno da observação, do pensamento e da imaginação sobre o fenômeno humano estudado, em um processo dialético. Nesse sentido, afirma que a observação propiciaria a formulação de hipóteses, as quais deveriam ser verificadas no momento em que emergem a fim de sustentar novas observações, dessa vez, enriquecidas com as suposições prévias, em um movimento contínuo na busca por sentidos/significados das condutas.

Bleger (1985) desenvolve sua teoria sobre a entrevista psicológica, caracterizando-a como ferramenta técnica apropriada ao contexto clínico. Dado o alcance deste recurso para apreender fenômenos psicológicos e o potencial de se materializar como conhecimento

rigoroso sobre o ser humano e suas relações, posicionamo-nos a favor de seu uso adaptado ao âmbito da pesquisa sob um enfoque winnicottiano.

Duarte (2004) pontua que a tarefa que nos compete após ouvir as narrativas subjetivas/pessoais dos participantes de uma pesquisa qualitativa, seria a de pensar na dimensão coletiva que subjaz o material, compreendendo como se construíram ao longo do tempo e do espaço, as lógicas e as relações que se articulam em torno de determinado grupo social, no caso do presente estudo, o de mulheres-mães que trabalham como babás.

O enquadre de entrevista psicológica proposto tem inspiração nas ideias winnicottianas sobre fenômenos e objetos transicionais. Donald Woods Winnicott, pediatra e psicanalista britânico, dedicou grande parte de seus estudos à compreensão da relação entre mães e bebês em variadas etapas do desenvolvimento, evidenciando os impactos de eventuais falhas maternas para o processo de amadurecimento emocional. Ainda que beba de fonte freudiana, Winnicott não adere à metapsicologia clássica, distanciando-se de abstrações especulativas sobre um suposto aparelho psíquico individual para pensar no ser humano a partir de uma perspectiva relacional.

Segundo o autor, os objetos e fenômenos transicionais nos acompanhariam ao longo de toda a experiência de vida. Os objetos transicionais, na infância, referir-se-iam aos brinquedos eleitos pelas crianças para auxiliá-las a lidar, por meio da simbolização, com a ausência do cuidador primário de referência. Já os fenômenos transicionais, além de contemplarem os objetos transicionais propriamente ditos, também incluiriam as condutas imaginativas e criativas que aludem à existência do verdadeiro self (Winnicott, 1971/2019).

Com propriedade teórica, Carias (2022) constrói uma analogia entre o enquadre da Entrevista Transicional e a concepção winnicottiana de “experiência completa”, tal como observada por Winnicott (1941/2021) ao descrever o Jogo da Espátula. Carias (2022) conclui

que, “diante de uma nova experiência o ser humano hesita, explora e finaliza a experiência a fim de integrá-la ao próprio self (p. 61).

Tendo em vista esse processo, que é próprio da condição humana, organizamos a Entrevista Transicional de modo a contemplar essas três etapas. O primeiro momento consistiria no acolhimento, ou seja, no estabelecimento de um *rapport* suficientemente humano, que favorecesse a organização pessoal da participante frente ao ambiente da pesquisa (Bleger, 1985). O momento seguinte, vale dizer, o da exploração, envolveria a apresentação da Narrativa Interativa Gráfica, como convite ao brincar, mediante uma postura de abertura e aceitação do/a pesquisador/a, que serviria como estímulo para o relato das histórias pessoais, de sentimentos e lembranças, que insurgem a partir da associação livre de ideias sobre o tema. O último momento exigiria do pesquisador atenção e cuidado quanto aos movimentos da participante em direção à finalização da entrevista, a fim de evitar tanto a interrupção abrupta do diálogo, quanto o prolongamento desnecessário do encontro, garantindo que, ao final, possa-se concluir que esse ciclo experiencial se finda de modo satisfatório.

Com o intuito de proporcionar às participantes da pesquisa um espaço potencial para esse tipo de interação nos moldes descritos por Winnicott (1953/2019), propomos o enquadre da Entrevista Transicional, por meio do qual oferecemos um ambiente acolhedor, dialógico e lúdico, sustentado pela escuta psicanalítica, que permitisse a livre associação e a comunicação emocional sobre o tema da pesquisa.

5. A Narrativa Interativa e a Narrativa Interativa Gráfica

Ao propor em suas Consultas Terapêuticas (Winnicott, 1971/2023) o Jogo do Rabisco, Winnicott (1968/1994) buscou diferenciar essa prática de técnicas ou testes, compreendendo-a como um meio pelo qual poderia estabelecer contato com uma criança em um contexto terapêutico. Em oposição à lógica de que o analista deve se colocar no lugar de quem interpreta

conteúdos inconscientes do paciente, o Jogo do Rabisco, enquanto convite ao brincar, estabeleceria um campo privilegiado para a autorrevelação de sentidos inconscientes, ou seja, uma oportunidade para que a criança pudesse descobrir algo por si própria. O convite a brincar dava-se, segundo Winnicott (1968/1994), da seguinte maneira:

“Vamos jogar alguma coisa. Sei o que gostaria de jogar e vou lhe mostrar”. Há uma mesa entre a criança e eu, com papel e dois lápis. Primeiro apanho um pouco de papel e rasgo as folhas ao meio, dando a impressão de que o que estamos fazendo não é freneticamente importante, e então começo a explicar. Digo: “Este jogo que gosto de jogar não tem regras. Pego apenas o meu lápis e faço assim...” e provavelmente aperto os olhos e faço um rabisco às cegas. Prossigo com a explicação e digo: Mostre-me se se parece com alguma coisa a você ou se pode transformá-lo em algo; depois faça o mesmo comigo e verei se posso fazer algo com o seu rabisco”. (p. 232)

A Narrativa Interativa (NI) recurso criado por Granato e Aiello-Vaisberg (2011) se fundamenta a partir da perspectiva winnicottiana de iniciar um encontro como uma brincadeira, transformando esse contato inter-humano em uma experiência transicional que se institui na articulação entre o mundo subjetivo e o compartilhado (Winnicott, 1971/2023). Em termos práticos, a NI consiste em uma história fictícia sobre o tema do estudo, construída em interlocução com o grupo de pesquisa, que em dado momento se interrompe, convidando de modo livre e associativo, a exemplo do Jogo do Rabisco, o/a participante a lhe dar um desfecho.

O processo de criação da NI exige do pesquisador contato prévio com o universo de vida dos/as participantes ou, nos termos usados por Ribeiro, Azevedo e Turato (2013), passar por um processo de ambientação e/ou aculturação. Suficientemente imerso nesse contexto, seja devido ao estudo bibliográfico aprofundado sobre o tema da pesquisa e/ou em função das próprias experiências pessoais e profissionais, o pesquisador torna-se habilitado a elaborar um

primeiro rascunho da história fictícia compartilhado com o grupo de pesquisa como parte do processo de triangulação de pesquisadores (Stake, 2011).

A NI é um recurso metodológico que parte do pressuposto de que o narrar representa um meio “privilegiado de acesso aos sentidos afetivo-emocionais que subjazem a toda conduta humana” (Granato & Aiello-Vaisberg, 2013, p. 18). Para a construção desta narrativa observamos a premissa de que o envolvimento emocional dos participantes só pode ser facilitado se a história e seus personagens estabelecerem uma “forte relação com a vida e seus desafios” (Granato et al. 2011, p. 160) e, ao mesmo tempo mantiverem uma distância emocionalmente segura da exposição direta de experiências pessoais dolorosas. Desse modo, oferecemos ao participante a possibilidade de dosar o contato com a realidade por meio da ficção, articulando as experiências pessoais e as vividas pelos personagens. É fato que a NI é cuidadosamente construída a ponto de favorecer que o participante da pesquisa acabe por narrar a própria história, em primeira pessoa.

Orientada pela Professora Doutora Tânia Mara Marques Granato, Autuori (2018) inaugura o uso adaptado da NI, que recebe a denominação de Narrativa Interativa Gráfica (NIG). No referido estudo, uma narrativa convencional foi elaborada para abordagem dos pais e profissionais envolvidos com o encaminhamento de crianças para psicoterapia em um CAPSi, enquanto uma NIG foi construída para as crianças, a fim de facilitar a expressão emocional infantil. O trabalho de Lucas (2022) sobre a experiência familiar de mães e filhos durante a pandemia de Covid-19, é outro exemplo do uso de uma NI para as mães e uma NIG para seus filhos.

Em nossa pesquisa, decidimos inovar optando pelo uso da NIG com participantes adultas. Longe de incorreremos em uma visão impregnada de capacitismo em relação às participantes, essa escolha deu-se em consideração ao conhecimento prévio do perfil sociodemográfico de empregadas domésticas/babás no Brasil, país marcado pela desigualdade

social, que comumente resulta em dificuldades de aprendizagem. Nossa intenção repousava no cuidado de se evitar constrangimento às participantes que porventura tivessem dificuldade de compreender e se expressar pela linguagem escrita, facilitando a comunicação espontânea.

Estudos recentes de nosso grupo de pesquisa com enquadres variados como o de entrevistas individuais ou coletivas (Bonfatti, 2017; Carias, 2020; Visintin, 2023), com casais (Diniz, 2020; Ribeiro, 2023) e crianças (Autuori, 2017; Lucas, 2022) têm comprovado a potencialidade da NI e da NIG para o estudo de dramáticas de vida, na medida em que se baseiam no potencial elaborativo do narrar e no estabelecimento de um ambiente lúdico que facilita a espontaneidade e a autenticidade (Winnicott, 1968/1994).

Apresentaremos abaixo a NIG traçada por uma desenhista profissional, cujo enredo foi elaborado pela pesquisadora em coautoria com o grupo de pesquisa. Antes disso, cabe-nos tecer alguns comentários, tendo em vista que:

Narrativa é uma história contada sob a forma literária, com uma preocupação tanto com o conteúdo quanto com a forma, tanto com os fatos que compõem a história quanto com a linguagem, tanto com a organização quanto com o efeito que essa organização provocará no leitor (L. Assis, p. 13, 2019).

Após versões iniciais da NIG, a partir do que discutíamos em grupo em termos de sua adequação aos propósitos da pesquisa e aos cuidados éticos, buscamos não colocar em evidência os marcadores que denotam a desigualdade social que caracteriza a relação patrões-babás.

Intencionalmente destacamos a figura da mulher-mãe-babá em todos os quadrinhos como pessoa adulta de referência das crianças, reafirmando, a partir de revisão da literatura científica sobre o tema, que o lugar destinado à mulher na esfera do cuidado e, especificamente, do cuidado infantil, é marcadamente solitário. Articulando a vida pessoal e profissional

dedicada ao cuidado, a história que criamos se interrompe convidando as babás a um estado de relaxamento e à possibilidade de sonhar.

Feita essa breve introdução acerca da criação da NIG, resumimos as etapas percorridas por nosso grupo para a construção de narrativas e finalizamos este item com a ilustração da NIG utilizada neste estudo.

Etapa 1: familiarização com o problema, a situação ou o conflito investigado

Etapa 2: construção dos personagens e funções na trama

Etapa 3: identificação do conflito central a ser focado na narrativa

Etapa 4: escolha do(s) foco(s) narrativo(s)

Etapa 5: definição de espaço e tempo da narrativa

Etapa 6: composição da cena

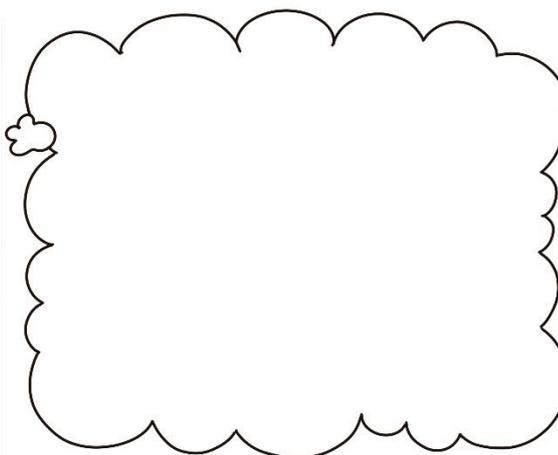
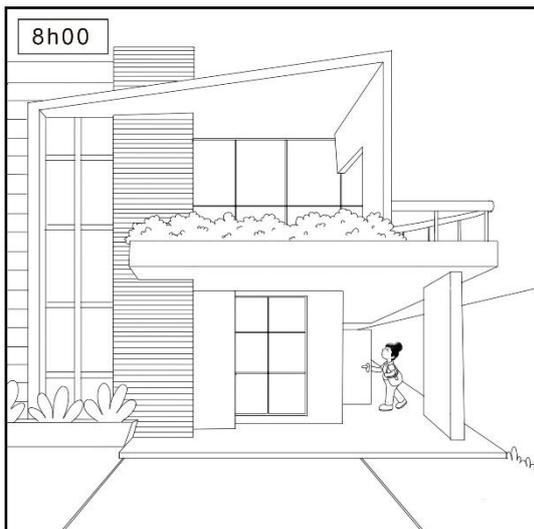
Etapa 7: definição do momento de suspensão da narrativa

Etapa 8: elaboração da primeira versão da NI

Etapa 9: triangulação da primeira versão de NI com o grupo de pesquisa

Etapa 10: ajustes a partir da primeira versão de NI rumo à versão final

Narrativa Interativa Gráfica



6. Relato Associativo Inicial (RAI) e Narrativa Transferencial (NT)

O RAI e a NT são procedimentos narrativos que visam comunicar o material emergente das entrevistas, que refletem níveis interpretativos diferentes e servem como matéria prima para a etapa final de análise interpretativa, a qual resultará nos campos de sentido afetivo-emocional. Acerca dessas modalidades de relato, vale tecer uma breve diferenciação. O RAI tem caráter associativo e espontâneo, cujo objetivo consiste em anotar fatos, falas, circunstâncias que se revelam significativas no encontro e que nos permitem elucidar o modo pelo qual os participantes percebem o mundo e comunicam suas vivências pessoais. Também abarca associações e impressões iniciais do pesquisador acerca de cada encontro.

A Narrativa Transferencial, por sua vez, procedimento concebido por Aiello-Vaisberg et al. (2009) e já reconhecido no âmbito científico por meio de estudos de nosso grupo de pesquisa, é comparada, por seus precursores, com o relato de sonhos. Isso porque, assim como no relato de sonhos, contemplaria a descrição da cena em si e dos impactos afetivo-emocionais vividos enquanto o sonho transcorre, seguidos dos efeitos igualmente afetivo-emocionais da recordação quando o pesquisador, ainda de modo associativo e em estado de atenção flutuante, põe-se a redigir a experiência vivida. Para Granato et al. (2011), “o psicanalista “sonha” o encontro analítico para relatá-lo, em uma reconstrução do encontro que não visa ao retrato fiel do ocorrido, mas à revelação do vivido” (p. 159).

Como se pode facilmente depreender, esse tipo de relato mantém-se coerentemente alinhado ao método psicanalítico, tanto em contexto clínico como de pesquisa (Aiello-Vaisberg et al., 2009), requerendo uma feitura que não depende e/ou se baseia tão somente no uso de competências intelectuais, uma vez que se desenrolam à medida em que comparecemos ao encontro com o outro como presença humana, essencialmente vincular, a partir da qual damos abertura à assunção de pensamentos, lembranças, sentimentos e impressões

contratransferenciais, com o intuito de comunicar ao leitor a experiência vivida junto ao paciente/participante.

Esse material narrativo foi analisado coletivamente, com a participação do grupo de pesquisa, na medida em que reconhecemos que a multiplicidade de olhares contribui positivamente para a nossa elaboração interpretativa. Para a concretização dessa empreitada, apoiamo-nos nas palavras de ordem de Fabio Herrmann (1979/1991): “deixar que surja”, “tomar em consideração” e “completar a configuração do sentido emergente”.

Descreveremos sucintamente a que se refere cada uma das etapas aventadas por Herrmann (1979/1991): 1) “Deixar que surja” alude à postura receptiva do analista/pesquisador diante do relato da dramática vivida pelo participante da pesquisa, o que implica em uma atitude de desapego aos conhecimentos prévios e às próprias teorizações psicanalíticas para que nos deixemos genuinamente impressionar pelo encontro inter-humano; 2) “Tomar em consideração” envolve a recomendação ao analista/pesquisador quanto à cautela no sentido de não se apressar a conferir sentido à narrativa do participante, aguardando a emergência de associação e/ou interpretação que se revele, de fato, significativa. A esse respeito, Winnicott (1960/2022, 1968/1994) já nos alertara sobre a condição necessária, pessoal e técnica, do analista, de esperar o acontecer, ou seja, o gesto espontâneo do paciente, ao invés de atender a uma espécie de anseio pessoal narcísico de oferecer uma interpretação certa; 3) “Completar o desenho” refere-se à busca por criar/encontrar sentidos afetivo-emocional para as narrativas que se tecem na relação intersubjetiva entre participante e pesquisador.

Esperamos que o leitor possa concluir que nos orientamos pelo método psicanalítico em todas as etapas da presente pesquisa. Após essa primeira fase de nosso trabalho científico, suspendemos o uso do método psicanalítico para dar início a um processo reflexivo de interlocução com outros autores das Ciências Humanas que se dedicam ao estudo dos fenômenos que os campos de sentido afetivo-emocional a que chegamos ajudam a iluminar,

ampliando e produzindo conhecimento significativo sobre questões humanas e sofrimentos sociais contemporâneos.

7. Procedimentos e Cuidados Éticos

O recrutamento das babás que se tornariam participantes desta pesquisa deu-se por meio do convite direto e/ou por indicações de pessoas da rede de conhecimento da pesquisadora. Ao todo, realizamos doze entrevistas individuais com mulheres-mães que trabalham ou trabalharam como babás até os últimos seis meses que precederam os encontros por ocasião da pesquisa. Todas as entrevistadas residiam no interior do estado de São Paulo.

Após a aprovação do Projeto de Pesquisa de doutorado junto ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (CAAE: 58684522.1.0000.5481), foi redigido um convite virtual explicando a proposta deste estudo. Como tivera contato prévio à pesquisa com quatro das babás entrevistadas, elas na função de babá e a pesquisadora acompanhando a sua filha, não houve hesitação em contactá-las e, em todas as situações, o convite foi carinhosamente acolhido. O acesso às demais participantes deu-se por intermediação de uma parente da pesquisadora, que se dispôs a compartilhar o convite virtual em um grupo de mulheres do condomínio em que reside.

Já no âmbito da pesquisa, o primeiro contato com as participantes aconteceu via *WhatsApp*. Durante as mensagens iniciais, as principais informações sobre o estudo foram prestadas e as dúvidas sanadas antes do aceite das participantes.

Cinco das entrevistas ocorreram de modo presencial e as sete restantes na modalidade on-line, conforme preferência e/ou conveniência das participantes. Os encontros tiveram duração aproximada de 60 minutos. Estabelecido o *rapport*, as entrevistas propriamente ditas se iniciaram com a apresentação do recurso mediador denominado “Narrativa Interativa Gráfica”, anteriormente descrito, cujo desfecho foi oralmente relatado à pesquisadora por 11

das participantes. Apenas uma delas optou por concluir a narrativa por meio da escrita. Quando a pesquisadora notava que a entrevistada deixava de articular em seu relato as duas experiências de cuidado, como mãe e como babá, fazia a seguinte pergunta: “Você vê diferença entre cuidar dos próprios filhos e cuidar dos filhos de terceiros?”. As respostas das babás à questão, que trouxeram à luz o modo como integram afetivamente essas experiências, vai ao encontro do objetivo da presente pesquisa.

Importante mencionar que quando as entrevistas da presente pesquisa foram realizadas, entre os meses de junho/2022 e setembro/2022, a pandemia de COVID-19 estava minimamente controlada. Apesar disso, nas entrevistas presenciais, buscamos respeitar a orientação sanitária relativa ao distanciamento mínimo de dois metros entre pesquisadora e participante. Também cabe-nos declarar que, dentre as entrevistas na modalidade presencial, duas foram realizadas em espaço aberto e as outras três em local fechado, mas com boa circulação de ar. As entrevistas ocorridas remotamente, por sua vez, respeitaram rigorosamente as diretrizes estabelecidas no ofício circular n.º 2/2021/CONEP/SECNS/MS, que abordava as “Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual”.

Para finalizar o capítulo, reiteramos o entendimento de que, apenas quando valorizamos a dramática do viver, ou seja, a experiência vivida por indivíduos ou grupos, tornamo-nos capazes de contribuir, de fato, para transformações dos campos relacionais e da realidade social. Em nossa concepção, a interpretação do material de pesquisa consiste em caminho privilegiado por meio do qual podem ser criadas teorias psicológicas/psicanalíticas inovadoras, comprometidas com um fazer pesquisa humanizado e sensível a desigualdades e relações de poder.

Capítulo 3

As narrativas transferenciais

Apresentamos, a seguir, o material de pesquisa produzido durante doze entrevistas com mulheres-mães que trabalham/ram como babás. Cada encontro será comunicado por meio de narrativas transferenciais, as quais foram elaboradas em primeira pessoa, por se tratar de produção pessoal da pesquisadora, e incluem as histórias contadas pelas participantes, a partir do recurso dialógico da Narrativa Interativa Gráfica (NIG). As histórias contadas pelas participantes a partir da NIG estão destacadas no texto, em quadros. As narrativas transferenciais foram transcritas respeitando a ordem cronológica em que as entrevistas ocorreram.

No início de cada narrativa transferencial indicamos o nome fictício das participantes, bem como, frases que, de certo modo, causaram impacto na pesquisadora e no grupo de pesquisa e, além disso, podem ser representativas tanto dos atravessamentos que incidem sobre a vida dessas mulheres como da experiência de conciliar o trabalho do cuidado nas esferas pessoal e profissional. Os nomes das patroas foram substituídos pela letra M. (mãe da criança) e o dos patrões por P. (pai da criança). Para as crianças cuidadas, os filhos das participantes e outras pessoas mencionadas durante o encontro, em razão da inviabilidade de atribuir nomes fictícios a todos, utilizamos letras, em ordem alfabética, à medida que iam sendo citados.

Na sequência, respeitando o estilo pessoal da pesquisadora, incluímos trechos de músicas que, contratransferencialmente, aludem ao clima emocional de cada encontro ou a algum momento específico da entrevista que a tenha tocado emocionalmente. As falas das participantes serão apresentadas em tipos *itálicos*, a fim de diferenciá-las da descrição propriamente dita dos encontros e/ou de impressões contratransferenciais.

Os nomes que utilizamos para designar as participantes da pesquisa foram inspirados em protagonistas de novelas exibidas pela Rede Globo de Televisão no horário nobre, desde 2015, ano em que foi sancionada a Lei nº 150, que confere direitos à categoria de empregadas domésticas. Essa escolha deu-se com a finalidade de colocar, ainda que simbolicamente, as

histórias das babás entrevistadas em posição de destaque, dada a importância da função que desempenham para as crianças, suas famílias e toda a sociedade.

Conhecemos as histórias de Helena, Regina, Heloísa, Rita, Lurdes, Maria da Paz, Maria Tereza, Bárbara, Clara, Luzia, Luz e Brisa. Apresentamos abaixo a caracterização sociodemográfica das participantes do estudo (Tabela 1).

Tabela 1: Caracterização sociodemográfica das participantes do estudo

Participantes	Idade	Cor/raça autodeclarada	Naturalidade (estado)	Estado civil	Número de filhos	Escolaridade	Registro em carteira
Helena	38	Morena	SP	Casada	2	Ensino médio	Não
Regina	56	Branca	PR	Casada	1	E.fundamental	Não
Heloísa	50	Parda	SP	Divorciada	1	Ensino médio	Não
Rita	53	Negra	PR	Viúva	2	Ensino médio	Não
Lurdes	63	Parda	BA	Casada	3	Ensino médio	Não
Maria da Paz	32	Preta	SP	Casada	1	E. superior	Sim
Maria Tereza	40	Morena	SP	Casada	3	Ensino médio	Sim
Bárbara	25	Parda	SP	Solteira	4	E.fundamental	Não
Clara	30	Morena	PR	Casada	3	Ensino médio	Não
Luzia	46	Branca	SP	Casada	4	Ensino médio	Sim
Luz	42	Morena	SP	Casada	3	Ensino médio	Sim
Brisa	21	Parda	BA	Casada	1	Ensino médio	Sim

Como se pode observar na Tabela 1, a idade das participantes variou entre 21 e 63 anos. Em relação à escolaridade, nove delas tinham Ensino Médio, duas Ensino Fundamental e uma Ensino Superior. Quatro entrevistadas não trabalhavam mais como babás. A maioria era casada (nove), uma era viúva, uma divorciada e uma solteira. Cinco das babás entrevistadas migraram de outros estados para o estado de São Paulo. As demais provinham de cidades do interior paulista. O número de filhos variou de um a quatro. Quatro das participantes se autodeclararam “morena”, outras quatro, “parda”, uma “negra”, uma “preta” e duas “branca”. Dentre as

entrevistadas, 58% afirmou não trabalhar/ter trabalhado com registro em carteira, ao passo que 42% se declararam registradas.

HELENA

<i>“Isso é que é difícil, né?! E que eu sempre pensava [se emociona], eu podia estar brincando com os meus filhos”.</i>

“Meu choro não é nada além de carnaval
 É lágrima de samba na ponta dos pés
 A multidão avança como vendaval
 Me joga na avenida que não sei qual é

(...)

Na avenida, deixei lá
 A pele preta e a minha voz
 Na avenida, deixei lá
 A minha fala, minha opinião
 A minha casa, minha solidão

(...)

Mulher do fim do mundo
 Eu sou, eu vou até o fim cantar

Eu quero cantar
 Até o fim, me deixem cantar até o fim
 Até o fim, eu vou cantar
 Eu vou cantar até o fim”

(Mulher do fim do mundo – Elza Soares)

Conheci Helena em um parquinho. Ela cuidava de duas crianças e de uma menina pré-adolescente. Comunicativa e esbanjando alegria, animava o espaço. Há tempos não a via por lá. Quando definimos que minha pesquisa de doutorado teria as babás como participantes, Helena foi a primeira pessoa que minha memória encontrou. Fiz contato com ela, via mensagem do WhatsApp, após ter meu projeto de doutorado aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa da PUC-Campinas. A recepção de Helena não poderia ter sido melhor. Quanta disponibilidade, energia, vontade de colaborar. Helena se dizia honrada por ter sido convidada a participar da pesquisa, embora já não estivesse mais trabalhando como babá. Trocamos mensagens para combinar a entrevista ao longo de uma semana, até definirmos os detalhes do nosso encontro. Helena me encaminhou seus horários “disponíveis”, na verdade, os horários em que o filho estaria em terapia, por conta do quadro de autismo. Já foi anunciando o motivo

pelo qual deixou o trabalho de babá: cuidar do filho. Fico constrangida, a agenda de Helena é tomada de compromissos com a criança. Será que eu não estaria demandando muito dessa mulher, tomando uma hora de um de seus dias tão corridos?! Helena fazia questão da nossa conversa, estava disposta a dar um jeito, parecia acostumada com uma rotina acelerada.

Combinamos nosso encontro para o dia 09 de junho de 2022 às 8h em um Café da cidade em que ela mora. Helena não parecia ter disponibilidade de vir à cidade onde resido e tenho meu consultório. A cidade em que moro não pertence ao trecho rodoviário que Helena domina por conta dos atendimentos do filho. Na última mensagem que trocamos por WhatsApp antes da entrevista, Helena comenta: *“Ótimo! Assim dá certinho, fico na entrevista com você por mais ou menos 1 hora e depois vou pra Campinas, pra acertar a cirurgia do A. (filho)”*.

Helena se atrasa 15 minutos para a entrevista. Eu a aguardava do lado de fora do Café. Ela chega correndo, de carro, me abraça calorosamente – *Oi linda, como você está? Quanto tempo!* – Entra no Café, como quem tem liberdade naquele espaço, cumprimenta animadamente as pessoas e se senta em uma mesa de canto. Sinto-me aliviada. Minha impressão era de que ela escolheria uma mesa central, o que me levaria, de saída, a propor que nos sentássemos em um local mais reservado. Não foi preciso. *“Vou sentar aqui, porque preciso carregar o meu celular!”*

Helena estava bem-vestida e colorida. Usava um colete roxo por cima de uma camisa branca e um grande colar alaranjado. Estava maquiada, com os cabelos cacheados soltos, os quais ela buscava, com bastante frequência, ajeitar. *“Ai, que bom que deu certo de vir conversar com você! Pessoalmente é muito melhor de conversar que pelo telefone, né?! Então, a minha história é longa, tanta coisa pra contar... eu sou mãe do A. (filho), que é autista, ele tem 4 anos... Como eu sempre tive muito acesso à informação, por causa dos lugares em que eu trabalhei, eu comecei a notar que ele tinha alguns sintomas atípicos quando tinha por volta*

de 2 aninhos... e agora fechou o diagnóstico! Por isso que eu saí da casa da dona M. e do seu P., eu saí de lá em abril deste ano, faz pouco tempo”.

Helena continua seu discurso de modo acelerado, difícil de acompanhar, parece pressupor que eu conheça as pessoas de quem fala, apesar de eu não ter tido nenhum contato com elas. Diz que foi indicada por B., sua amiga e empregada doméstica de M. e P., para trabalhar como babá na casa. Comenta, de modo confuso, a idade das crianças de quem cuidava como babá, fala das idades de seus filhos, menciona datas, como a de quando começou a trabalhar para esta família, a data de nascimento dos filhos.

Sinto-me confusa com o ritmo da fala de Helena e com a necessidade de retomar algumas informações. Helena pede um capuccino e um pão de queijo. E já vai mencionando que agora trabalha com marketing digital, é uma empreendedora digital. O pão de queijo chega. *“Nossa, que fome! Não comi nada agora cedo! Acordei cedinho, levei as crianças pra escola e vim pra cá!”.* Aproveito sua pausa para me organizar e organizar a entrevista. Comento algo do tipo, *“ah, sim, fique à vontade para comer, Helena. Nossa, mas vejo que você tem muita coisa mesmo para contar, né?! E eu quero saber de tudo! Enquanto você come, eu posso te explicar um pouquinho porque convidei você para essa entrevista”.* Conto sobre o meu interesse de estudo no tema da maternidade e do sofrimento feminino desde a época do mestrado, falo sobre a ideia de entrevistar mães-babás, que diuturnamente estão implicadas no cuidado de crianças, seja como mães, seja como profissionais. Helena interage comigo: *“Sim, demais, e é muita responsabilidade cuidar de uma criança”.*

Digo que gostaria de lhe apresentar uma história em quadrinhos. Mostro a história para Helena, que animadamente comenta: *“Que demais!!! Ai, vou tirar uma foto, posso? Ai, não posso? Você não quer?!”.* Os desdobramentos de sua reação inicial pareciam refletir o meu receio crescente do uso que Helena daria aquela fotografia, sem que eu me desse conta do que meu rosto mostrava. Explico que não se trata de não querer que ela registre os quadrinhos, mas

de um cuidado ético. Comento que ela não será identificada em nenhum momento da pesquisa. Helena demonstra compreender o que digo.

Mostro que os quadrinhos retratam o dia a dia de uma babá, como ela foi, e peço que dê um desfecho para a história. Bastante animada, Helena fala:

“Tá, vamos lá... é bem isso mesmo, a gente chega pra trabalhar, alimenta, brinca com as crianças, depois pega os nossos filhos na escola... isso que é difícil, né?! E que eu sempre pensava [se emociona], eu podia estar brincando com os meus filhos. É uma rotina intensa e a cabeça não pára, bem isso mesmo, do balãozinho aqui, ela está sonhando, né?! Aqui, neste quadrinho, eu colocaria a preocupação com o dia seguinte, pensando em tudo o que deveria fazer no dia seguinte. A gente podia pensar, ‘ai, aqui sou eu fazendo a minha unha e meu cabelo, em um salão – faz o gesto de alguém fazendo as unhas! [ri]. Mas não, tem que trabalhar! [ri]”.

Nesse momento, sinto-me emocionada. A minha impressão é de que Helena não sente que tem espaço para sonhar, além do concreto do dia a dia, da rotina, das dificuldades. O mais longe que consegue imaginar seria um dia de “autocuidado”, algo que penso ser compreensível frente à rotina de cuidados com os outros. Ao longo da entrevista essa sensação vai se dissipando à medida que passo a enxergar uma mulher muito convicta de onde deseja estar e, apesar das variadas dificuldades, determinada a seguir em direção aos seus sonhos.

Peço a Helena que me conte um pouco sobre como era sua rotina de trabalho como babá. Ela diz que deixava as mochilas escolares de seus filhos prontas de um dia para o outro, acordava todos os dias às 6h, levava seus filhos para a escola, chegava na casa em que trabalhava às 7h, dava café da manhã ao filho de 4 anos da patroa, levava a criança para a escola. Quando retornava à casa, a criança de 2 anos já estava querendo acordar, ela alimentava

a menina, brincava com ela no parquinho, dava banho e o almoço e a levava para a escola no começo da tarde. À tarde, cuidava do garotinho e das coisas das crianças, lavava e passava as roupas, organizava os quartos, materiais escolares. Às 15h saía do trabalho, quando chegava a babá do período da tarde. *“Ah, e eu também ia aos sábados... das 8h às 12h. De sábado era outra rotina, né?! Não tinha escola... então, a dona M. e o sr. P. saíam pra jogar tênis e aí, eu fazia um baita café da manhã pras crianças, eles comiam sem pressa, depois a gente saía pra brincar”*.

Helena comenta que, muitas vezes, *“tomava as dores das crianças”*, que se queixavam com ela sobre a ausência dos pais, e se emociona. *“Ai, eu morria de dó, sem contar a diferença que faziam entre as crianças, a C. tinha acabado de perder a mãe...”* Helena conta que M. e P. são, ambos, viúvos. O primeiro marido de M. foi atropelado na rodovia, quando andava de bicicleta há 3 anos. E a primeira esposa de P. teve um câncer pulmonar muito agressivo, que a levou a falecer depois de 6 meses do diagnóstico, isso há mais ou menos um ano. M. e P. se conheciam desde a juventude e se reencontraram após as perdas de seus companheiros. Estão juntos há 1 ano e meio. M. é mãe de D. e P., pai de C. e E.

Helena se emociona quando fala das crianças. *“Marina, eu tenho uma ligação muito forte com a maternidade, eu demorei quase 15 anos pra engravidar do A., antes dele tive 5 perdas gestacionais. Eu tenho o útero hiper atrofiado e ele é aberto, então o bebê não consegue se desenvolver ali, precisei fazer tratamento, cerclagem e muito repouso nas gestações do A. e da F., mas graças a Deus deu tudo certo! Então, isso é muito forte em mim, ver aquelas crianças tristes, por causa da ausência dos pais era de cortar o coração. Mas a gente ia tentando ajudar”*.

“Eu sou uma pessoa muito resolutiva, sabe Marina?! Que nem, quando você escreveu pra mim, eu fiquei animada e falei: ‘Opa, vou lá sim, vou fazer, vou contribuir!’ Podia ter falado que não tinha tempo, mas eu tenho duas características muito fortes em mim, a primeira

é a das vendas, eu adoro vender e acho que tenho o dom de influenciar as pessoas, e a segunda é a característica de servir, de ajudar, isso é muito forte em mim! E nesse meu novo trabalho, eu consigo fazer as duas coisas!”.

Helena conta que está trabalhando como empreendedora digital e que seu foco é ajudar outras mulheres-mães a empreender de modo online. Além disso, também conduz grupos de apoio a mães de crianças autistas, inclusive me convida para acompanhar o próximo grupo. Também participa de atividades infantis na igreja que frequenta. Diz ter formação em “Teologia Infantil” e conclui: *“Minha missão é ajudar, ajudar as pessoas, ajudar mães, ajudar crianças”.*

A participante pede outro capuccino, pergunta para a atendente sobre uma funcionária do Café, que não vê há alguns dias. Mal comenta, a funcionária aparece. *“Acabei de perguntar de você! Você está bem?”.* A mulher, com uma feição um pouco deprimida, responde: *“Vai indo, com problemas em casa”.* Helena, dá tapinhas no rosto da mulher, dizendo *“vai melhorar! Vai melhorar! Espero você na minha aula!”.* A moça concorda e se retira.

Helena mostra um pouco de seu trabalho nas redes sociais. Valorizo seu novo trabalho. Assim que possível, busco retomar o fio condutor da entrevista. Pergunto como é a sua relação com os próprios filhos. Helena diz que é ótima, que A. apresentou muitos progressos desde que ela deixou o emprego de babá e passou a acompanhá-lo nas terapias. Quanto à F., comenta que ela é uma graça, muito parecida com ela no jeito de ser. *“Eu precisava cuidar deles, foi um alvoroço lá na casa do sr. P., não ele, porque na verdade eu quase nunca via aquele homem, ele trabalha demais, mas a dona M. não sabia o que fazer pra eu ficar. Fez mil propostas! Mas não dava, o A. demanda muito de mim e eu também tenho a F. e meu marido né?! [sorri]. Quem, ontem mesmo, eu desmarquei todos os meus compromissos do fim da tarde pra tomar um milk shake com ele, porque precisa né?! Embora Helena se espante com o volume de trabalho de seus antigos empregadores, a minha impressão é de que sua rotina de trabalho não difere*

tanto da deles quanto imagina. O trabalho, assim como para os patrões, desempenha um papel central em sua vida.

Pergunto como é a relação entre o marido e os filhos. Helena diz que o companheiro a ajuda muito a cuidar das crianças, *“até porque eu reclamaria se ele não ajudasse, né?! (sorri)”*. Comenta que suspeita que o marido também tenha algum grau de autismo e que estão investigando. *“Ah, eu observo muito as coisas! Ele falou pra mim: ‘Aí, vou ter que fazer as terapias também, né?!’”* Eu respondi: *“Com certeza!”* [rindo]. *“Mas ele é um bom companheiro”*. Ele perguntou: *“esse ano nós não vamos fazer festa de aniversário pras crianças, né?”* Eu respondi: *“É lógico que vamos! Temos muitas coisas pra comemorar, tem que comemorar que fechou o diagnóstico do A., que ele aprendeu a andar de bicicleta. Gente, muita coisa! Eu já estou correndo atrás de tudo pra festa”*.

Apesar de soar que Helena esteja manifestando um quadro de mania, valorizo a sua capacidade de enxergar beleza nas coisas, mesmo diante de dificuldades. *“Eu sou assim, não existe a palavra desistir na minha vida!”*. Busco retomar um pouco sua história como babá, pergunto como era sua relação com os patrões ou com a patroa, com quem tinha mais contato. Ela explica: *“Era ótima, eu sou muito direta e ela também, sempre que acontecia alguma situação que desagradava a uma ou a outra, a gente já falava na lata e resolvia, ela era muito boa pra mim. Fez uma carta de recomendação enorme quando eu saí! Esses dias mesmo, escrevi pra ela, dizendo que estava com saudade das crianças e ela respondeu que a gente podia combinar um encontro”*.

Helena comenta sobre a cirurgia que A. precisará fazer para tratar uma espécie de fimose. Como a participante já havia comentado que iria a outra cidade para resolver detalhes da cirurgia de A., procuro ir finalizando a entrevista. Agradeço imensamente por sua disponibilidade para participar da pesquisa. Helena também me agradece e, mais uma vez, comenta o quanto se sentiu honrada com o meu convite. Helena quer tirar uma foto comigo

para postar em suas redes sociais. Fizemos a foto. Ela me adicionou em seu Instagram. Despedimo-nos com um forte abraço.

Enquanto escrevia essa narrativa, lembrei-me da música “Mulher do fim do mundo”, de Elza Soares. Penso que não tenha sido à toa. Assim como a mulher a quem se refere a canção, Helena manifesta a vontade de ir além, de se fazer ouvir, de se permitir ser o que quiser e não exatamente aquilo que se espera dela, em função de seu gênero e de sua cor, de “cantar até o fim”. O caminho para a reconstrução de sua identidade ocupacional não parece livre de enfrentamentos, pelo contrário, muitos são os obstáculos que a atravessam, mas ela “grita”, sem parecer disposta a desistir.

REGINA

<p><i>“eu acho que aqui tem amor, um amor grande, que é o que precisa ter, né Marina, pra cuidar”.</i></p>
--

“Ah! Se o mundo inteiro me pudesse ouvir
Tenho muito pra contar
Dizer que aprendi

E na vida a gente tem que entender
Que um nasce pra sofrer
Enquanto o outro ri

Mas quem sofre sempre tem que procurar
Pelo menos vir a achar
Razão para viver

Ver na vida algum motivo pra sonhar
Ter um sonho todo azul
Azul da cor do mar”

Azul da cor do mar (Tim Maia)

Fiz meu primeiro contato com Regina no dia 30/05/2022, via mensagem de WhatsApp, convidando-a a participar de uma entrevista para a minha pesquisa de doutorado. Conheci Regina em um parquinho há algum tempo, conversamos um pouco, anotamos o WhatsApp uma da outra para que pudéssemos combinar de nos encontrar em outros momentos no parquinho, eu com a minha filha e ela, com A. (criança de quem cuidava). Quando fiz o convite a Regina, senti que ela não me retornaria, que talvez não quisesse participar da pesquisa. Ela disse *“está bem, vou ver certinho e te falo, tá?”*.

Para minha surpresa, na noite do dia 20/06/2022, por volta das 22h30, recebo uma ligação de Regina. Em meio ao estranhamento que aquela ligação me causou, o primeiro pensamento que me ocorre é: será que ela precisa de ajuda? Na sequência, ela envia um áudio no WhatsApp, que consigo ouvir e responder. Regina me chama primeiro de Carla, depois de Carina e diz que está retornando meu contato para marcarmos a entrevista. Pede desculpas pela

demora para retornar. Não faz nenhuma menção ao horário daquela ligação, o que acho curioso. Marcamos nossa entrevista para o dia 22/06/2022 em meu consultório.

Regina chega um pouco antes do horário combinado. Estava muito bem-vestida e perfumada. Penso no valor que ela estaria dando ao nosso encontro. Regina é muito sorridente e simpática. Diz que ficou muito contente com o meu convite para a entrevista.

Começa a nossa conversa dizendo que deixou a casa de M. (patroa) e P. (patrão) há um mês, porque precisava cuidar da filha que está com depressão e já tentou suicídio por três vezes. *“Eu precisava sair, Marina, com o coração partido, porque gosto muito daquela família, das meninas, fiquei 10 anos com eles, mas não dava mais pra mim, eu preciso ficar com a B. (filha). Se eu fosse te contar da minha filha, ficaria aqui até amanhã, Marina, ela é muito difícil”.*

A conversa com Regina é um pouco truncada, sinto que ela tem bastante dificuldade para encadear as ideias. Precisei retomar por várias vezes falas que não havia compreendido bem. Algumas ficaram claras com essas intervenções, outras, ainda assim, restaram imprecisas.

Digo a Regina que quero muito saber de sua filha e de sua história. Primeiramente, apresento a NIG. Regina se mostra receptiva ao recurso dialógico, mas noto que fica um pouco apreensiva com o meu pedido de dar continuidade à história. Ela observa os quadrinhos por, aproximadamente, cinco minutos. Depois disso, passa a descrever as cenas, uma a uma.

No primeiro quadrinho, diz, *“é uma mulher sozinha... parece que está chegando pra trabalhar”*, no segundo, *“aqui, acho que é ela já trabalhando, dando comida pra um bebê, junto de outra criança e de um cachorrinho”*. *“Aqui parece que ela está pegando a criança com uma babá, na creche, né?! É isso, Marina?! Pode ser assim?!”*. Asseguro-lhe de que não existe certo e nem errado nessa nossa conversa. Ela sorri. *“Aqui, eu acho que ela está em casa, cuidando do bebê, as outras crianças brincando”*. *“E aqui ela está colocando o bebê pra dormir e dormindo. É isso, Marina, pode ser assim?!”*. Respondo: “Claro que sim,

Regina. E como você terminaria essa história, a babá parece estar sonhando, com o que ela pode estar sonhando?”. Regina leva mais alguns minutos olhando para o quadrinho em branco e diz: *“Eu acho que aqui tem amor, um amor grande, que é o que precisa ter, né Marina, pra cuidar. É isso, está bom assim, Marina?!”*.

Sinto que a situação de sua filha a angustia. Começo nossa conversa por aí. Peço que Regina me conte um pouco sobre a sua experiência de maternidade, sobre a sua filha. Regina comenta que a filha está com 27 anos. *“Desde pequenininha ela dá bastante trabalho, Marina. Sempre foi meio doente. Eu trabalhava em um restaurante quando ela nasceu. Fiquei aquele tempo de licença com ela, depois já voltei a trabalhar. Quando ela era pequenininha, ela teve meningite, sabe, Marina?!”*. Digo: Ah é, Regina?! Quanto tempo ela tinha? Imaginei que B. seria uma bebê. Regina responde: *“Ela tinha 7 anos”*. Tento explorar a primeira infância de B., mas Regina retoma a questão da meningite. Fico com a sensação de que a experiência de ver a filha adoecida marcou emocionalmente a participante, apagando ou limitando as lembranças dos seis primeiros anos de B.

Por mais de uma vez, Regina comenta: *“eu precisei ficar 11 dias com ela no hospital!”*. O fato de B. ter ficado hospitalizada, mas também de Regina ter ficado com ela nesse período parece ter sido marcante. Minha impressão é de que Regina busca me certificar de que dispensou os cuidados necessários à filha, apesar de sempre ter tido que trabalhar fora de casa. Conta que B. sempre foi uma “criança elétrica” (sic) e que nunca gostou de estudar, concluindo apenas o ensino fundamental. Ao que me parece, B. carrega alguma dificuldade desde a infância, que não foi identificada/diagnosticada. Comenta que quando ela tinha entre 21 e 22 anos se interessou por um curso de logística e sempre teve o apoio dos pais, mas não teria tido bom aproveitamento. Nessa época, a professora chegou a chamar Regina e seu esposo para conversar sobre B., referindo-se à dificuldade de aprendizagem. Depois disso, investiram em

um curso de informática, que também não pôde ser aproveitado por conta das dificuldades da filha.

Regina repete inúmeras vezes como a filha *“é difícil!”*. Conta que ela não se relaciona bem com ninguém, que não tem amigos, que quer tudo do jeito dela, que não escuta ninguém. Nesse momento, baixa o tom de voz para me segredar: *“Ela fala que não gosta de mim e nem do pai, do pai até que um pouquinho, mas de mim, não gosta... diz que eu nunca cuidei dela, nunca ajudei ela”*. Sobre as tentativas de suicídio, comenta que aconteceram depois do término de um namoro: *“Marina, esse moço era tão bonzinho, ele gostava dela, veio pedir pra gente pra namorar com ela... mas ela não dava sossego pra ele, tinha muito ciúme, ficava atrapalhando ele no emprego, ligando pra ex- namorada dele em outro Estado! Acho que ele não aguentou! Mas ela caiu mais ainda na depressão depois que eles se separaram! Marina, ele até já se casou com outra moça e a B. continua assim!”*. Na primeira tentativa de suicídio estava *“prestes a ingerir veneno de rato”* e, nas outras duas tentativas, *“foi correndo para o quarto com os remédios psiquiátricos e disse: ‘Agora eu consigo!’*. Marina, nessa última vez, eu estava em casa, ouvi ela falando, corri atrás dela, arrombei a porta do quarto, falei *‘eu consegui, minha filha, enquanto eu e seu pai estivermos perto de você, você não vai conseguir fazer isso’*”.

Regina me mostra uma foto de B., uma moça muito bonita. B. também não trabalha, *“ela não pára em nenhum emprego, arruma confusão, briga com todo mundo! Conta mentira, Marina! Um dos empregos que ela teve e que já perdeu, foi um conhecido do meu esposo que arrumou pra ela... Certo dia, esse amigo veio cumprimentar pelo casamento da filha dele, irmã da B.! Marina, a B. é filha única, ela inventou isso pra poder faltar no serviço! Olha, não é fácil, por isso que eu precisei sair da M., com muita dor no coração, precisei sair”*.

Regina conta que, no total, foram aproximadamente 10 anos trabalhando para a mesma família, período intercalado por algumas pausas, por conta do apoio que precisava dar a B.

Primeiro cuidou de C. (filha mais velha do casal de ex empregadores) desde o terceiro dia de vida. Antes de trabalhar como babá, Regina cuidou de dois idosos dessa mesma família. Foi convidada a ser babá de C. Acompanhou C. durante 5 anos, hoje com 10 anos. Depois, foi convidada a cuidar de A., a partir dos 6 meses de vida. Conta que, como precisou sair algumas vezes do emprego, quando era convidada a retornar, nem sempre fazia o mesmo turno de trabalho da época em que tinha saído. *“Eles trabalham muito e nunca ficaram sem babá, quando eu precisava sair, colocavam outra em meu lugar, quando eu voltava ficava no turno que precisava”*. Ultimamente, antes de deixar o trabalho novamente, vinha fazendo o horário das 11h às 20h. *“Mas quando as meninas eram menorzinhas, eu ia à noite, aí, no comecinho, quando elas ainda mamavam no peito, a M. pedia pra eu acordar ela de 3 em 3 horas. Mas foi por pouco tempo, porque como ela viaja muito, tinha que dar a mamadeira mesmo. Então, quando eu trabalhava à noite, de final de semana, eu saía com a M., o P. e as crianças ou quando eles saíam sozinhos, eu ficava com as crianças e a gente também viajava bastante, eles têm casa na praia, então a gente costumava ir bastante pra praia também ou pra outros lugares... E quando não, eu dormia na casa deles, no quarto da A. tinha uma caminha pra mim. Às vezes, à noite, eu ficava pensando, ‘E a B., meu Deus?! Como será que está agora?! Ela sempre foi difícil”*.

Regina fala com muito carinho das meninas de M. e de P. Sempre que retoma que precisou se desligar do emprego fica com os olhos marejados e emenda, *“mas eu precisava, né Marina?! Se acontecer alguma coisa com a minha filha, eu não quero ficar com a sensação de que não ajudei”*. Quando fala da própria filha também fica emocionada, mas fico com a sensação de que ela não compreende o sofrimento de B. Regina conclui que *“ela precisa se ajudar!”*, como se as dificuldades vividas por B. pudessem ser superadas se a moça tivesse boa vontade.

A nossa conversa oscila entre momentos de tensão, quando Regina fala da filha, e de leveza, quando Regina fala de A. e C.: *“Ai, aquelas meninas são demais! A C. tem ciúme da A. e vice-versa. Outro dia a C. veio sentar no meu colo e ficava falando pra a A. que eu era dela. A A. começou a chorar, tadinha! E eu falava, ‘não, a Regina é das duas, senta aqui no meu colo também A.! É muito amor, né Marina?! A gente precisa ter muito amor pra cuidar”*. Fiquei com a impressão de que o trabalho do cuidado era sentido como árduo apenas quando estava em sua casa, com a própria filha. Por muitas vezes, Regina verbalizou, *“a B. me dá muito trabalho”*. Minha contratransferência me leva a me sensibilizar com o sofrimento de B. Talvez a leveza do trabalho como babá adviesse de poder vivenciar o lugar materno em condições mais favoráveis (socioeconômicas, recursos de atendimento, rede de apoio).

Nesse momento, lembro-me da canção “Azul da cor do mar”, de Tim Maia, que retrata as desigualdades sociais e a necessidade humana de encontrar “razão para viver” e/ou “motivos para sonhar”. No caso de Regina, o trabalho parecia garantir o atendimento dessas necessidades por meio de relações recíprocas de afeto, além da possibilidade de conhecer outros lugares, outras pessoas, outras realidades de vida.

Regina menciona que a relação com os patrões era “maravilhosa”, que eles conversavam muito com ela, se preocupavam, queriam ajudar. Causa a impressão de que se sentia cuidada pelos ex patrões. E finaliza nossa conversa, *“É mesmo com muita dor no coração que precisei sair!”*. Regina me agradece demais pela conversa. Pergunta quanto me deve. Digo que não me deve nada e que sou eu quem devo agradecer. Pergunta quanto cobro o valor de uma sessão de psicoterapia e se eu poderia atender B. Lembro Regina de que me contara que B. já está em acompanhamento psicológico e psiquiátrico. *E insiste, “ela é difícil de fazer as terapias, mas eu vou tentar trazer ela aqui”*. Regina me abraça forte.

Heloísa

<p><i>“Teve uma noite, que eu estava dormindo... de repente acordei com o C. em cima da minha barriga, empurrando a minha barriga, parecia que queria entrar dentro de mim... ele dizia que queria ser meu filho!”</i></p>
--

“Oh, meu amor
 Não fique triste
 Saudade existe pra quem sabe ter
 Minha vida cigana me afastou de você
 Por algum tempo que eu vou ter que viver por aqui
 Longe de você
 Longe do seu carinho
 E do seu olhar
 Que me acompanha já tem muito tempo...”

Vida Cigana (Geraldo Espíndola)

Conheço Heloísa há muitos anos, embora não tenhamos convivência. Ela é irmã de uma pessoa muito querida de meu relacionamento pessoal. Heloísa sugeriu que a nossa conversa fosse em sua lojinha de temperos, em cidade próxima a que nasci. Nosso encontro aconteceu no dia 29/06/2022, às 14h. Heloísa foi muito receptiva comigo, perguntou se tinha encontrado com facilidade o local. Sentamo-nos, e ela comentou: *“Nossa! Quanto tempo, né Marina?! Olha a situação do meu cabelo, nem dá tempo de cuidar, de pintar, tanta correria, né?!”*. Concordamos sobre como o tempo é curto e passa depressa.

Esclareço a Heloísa o objetivo de minha pesquisa de doutorado. Ela acha muito interessante. Comenta que não está mais trabalhando como babá, deixou o trabalho há quase seis meses, apesar de ainda fazer alguns “bicos” (sic) para a família de seu último emprego. Iniciamos nossa conversa com a apresentação da NIG. Heloísa olha bastante para o desenho, sorri, questiona se deve desenhar, escrever, relatar o final da história. Deixo Heloísa à vontade para decidir. Ela então pega o lápis e diz que irá escrever. *“Vou colocar a minha opinião, pode ser?”*. Concordo. Heloísa escreve:

“Acredito que é muito importante para a mãe e para o filho estarem juntos nos primeiros anos de vida, mas nem sempre isto é possível, então é importante buscar alguém de extrema confiança e que também tenha muito amor para confiar os filhos, nesse momento em que os pequenos precisam tanto de proteção”.

Quando decidimos entrevistar babás para a pesquisa de doutorado, lembrei-me de Heloísa que, em meu imaginário, tinha trabalhado a vida toda como babá. Talvez essa impressão adviesse do fato de ouvir, algumas vezes, sua irmã, minha conhecida, dizer que Heloísa sempre trabalhara como babá, mesmo quando a filha era pequena, deixando a criança sob os cuidados da avó materna. Foi quase a vida toda. Sua primeira experiência com o cuidado de crianças aconteceu quando ela tinha 12 anos, em sua cidade natal. A mãe da criança trabalhava “na roça” (sic) e pedia a Heloísa que cuidasse da casa e da criança. A segunda experiência também aconteceu em sua adolescência, nas mesmas circunstâncias, a mãe da criança trabalhava “na roça” (sic) e ela, como doméstica e babá. As experiências que Heloísa compartilha comigo sobre o início de sua vida ocupacional eram, na verdade, como doméstica e diarista, somadas à função de babá. Refere uma experiência “curiosa”: *“Eu trabalhava como babá e a patroa tinha uma menininha, mas ela era meio possessiva, não deixava ninguém chegar perto da criança. Eu não podia nem olhar pra menina, apenas cuidar da casa. Parece até que ela precisou de tratamento pra melhorar isso”.*

Heloísa se casou muito jovem, aos 16 anos, e engravidou de A. aos 19 anos. Ela conta que, antes de se casar, seu ex-companheiro era “muito diferente”, mas que “se transformou no primeiro dia de casados”. Heloísa comenta que ele passou a fazer uso de drogas e era violento com ela. Diz que ele costumava queimá-la com “bituca” (sic) quente de cigarro. Em A. ele não chegou a bater. Mas Heloísa se lembra de uma cena que foi decisiva para a separação: *“Um dia, ele chegou em casa drogado e veio com uma faca pra cima da gente, eu me ajoelhei no*

chão abraçada com a A. e gritei: mata! Mata a gente, acaba logo com tudo isso!”. Segundo Heloísa, ele deixou a casa neste dia. Vez ou outra o encontrava na rua e sofria ameaças que, felizmente, não se concretizavam. “Eu nem tinha medo, eu tinha dó! Ele não era uma pessoa ruim, mas se envolveu com coisa errada! Eu ainda tenho notícias dele, porque ainda sou próxima da família dele... ele até ficou bem um tempo atrás, parece que se casou de novo, mas recaiu nas drogas...”.

Relata que tinha muitos conflitos com A., quando ela era criança e, especialmente na adolescência, por causa do pai. “Ela me culpava por não ter um pai. Por ter escolhido aquele pai pra ela, não sei... não era a minha intenção, né?! Eu não sabia! E eu acho que pra menina é tão importante ter um pai!”. Questiono se os conflitos com a filha se limitavam e/ou se resumiam à ausência do pai. Heloísa tira o casaco e se explica: “Nossa, deu um calor, estou na menopausa, a gente fica até vermelha... mas sim, eu acho que era por causa disso, eu sentia que ela me culpava! Mas eu também penso que fui ausente na vida dela por causa do trabalho. Depois que ela foi crescendo e principalmente depois que a B. (neta) nasceu, parece que ela me entende mais! A gente tem se dado muito bem, muito melhor que antes!”. Heloísa e a filha parecem ter ressignificado a relação após o nascimento da criança. No lugar de avó, Heloísa parece se sentir mais livre e, ao que tudo indica, viver a maternidade também mudou a perspectiva de A. em relação à mãe.

Heloísa se casou novamente. “Agora sim, eu dei um pai pra minha filha. O meu marido é muito bom pra gente, eles se adoram. Ele viaja bastante e quando está pra chegar, a A. fica muito animada, sempre quer fazer um almoço gostoso pra recepcionar ele. É bonito de ver! O meu atual marido tem quatro filhos de um relacionamento anterior. Eu gosto deles, mas eu acho que a mãe coloca coisa na cabeça deles, eles vivem pedindo dinheiro pro meu marido, abusam até, são bem desrespeitosos com ele, mas ele dá, coitado, ele é doido pelos filhos e agora pela A., faz tudo o que eles querem!”. Heloísa comenta que não pôde mais ter filhos,

pois teve um problema no útero, chegou a pensar em adotar uma criança quando se casou novamente. *“Eu adoro criança, Marina, mas aí pensamos que já temos muitos filhos (risos), está difícil pra cuidar, né?!”*.

A participante comenta que se dedicou exclusivamente ao cuidado de A. nos três/quatro primeiros meses de vida, mas somente neste período, porque precisava trabalhar. Por quase 10 anos trabalhou como diarista, até que teve uma tendinite na mão. Nesta época, uma amiga, fez o convite para que ela trabalhasse como babá para ela. A amiga tinha feito uma cirurgia no joelho e precisava de ajuda com a filha de um ano. Acabou permanecendo neste trabalho até a criança completar cinco anos. Depois, Heloísa conseguiu um trabalho como babá em São Paulo. A filha, que já era adolescente, a acompanhou. A. começou a trabalhar como babá para outra família. Elas costumavam passar a semana em São Paulo e retornar à cidade natal aos finais de semana. Existiram ocasiões durante os quase oito anos em que estiveram em São Paulo, em que ficavam na casa dos patrões a semana toda, sem se encontrarem.

Ao longo desse tempo, Heloísa deixou o trabalho por duas vezes para cuidar de sua mãe. A primeira interrupção aconteceu em decorrência de uma cirurgia que a mãe fez e a segunda, por conta do agravamento do quadro de Alzheimer: *“Nessa segunda vez, eu cuidava um pouco da minha mãe e depois voltava pra São Paulo. A A. abandonou o emprego, disse que ia cuidar da avó... A minha mãe foi como uma mãe pra ela, elas brigavam muito, mas também se davam super bem, se amavam demais! E ela cuidou até o fim! Ela cuidou da minha mãe e do meu pai, que acabou falecendo 3 dias depois da minha mãe, acho que não aguentou ficar sem ela!”*.

Sobre a experiência mais recente como babá, Heloísa conta: *“adorava aquelas crianças, mas eu não aguentava mais vê-las sofrer, fiquei doente, eu tinha dores fortes de cabeça, nos nervos, precisei fazer terapia, era muito triste aquela situação”*. Conta que os pais das crianças não lhes davam qualquer tipo de atenção. Sempre que a mãe era demandada, ficava

“histérica” (sic), gritava. *“Dava dó do C., ele levava uma camisola dela [mãe] pra dormir, ficava cheirando, era muito triste (os olhos de Heloísa ficam marejados). “Teve uma noite, que eu estava dormindo... de repente acordei com o C., em cima da minha barriga, empurrando a minha barriga, parecia que queria entrar dentro de mim... ele dizia que queria ser meu filho!”* Heloísa expõe um contexto de muito sofrimento que a levou ao adoecimento.

Comenta que a situação de C. (hoje com 12 anos) piorou depois da separação dos pais e do recasamento da mãe. *“A dona M. (antiga patroa) se casou de novo e teve outro filho, o D., que hoje tem uns 7 anos... o P. (antigo patrão), marido dela, vive colocando a dona M. contra o C.! Fala que ele fez coisas que não fez! E ela... já viu mulher apaixonada, né?! Acredita nele de olhos fechados e se volta contra o filho! Dá dó! Teve um dia que eu surtei! Dei uns gritos lá com eles... eles estavam acusando o C. de alguma coisa, eu gritei! ‘Chega!’ Eu não aguentava aquilo... é óbvio que eles ficaram bravos comigo. Mas eu também falava o que pensava, me envolvia, porque eles me davam liberdade! Eu vi muita coisa que fazia o coração doer!”*

Conta que, certa vez, a mãe de M., não querendo que C. fosse visitar o pai, começou a dizer coisas a criança, que a deixaram com medo. *“Eles têm muito dinheiro sabe, Marina?! O pai da M. tem floresta, muitas fazendas... e eles vivem com medo de sequestro. A mãe da dona M. começou a falar pro C. que o pai estava morando em um lugar horrível e que podiam pegar ele, levar embora, que era muito perigoso, que achava melhor ele não ir... depois que o menino começou a chorar, fez uma cena horrorosa! Ligou pro pai da criança por vídeo e ficava dizendo ‘ai, eu não sei o que está acontecendo, ele não está querendo ir pra visita, eu falei pra ele: vai, bem, ver o papai, vai ser legal, o papai está te esperando - mas não sei o que está acontecendo’. Olha, era terrível!”*

Heloísa conta que o avô materno de C. era a única pessoa da família com quem o garoto podia verdadeiramente contar em termos emocionais. *“Ele é uma pessoa muito boa, diferente*

de todos ali, ele senta com o C., conversa, brinca, é carinhoso, mas ele viaja muito, pouco consegue ver o neto!". Conta que o avô tem o sonho de que C. assuma os negócios da família. *"Mas o sr. P., que é o novo marido da dona M. fica meio enciumado, forçando algumas situações, sabe?! Vive dando trator de brinquedo pro filho dele com a dona M., pro menino mostrar para o avô!". O pai da dona M. também conversa muito comigo, vez ou outra brinca: "E aí, Heloísa, de quantas crianças você está cuidando naquela casa?", ironicamente incluindo os pais no grupo de crianças de quem ela cuidava. A família que empregava Heloísa parecia emocionalmente adoecida. Heloísa, ao que tudo indica, embora também adoecida, constituía-se como o elemento saudável intermediador da relação mãe-filho.*

Comenta que o patrão é *"muito mão de vaca"* (sic): *"Olha Marina, ele tem a capacidade de comprar um salgado pras crianças e pedir pra dividirem, inclusive comigo. Pra você ter uma ideia, eu peguei Covid no trabalho, a gente estava em Campos do Jordão, isso foi logo no comecinho da pandemia. Eles me isolaram e levavam comida pra mim dia sim, dia não!". Heloísa conta que era muito difícil trabalhar com esses empregadores: "Eu não tinha horário de trabalho definido, porque morava lá e eles me chamavam toda hora! Mas não era difícil por causa das crianças que são boas e muito carentes, mas pelos adultos. No começo do relacionamento, a dona M. pediu pra eu arrumar uma mesa bem bonita pra jantar com o sr. P., mas eu respondia Marina: 'Não vou arrumar nada não, quantas vezes o seu filho pede pra jantar na sua companhia e a senhora não dá bola?!'. Eu ficava muito brava!".*

Heloísa comenta que trabalhou ao longo desses anos sem registro em carteira. *"E, nesse trabalho, eu descobri que algumas pessoas não gostam de você, elas gostam da sua utilidade. Eu precisei de muita terapia quando saí daquela casa... às vezes eles me chamam pra fazer algum bico, eu vou pelas crianças. Mas agora o C., vez ou outra, fica bravo comigo, porque quando eu estou lá, a mãe fica menos ainda com ele. É triste!".* É evidente a situação de precariedade que Heloísa enfrentava no trabalho. Apesar disso, continuou trabalhando lá,

talvez por não suportar ver o sofrimento que a negligência materna causava nas crianças, sobretudo em C.

Heloísa preocupa-se especialmente com a situação de C., que sentiu muito a sua partida. *“Dói lembrar dele!”*. Mas, além disso, conta que ela sempre o acompanhava em consultas médicas, psicoterapia. O motorista da família os levava para as consultas. *“Eu comecei a achar muito esquisito o comportamento do C. Teve uma época que ele não queria ficar perto do motorista, de jeito nenhum! E o comportamento do motorista também estava esquisito, ele se deitava no sofá da sala, na cama do C. O C. nunca me contou por que sentia tanto medo dele... da última vez que fiz bico lá, ele estava bem próximo desse motorista, não parecia sentir medo. Eu me preocupo com ele! Quando ainda trabalhava lá, eu cheguei a comentar com a dona M. sobre isso. Ela ficou indignada quando eu contei que o motorista se deitava no sofá dela, mas a situação do C. não parece ter deixado ela preocupada, tanto é que o motorista continua trabalhando lá!”*. Fico com a sensação de que Heloísa suspeita de alguma situação de abuso.

Heloísa refere que a patroa tinha formação em direito, mas não trabalhava. *“Ela vive dentro do quarto, nunca quer ver os filhos... vez ou outra ela sai pra resolver alguns negócios da família. O sr. P. é gerente de uma empresa, mas é como eu falei, ele é muito mão de vaca! Não tem como, eu acabo comparando essa família com a que a A. trabalhava em São Paulo. Era outra coisa, a mãe trabalhava muito, mas também era muito presente, ela acompanhava, participava da vida da filha. Era muito diferente da dona M. Bom, mas é isso, não dava pra continuar naquele ambiente, precisei sair!”*.

Vamos nos encaminhando para o final da entrevista. Agradei muito Heloísa pela disponibilidade para participar de meu estudo. Ela também me agradeceu pela oportunidade de contar sua história. Comentou que também adora estudar e que chegou a iniciar um curso de Letras. *“Mas eu precisei trancar, Marina, era muita coisa pra ler! [risos]. E agora estou me dedicando à lojinha também, ajudo a A. com a minha netinha! Mas quero muito retomar!”*.

Parabenizo Heloísa por seu entusiasmo de voltar a estudar. Despedimo-nos com um forte abraço.

O encontro com Heloísa me faz lembrar da canção “Vida cigana” de Geraldo Espíndola, que versa, em resumo, sobre a saudade. Esse sentimento fica em evidência quando a participante fala da filha, a quem não pôde acompanhar de perto na infância por conta do trabalho, dos demais familiares quando precisou se mudar de cidade, bem como das crianças de quem cuidava e com as quais mantinha forte vínculo afetivo.

Rita

<i>“Depois que eu cuido de tudo, que está todo mundo dormindo, vou pra casa descansar”.</i>

“Um sorriso no rosto, um aperto no peito
 Imposto, imperfeito, tipo encosto, estreito
 Banzo, vi tanto por aí
 Pranto, de canto chorando, fazendo os outro rir
 Não esqueci da senhora limpando o chão desses boy cuzão
 Tanta humilhação não é vingança, hoje é redenção
 Uma vida de mal me quer, não vi fé
 Profundo ver o peso do mundo nas costas de uma mulher”

(Mãe - Emicida)

Meu encontro com Rita foi intermediado por uma amiga. Eu a encontrei em um parquinho e vi que ela estava acompanhada de sua babá, a Rita. Perguntei se ela poderia conversar com Rita sobre a minha pesquisa de doutorado. Ela o fez e Rita aceitou o convite para participar. Combinamos nosso encontro para o dia 22/08/2022 em um parquinho próximo à residência em que ela trabalha.

Expliquei a Rita o objetivo de minha pesquisa de doutorado. Contei um pouco sobre o meu mestrado também. Apresentei a NIG, disse que representava o dia-a-dia de uma babá, como ela. E pedi que desse um desfecho para aquela história. Rita olha atentamente para os quadrinhos. Antes de completá-la, comenta: *“É bem parecida com a minha história”.*

Verbaliza:

<i>“Bom, acho que aqui sou eu, chegando no serviço. Eu entro às 11h, aí dou almoço pra ele, eu fico com o A. (criança), ajudo com a B. (criança) e com a casa quando precisa e se dá certo, nem sempre dá, né? Depois do almoço, dou um banhinho nele e preparo ele pra soneca. Nesse meio tempo cuido das coisinhas dele, roupa, arrumo o guarda-roupa... ele não vai pra creche, então, depois que ele acorda, eu dou alguma coisinha pra ele comer e vamos</i>

brincar, a gente vem pro parquinho. Depois eu volto, dou outro banho, dou a janta e vou preparando ele pra dormir. E depois vou embora!”. Pergunto, “e como termina essa história, Rita?”. Ela diz, “depois que eu cuido de tudo, que está todo mundo dormindo, vou pra casa descansar”.

Rita diz que está trabalhando para M. há 6 meses. Foi indicada ao trabalho por uma amiga de M. Afirma que gosta do que faz e que adora A., de 2 anos, “*ele é muito fofo, educadinho*” e a família também, como um todo. Menciona outras duas experiências como babá, a primeira, há 15 anos, por aproximadamente seis anos. Rita chegou a se mudar algumas vezes de cidade com a família empregadora. Morava em uma cidade do interior de São Paulo, mudou-se para a capital e depois para o Rio Grande do Sul. Não se adaptou bem ao sul, por conta do frio e pela distância dos filhos, e deixou o trabalho. Nessa época era contratada como cozinheira da casa, mas também cuidava de cinco dos seis filhos do casal. Apenas a menorzinha tinha uma babá exclusiva. Rita levava as crianças à escola e em todas as muitas tarefas extracurriculares. “*Nossa, a mãe trabalhava demais, viajava demais, eu levava as crianças pra todos os lugares, médicos, dentistas... tanto que eu que acabava sendo a referência das crianças nesses lugares!*”. A segunda experiência como babá, logo na sequência, aconteceu na cidade em que reside atualmente. Rita cuidou de uma menina dos seis aos 16 anos. A participante teve experiências por longos períodos nas residências em que trabalhou. Em nosso contato, pareceu-me um tanto impessoal quando falava das crianças que estiveram sob seus cuidados, expressando pouco afeto.

Antes de trabalhar exclusivamente como babá, foi empregada doméstica por um tempo e, depois, ao longo da infância dos filhos, atendente de enfermagem, profissão que é a sua paixão. Conta que trabalhava em um hospital, mas que precisou deixar o serviço, porque, à época, foi sancionada uma lei que extinguiu a ocupação de “atendente de enfermagem”,

passando a exigir estudo para formação em “auxiliar de enfermagem”, curso que era ministrado em outra cidade. Por conta de dificuldades financeiras e também da necessidade de deslocamento, Rita desistiu da profissão. Apesar da vontade de retomar essa função, refere não ter “*coragem*” (sic), por conta da idade. Depois disso, conta que montou uma pequena lanchonete/restaurante, projeto que não deslanchou, também em decorrência da pandemia de Covid 19. Quando fala da profissão de Enfermagem, seus olhos brilham e seu sorriso se faz presente e, a sensação que fica, é de que a ocupação de babá está longe de ser uma escolha.

Sobre a vida familiar, Rita conta que tem dois filhos, C. (30 anos) e D. (33 anos). O filho é solteiro e a filha é casada, tem dois filhos (E., de 15 anos e F., de 8 anos). D. tem ensino superior, é professora da rede municipal de educação e C. não quis estudar, mas trabalha. Diz que seus filhos “*são maravilhosos, super educados!*”. E que sempre tratou os dois com “*muito respeito*”. “*Eu ficava muito pouco com eles quando eles eram pequenos, nossa, eu trabalhava tanto pra cuidar dos dois, sozinha! Agora tento sempre recompensar! Mesmo quando eles eram crianças, eu não os via muito durante a semana, mas os finais de semana eram nossos! A gente saía pra passear, pra brincar, sempre os levava pra comer em restaurante!*”.

Quando proponho que ela faça um paralelo entre o cuidado como mãe e como babá, Rita comenta: “*Ah, é diferente né?! Quando é com o filho dos outros, eu acho que você tem que seguir o ritmo dos pais, a criação deles... que nem, eu observo muito a M., ela conversa muito com o A., respeita muito ele, então, eu tento fazer igual. Então, até que eu não senti muita diferença, porque eu sempre procurei tratar os meus filhos com respeito... sempre pensei que eles não são minha propriedade e que apesar de serem crianças, eles eram pessoas... então, às vezes, eu pedia, ‘filho, você pode pegar um copo de água pra mim, por favor?!’. Se ele falasse que não dava naquele momento, que estava ocupado, eu respeitava! A criança é criança, mas também é uma pessoa, né?! Então eu sempre fiz assim!*”.

Conta que o pai de seus filhos nunca se interessou em vê-los. Rita se divorciou dele quando C. tinha dois anos de idade. Nunca pleiteou os direitos a Alimentos das crianças. Ele faleceu há alguns anos. *“Quando ele ficou doente, a D. até ia visitar, queria ver o pai, mas o C. não ia... eu cheguei a falar umas duas vezes pra ele ir ver o pai, mas ele avisava que se eu continuasse insistindo nisso ele iria embora e não iria mais me ver. Então, eu fiquei quieta, respeitei! Mas o pai nunca ajudou!”*.

Rita menciona a condição de saúde do genro. Ele tem esclerose múltipla e precisa tomar diariamente alguns medicamentos para retardar a evolução da doença. Comenta que a filha cuida do esposo, enfrentou momentos de dificuldade, quando a medicação que ele precisa tomar estava em falta na rede pública e tem um custo muito alto. *“A gente sempre ajuda, né, eu e o meu filho. A gente tem esse costume de se ajudar! Até esses dias atrás, eu estava conversando com o meu neto sobre alguma coisa que ele queria comprar e que o irmão também queria. Eu falei pra ele: ‘Vocês precisam se ajudar, por exemplo, se eu e a sua mãe queremos um perfume que custa R\$300,00... fica difícil de as duas conseguirem comprar o perfume... mas eu posso ajudar ela, dando R\$150, ela compra o perfume dela e daí, no mês seguinte, ela me dá R\$150,00 e então ficamos as duas com o perfume!’”*.

Quando pergunto se ela se recorda de alguma situação marcante em sua vida, seja como mãe ou como babá, Rita se emociona, chora, pede desculpas e desabafa: *“Ah... a gente passou muitas dificuldades, né?! De às vezes eu estar desempregada e não ter o que dar pra eles comerem... não tem como não lembrar e é muito difícil lembrar, mas já passou, graças a Deus! Quando eles eram pequenos, eu só podia contar com a minha mãe, mas coitada, ela já me ajudava cuidando dos meus filhos pra eu ir trabalhar, não tinha coragem de pedir nada pra ela, mas ela sempre percebia e fazia o possível pra ajudar”*. Ao longo da entrevista, senti Rita bastante reservada, com um olhar um tanto deprimido. Neste ponto da entrevista, lembrei-me da canção “Mãe”, de Emicida, que retrata justamente as dificuldades vividas por uma mãe solo.

Penso que uma certa “dureza” ou “frieza”, que senti em alguns momentos da entrevista com Rita, reflitam, além de muitas outras questões, a falta de acolhimento, de cuidado, de confiança nos vínculos, de solidariedade, de corresponsabilidade vivida ao longo da criação dos filhos, além da impossibilidade de se dedicar à profissão que gostaria de exercer, levando-a a reflexões sobre o sentido das relações e da vida. A história de Rita também revela como é ser mulher, mãe, negra e pobre no Brasil, país em que, quando se fala em trabalho doméstico e do cuidado, transforma-se em uma espécie de “Planeta de Mulheres”, ao redor do qual os homens, de longe, orbitam.

Rita comenta que tem um companheiro há 10 anos. *“Mas cada um mora na sua casa e é assim que vai continuar! Eu não quero mais saber de ter trabalho. Porque assim, eu almoço e janto no trabalho. Quando o C. tinha 13 anos, ensinei a fazer comida, lavar e passar roupa, então ele cuida das coisas dele. A gente mora em um apartamento, que é pequeno, então é bem prático de limpar. Não quero mais trabalho, não! De final de semana, ele me leva pra almoçar no restaurante ou faz alguma coisa na casa dele. Eu gosto mesmo é de viajar, sempre que dá, eu vou... se ele quer ir junto, ele vai, se não quer, ele não vai... eu pego o ônibus e vou sozinha mesmo. E assim vou levando [risos]”*. Dada sua experiência de vida, Rita parece concluir que a relação afetiva com coabitação traz prejuízos à mulher, pois resulta em sobrecarga de trabalho reprodutivo.

Vamos nos encaminhando para o término da entrevista. Agradeço a participação de Rita, que também agradece por nosso encontro. Despedimo-nos.

Lurdes

<p><i>“Meu pai tinha uma mentalidade complicada, ele achava que a mulher tinha sido feita pra servir”.</i></p>
--

“Aquilo que era mulher
 Pra não te acordar cedo, saia da cama na ponta do pé
 Só te chamava tarde, sabia teu gosto
 Na bandeja, café
 Chocolate, biscoito, salada de frutas
 Suco de mamão

No almoço era filé mignon
 Com arroz à la grega, batata corada
 Um vinho do bom
 No jantar era a mesma fartura do almoço
 E ainda tinha opção...”

(Vacilão – Zeca Pagodinho)

Conheci Lurdes por meio da mesma amiga que me apresentou Rita. Enviei uma mensagem de texto para Lurdes, fazendo o convite para participar de minha pesquisa. Marcamos de conversar no dia 29 de agosto de 2022, no mesmo parquinho do encontro com Rita. Lurdes é uma pessoa muito simples. Chegou no horário, sentou-se ao meu lado. Mal me apresentei e expliquei o objetivo de minha pesquisa de doutorado, Lurdes me cumprimenta: *“Opa, você vai ser doutora! Parabéns!”*. E logo se explica: *“Eu não estou sorrindo muito, porque eu quebrei um dente e estou esperando um pouco pra arrumar, meio desagradável ficar rindo com o dente quebrado!”*. Tentei deixá-la à vontade, mas reconheci que devia ser muito ruim estar com o dente quebrado.

Iniciamos a conversa fazendo uso da NIG. Lurdes ri e demonstra certo constrangimento: *“Ixi (sic), você me pegou! É pegadinha do Malandro?! Ixi (sic), eu sou ruim pra essas coisas, de imaginar!”*. Ela olha para o desenho e, oralmente, vai descrevendo:

“Ah, acho que aqui é a babá chegando pra trabalhar né? Aí dá comida, aqui é igual lá na M... aqui ela está dando o bebê pra outra senhora, acho que é a avó, pode ser a avó, né? Aqui estão comendo de novo, brincando com as crianças, aqui acho que eles estão passeando, né? Ela vai dar banho no bebê (Lurdes se refere ao quadrinho em que todos os personagens aparecem dormindo). Acho que é isso! Pode ser assim?”. Digo a ela que sim, pode ser. Pergunto qual desfecho ela daria para essa história. Lurdes conclui: “Ah, o cuidado, né? É cuidar de tudo! Acho que é isso!”

Pergunto sobre sua experiência como babá. Lurdes conta que cuidou de muita criança em sua vida. Começou a trabalhar na casa da avó de M., quando tinha apenas sete anos de idade. Cuidava da casa. Trabalhou nesta casa por cinco anos. Depois disso trabalhou para a tia de M., onde ficou por 20 anos, cuidava da casa e de suas duas filhas, hoje adultas, uma fisioterapeuta e outra nutricionista. Fala com muito carinho das “meninas” (sic). Penso na dureza da realidade quando falamos em vidas de outras meninas, pretas e pobres. Lurdes teve a “infância perdida” ao começar a trabalhar tão cedo.

Na sequência, trabalhou como servente de escola, cargo que conquistou por meio de concurso público. *“Eu estudei e passei em primeiro lugar! Lá eu era servente, mas se precisava de ajuda com a merenda, eu ajudava, onde precisavam de ajuda eu ia”*. Lurdes é aposentada pelo Estado. Ficou neste emprego por 19 anos. Quando passou no concurso diz ter sido estimulada pela patroa a assumir o cargo, porque seria registrada e poderia se aposentar: *“Ai, pelo amor de Deus, não fala nada disso tá bom, porque eu não me importo, eu tenho a minha aposentadoria do Estado, graças a Deus!”*, referindo-se, com receio, ao fato de não ter registro em carteira como empregada doméstica, aparentemente desconhecendo ter sido privada de um direito. Lurdes sempre desempenhou a função de servir!

Já aposentada, Lurdes voltou a trabalhar para a família de M., desta vez, como cuidadora de um tio idoso. *“Ele faleceu há alguns anos. Antes de cuidar dele, eu já conhecia ele, porque eu sempre trabalhei pra família, mas ele estava muito mal agora no finalzinho, ficava na cama, mas eu gostava muito dele e ele de mim! Teve um tempo que ele ficou numa clínica, porque estava ficando caro demais pra família que tinha que pagar uns quatro cuidadores por dia... e ele sempre me pedia pra ir visitar, não era sempre que dava, mas quando eu ia, ele até chorava. Eu gosto muito deles, gosto muito dessa família. E agora, eu estou na M., faz dois anos, eu comecei a trabalhar lá quando o A. tinha 18 dias! A B. (mãe de M.) me ligou e falou, ‘Lurdes, a M. está precisando tanto de ajuda, você não quer trabalhar pra ela?! E aí, eu vim! A M. é muito gente boa, o P. também, meu patrão, eu gosto muito deles! Eu adoro criança, eu adoro trabalhar... estou meio cansada, meu marido fala que é hora de descansar, mas eu gosto... vou trabalhar até quando aguentar!’”.*

Com relação a sua rotina de trabalho, diz que há três meses tem feito o horário das 6h30 às 18h30, porque seu patrão quebrou os dois ombros e estão precisando de ajuda. *“Mas eu acho que logo volto a fazer o meu horário normal, que é das 7h às 15h. Aí, assim, eu acordo às 4h, porque deixo tudo arrumadinho em casa, comida, roupa... meu marido não sai de casa amassado, de jeito nenhum! E eu sou ruim de dormir mesmo, eu vou deitar umas 23h e acordo às 4h mesmo, todo dia. Aí, chego na M., faço o café, vou dando uma organizada na cozinha, na louça que fica da janta, dali a pouco o sr. P. desce com a C. (criança), enquanto a dona M. dorme... aí, eu fico só com a C. e ela me adora, fica se esticando todinha quando me vê, estica os bracinhos pra vir comigo, eu adoro aquela menina! E o A. também! Logo ele também acorda e eu fico com os dois. Dali a pouco a dona M. desce e eu pego roupa pra lavar e pego na cozinha de novo, porque eu faço comida pra eles. Faço o almoço e deixo a janta encaminhada e arrumo a casa, passo pano em tudo, é uma casa grande, um sobrado. Depois a Rita (participante da pesquisa e que trabalha na mesma casa) já chega também. E eu tô ali, se*

precisam de mim, eu largar tudo pra ficar com as crianças. Porque quando eu comecei a trabalhar lá, o sr. P. foi claro, 'as crianças são a prioridade'. Depois que todo mundo almoça, eu dou jeito na cozinha e volto a pegar a C., dali a pouco faço ela dormir, recolho as roupas do varal, passo tudo, todo dia, depois ela já acorda, levo ela no parquinho, a gente brinca bastante, depois dou banho, janta e vou embora! Chegando em casa, eu pego na minha casa, né?! Porque sempre tem o que fazer... se precisa fazer comida, eu faço, o que precisar limpar, já limpo. Eu não deixo um garfo sujo na pia, porque eu não sei como eu vou acordar no dia seguinte... então eu deixo tudo em ordem. Depois que eu arrumo tudo, eu janto, aí que eu tomo banho, assisto o Pantanal [novela] e vou dormir”.

Lurdes conta que tem três filhos. “*Eu perdi uma filha, mas eu tive ela, ela era minha, conta né?!*”. Digo que sim, claro que sim! Lurdes conta que perdeu sua filha quando ela tinha um ano e dois meses. E que acha que foi infarto: “*Eu não sei bem o que aconteceu, nem os médicos souberam me explicar direito... ela costumava ter uma respiração meio curtinha, costumava fazer um barulhinho assim na garganta, diziam que ela tinha um probleminha na traqueia. Ela ficou internada por nove dias antes de morrer, no dia 10 de agosto. Eu não consigo esquecer, foi um baque muito grande! Eu fiquei com ela todos os dias... quando o médico me chamou, eu me gelei inteira, senti que tinha acontecido o pior, foi muito duro, nossa, eu sofri muito! E tadinha, quando estava internada, veio um outro paciente, um menino e mordeu a bochecha dela e o dedinho, chegou a arrancar a unha dela... as enfermeiras falaram que ele tinha um problema, mas só de lembrar me dá um negócio no peito. Até pouco tempo atrás eu ia todo dia no cemitério ver ela, agora vou menos, uma vez por mês, uma vez a cada 15 dias. Não foi fácil, porque ela era a minha filha, tão linda, ela era tão clarinha. Eu não tenho foto dela aqui agora, mas eu queria te mostrar”.*

“*Perder mãe e filho é muito difícil, eu já passei pelas duas perdas... filho é bem pior, mas mãe é muito duro também. A minha mãe morreu de repente, começou com uma gripe, de*

repente virou pneumonia, logo depois ela já morreu. Que dureza! E a minha mãe era uma pessoa maravilhosa, muito boa, sofreu muito também, ela teve 28 filhos, 25 biológicos e três de criação! Ela vivia grávida, ela nem menstruava... meu pai tinha uma mentalidade complicada, ele achava que a mulher tinha sido feita pra servir, coitada! E a minha mãe era tão linda, era bem clarinha... porque o lado dela era de gente branca, meu pai que era preto. Que saudade dela... e ela casou com nove anos, meu pai tinha 10 anos a mais que ela... ela morreu antes, com 75 anos, mas não tinha nenhuma ruga, nenhum cabelo branco... ele morreu um pouco depois”. Chama a atenção o fato de Lurdes reiterar que a filha e a mãe eram “lindas”, “tão clarinhas”, como se diferente dos pretos, como ela, não lhes coubesse o lugar do sofrimento e ainda, como se representassem a promessa, jamais concretizada, de ter uma vida melhor. A imagem que faço de Lurdes é a de uma mulher extremamente resignada.

Sobre a morte da filha, Lurdes revela uma fantasia, *“quando eu estava grávida de cinco meses, eu vi uma manga linda no pé, bem lá no alto, na casa em que eu trabalhava... eu resolvi subir no pé pra pegar... e aí eu aprendi uma coisa, não é a toa que as coisas ficam no alto... quando alguma coisa está no alto, difícil de pegar, não é pra você pegar, deixa lá... eu subi no pé, quando eu fui pegar a manga, tinha um cacho de abelha enorme perto dela... no que eu peguei veio aquele monte de abelha pra cima de mim, elas me picaram no pescoço, eu quase morri, não conseguia respirar, eu caí em cima do cachorro e ele mordeu todo o meu tornozelo... precisei correr pro hospital, foi um horror. Não sei se o problema da minha filha teve alguma relação com isso, eu contei pro médico e ele até achou que podia ser”. Fico com a impressão de que Lurdes fantasia ter sido punida por ter desejos e por desejar alto. Nessa situação, ela não “ficou no seu lugar” ou no posto a ela destinado e, por isso, fora duramente castigada pela “ousadia”.*

Lurdes comenta que quando engravidou de D., que hoje teria 40 anos de idade, seu pai a expulsou de casa, porque ela não era casada na época. *“Meu pai era ignorante... nordestino,*

sabe como é, né?! Ainda mais porque eu tive uma menina e ele não gostava muito quando vinha menina, ele preferia menino...”. Lurdes não entra em detalhes sobre a sua relação com o ex-companheiro, mas diz que ele a abandonou grávida de oito meses do segundo filho. “Depois ele apareceu quando o E. tinha 10 dias de vida, depois com 16 anos, e depois nunca mais! Eu nunca pedi nada pra ele, também não quero que ele seja infeliz, quero que ele seja feliz isso sim. Meus pais, irmãos, não podiam nem ver ele na frente, não foi fácil. Mas eu agradeço a Deus, por tudo... tem que agradecer, né?!”. Lurdes conviveu com homens pouco sensíveis.

Lurdes comenta que seu novo companheiro é muito diferente do anterior. Com ele tem o filho F., hoje com 21 anos. “Ele cuida muito bem do nosso filho e também cuidou muito do E., sempre ajuda quando ele precisa. E é apaixonado pela nossa netinha G., de seis anos. Eu sempre procuro cuidar muito bem deles, faço coisa gostosa pra eles comerem, pergunto como que foi o dia deles, digo que amo, o tempo todo... e meu filho também é assim comigo, vive dizendo que me ama. Ah, eu faço de tudo pelos meus filhos e pela minha neta, eles são a razão da minha vida!”. Me pego pensando: Será que Lurdes encontra na neta a oportunidade de “cuidar” da filha que perdeu?

Lurdes comenta ainda que aos sábados costuma “dar uma mão” (sic) em um restaurante da cidade. Chegou a comentar com o dono do restaurante que não iria mais, mas “ele não deixa”. E Lurdes explica: “Eu sei que é assim, eu não páro, em casa ou estou fazendo limpeza, comida, cuidando das minhas plantas... Ai, como eu amo as minhas plantas, elas estão muito lindas! Nem pra comer eu sento, meu marido fala: ‘senta pra comer, Lurdes’. A dona M. também fala, ‘quando que você vai sentar com a gente pra comer, Lurdes?!’. Mas eu não sento, nunca sentei, eu como, de repente quando vejo, já estou lavando a louça e arrumando as coisas”. Lurdes é muito dedicada aos outros e parece se alimentar/gratificar-se do cuidado que lhes oferece, ao que tudo indica, bastante aderida ao papel social da mulher. Ocorre-me, mais uma vez, uma música, desta vez a cujo título é “Vacilão”, de Zeca Pagodinho. Além de outras

questões, a música tematiza um aparente ideal masculino a respeito do que seria uma “boa mulher”.

Sobre momentos de lazer, Lurdes conta que “*quando sobra dinheiro*” gosta de passear em Holambra, porque aprecia muito as plantas, também se distrai assistindo à novela Pantanal e ao programa do Luciano Hulk. Fala sobre o sonho de fazer o curso de gastronomia (ela tem sonhos e isso me encanta! Lurdes me encanta com sua simplicidade e amorosidade) e vê na questão financeira um impeditivo para concretizá-lo: “*Olha, as coisas não são fáceis, mas eu só quero o que é meu de direito... já aconteceu de terem colocado dinheiro a mais pra mim na hora de me pagar, eu contar e devolver... tem gente que também faz isso pra testar a gente, né?! Mas eu não quero nada do que não seja meu! Meus pais foram bem rígidos assim pra educar a gente, ensinaram muito bem essas coisas... e eu fiz o mesmo com os meus filhos, o meu marido também... acontecia de o meu filho trocar canetinha com os amigos na escola, ele ia até lá e pedia pra destrocar e explicava pro filho que era só aquela que ele podia comprar!*”.

Pergunto se ela vê diferença entre cuidar dos próprios filhos e cuidar dos filhos de outras pessoas, ao que responde: “*Não, é a mesma coisa, tudo o que eu fiz e faço pros meus filhos, eu faço pras outras crianças, eu cuido do mesmo jeito!*”. Lurdes parece indicar que o cuidado como babá é igual ao de uma mãe, o melhor cuidado que pode oferecer. Vamos nos encaminhando para o término da entrevista, Lurdes me agradece bastante. Conta que nunca tinha conversado com uma psicóloga e que tinha “adorado” (sic).

Comenta sobre a situação de um de seus irmãos. Ele sofreu um acidente de trabalho e precisou amputar quatro dedos. Conta que sua cunhada, esposa deste irmão, faleceu há alguns e que ele não elaborou bem a perda. Menciona que o irmão tem se relacionado com outra mulher que verbaliza não gostar dele, tendo interesse apenas no ressarcimento a que tem direito por conta do acidente de trabalho. “*Ele fica muito triste com isso, porque ele gosta dela. Eu vou falar pra ele de você, quem sabe ele não aceita ir na psicóloga!*”.

Lurdes relata várias situações de perda durante o nosso encontro: o pedaço do dente quebrado, a perda da filha, a perda da mãe, a perda da unha (da filha no hospital), a perda dos dedos (do irmão), a perda da cunhada. Foi uma entrevista comovente. A vida sofrida de Lurdes estava estampada em seus olhos e em seu corpo cansado, apesar de tamanha doçura. Senti muita empatia por ela e uma vontade imensa de abraçá-la. Foi assim que nos despedimos: com um forte abraço.

Maria da Paz

<i>“Eu dou o mesmo amor e carinho, quero ficar grudadinha com ele, como fazia com o meu filho!”</i>

“Maria, Maria é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta

Maria, Maria é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca
Maria, Maria mistura a dor e a alegria”

(Maria, Maria – Milton Nascimento)

Conheci Maria da Paz por intermédio de uma cunhada que reside em outra cidade. Conversando sobre a presente pesquisa de doutorado, ela, generosamente, disponibilizou-se a colocar o convite para participar de meu estudo no grupo de WhatsApp de babás de que faz parte, como patroa, do condomínio em que mora. Minha cunhada conhece Maria da Paz, que prontamente se disponibilizou a participar e ainda indicou outras três colegas, babás, para a entrevista. Combinamos uma entrevista virtual, via Microsoft Teams, no dia 18/09/2022, conforme a preferência de Maria da Paz.

Maria da Paz é pontual. Uma mulher muito simpática, de sorriso largo e fácil. A despeito de alguns problemas de conexão que logo foram resolvidos, conversamos por cerca de uma hora e meia. No início da entrevista, apresentei-me novamente, agradeci por sua disposição para participar da pesquisa e expliquei o objetivo dos estudos que venho desenvolvendo sobre maternidade e sofrimento feminino. Procurei deixá-la à vontade para se expressar, esclarecendo que não conhecia seus empregadores, que o único contato que

tínhamos em comum era o de minha cunhada, com a qual também não conversaria sobre a nossa entrevista. Feito este enquadre inicial, compartilhei a NIG com Maria da Paz, pelo Teams, e pedi que imaginasse um desfecho para aquela história. Maria da Paz sorriu e manifestou sua surpresa com a tarefa: *“Nossa! Que difícil, o que eu imaginaria?!”*. Ela então começa descrevendo oralmente as cenas da história.

“Bom, tem uma creche aqui... aqui é a babá dando comida pro bebê, tem um cachorro... aqui pode ser ela ou uma avó entregando o filho pra tia da escola... aqui ela está dando comida pro bebê, as outras crianças brincando... aqui estão dormindo, sonhando, pode ser que ela esteja roncando! [risos]. Que não seria o meu caso... de jeito nenhum, porque eu nem durmo à noite direito, meu sono é muito leve”.

A NIG faz Maria da Paz recordar-se de sua primeira experiência como babá, quando cuidava de um bebê com Síndrome de Down. *“Meu Deus do céu, eu não pregava o olho à noite, deixava o volume da babá eletrônica no último, ficava o tempo todo vendo se ele estava respirando, se estava tudo bem! Eu morria de medo de que acontecesse alguma coisa! Bom, desde que eu me tornei mãe, nunca mais dormi, aquele sono gostoso, que a gente capota... ainda mais que eu quase perdi o meu filho quando ele tinha sete meses. Ele engasgou com o leite, roxeou (sic), foi horrível! Ele tem um problema respiratório, igual ao pai dele... e igual a um irmãozinho dele que morreu há uns dois anos, com cinco meses, engasgado também! Ele era o segundo filho do pai do A. (filho), meu ex-companheiro, com a segunda esposa dele! A mãe deu a mamadeira pra criança e já colocou pra dormir, ela não escutou o bebê chorando, engasgado... quando ela acordou, o bebê já tinha morrido havia horas... hoje ele teria dois anos de idade! Foi um horror! Mas esse tipo de coisa não aconteceria comigo, de eu não ouvir a criança chorar, por causa do meu sono tão leve. E, além disso, meu filho também tem*

sonambulismo, então, vira e mexe, corro atrás dele à noite". A fala da participante me leva a pensar que possivelmente ela imagine que toda mãe deva ser infalível, expectativa que não recai sobre o pai. Maria da Paz parece ainda velar o sono do filho em um constante estado de alerta, tamanho o medo de perdê-lo. Em síntese, anuncia que a maternidade não "modifica" a mulher apenas pontualmente ao se referir a uma espécie de "preocupação materna permanente".

O filho de Maria da Paz, A., hoje tem 16 anos de idade e ela fala dele com muito afeto. *"Foi tudo muito difícil, mas o que seria de mim se eu não tivesse o meu filho?! Ele tem 16 anos, mas continua sendo a minha preocupação, o motivo de tudo!"*. Ela conta que, desde os seus 10 anos, cuidava do irmão. *"A minha mãe, sozinha, com duas crianças dizia: 'Maria da Paz, você precisa me ajudar'. Eu sempre ajudei a cuidar dele, desde bebê, bebê mesmo, antes do primeiro aninho. Eu era só uma criança! Eu não tive infância! Mas eu agradeço muito por ter podido cuidar dele, através dele eu descobri o que eu gosto nesta vida, que é cuidar de criança. E eu me sinto muito real, porque eu faço o que eu gosto... não vou dizer que também não faço por dinheiro, porque todo mundo precisa, né?! Mas eu sou apaixonada pelo que eu faço! Tem gente que não faz o que gosta, que a gente até percebe que tá forçando a barra, mas eu não, tudo tudo tudo que sempre fiz, fiz com muito amor e cuidar de criança é a minha paixão!"*.

Maria da Paz conta que perdeu a mãe de maneira muito abrupta. Ela descobriu uma leucemia e em pouco tempo seus rins pararam de funcionar. *"Ela teve duas paradas cardíacas a caminho do hospital!"* [choro]. *"Nossa, como foi duro perder a minha mãe e eu, na verdade, não me recuperei até hoje! Já tem 16 anos que ela foi embora, bem quando eu estava grávida do A. A psicóloga da minha patroa, outro dia perguntou o que era aquele meu olhar de tristeza, eu contei pra ela que ainda sinto muita falta da minha mãe. Ela comentou que a minha dor não passa, porque eu tenho muita mágoa dela ter me deixado quando eu mais precisava! E é*

verdade, eu só tinha 15 anos, estava grávida, tinha que cuidar do meu irmão... não tinha com quem contar nessa vida, meu pai nunca foi presente. A minha mãe era o meu tudo! Ela era a minha companheira pra tudo, pra ir na esquina, pra fazer comida, pra passear... é muito triste! Mas eu tive que me virar (sic)". Maria da Paz esperava contar com a mãe para se tornar mãe.

Conta que a mãe a acolheu muito quando ela engravidou, *"eu era casada com o meu ex-companheiro, ele morava com a gente"*. Sobre o ex-companheiro, Maria da Paz comenta que ele faleceu há dois anos, mas que eles ficaram juntos apenas quatro meses após o nascimento de A. *"Eu quis assim, quis ser mãe solo, como a minha mãe, queria ver como era"*. Ela fala com carinho deste ex-companheiro, fica emocionada quando lembra de sua morte por Covid no início da pandemia. Fico com a impressão de que ele fazia uso de drogas, mas ela não chega a afirmar isso. *"Pouco antes de morrer, ele me ligou, falou que ia mudar, que ia se cuidar... ele tinha muito amigo que não prestava. Ele dizia que ia ser mais presente na vida dos filhos, mas não deu tempo..."*

Maria da Paz tem um novo companheiro há seis anos. Chegou a pensar em ter outros filhos, mas avalia que não é possível: *"Ai, eu já pensei, mas não dá, eu queria ter outro se desse pra ficar com ele, curtir, cuidar direitinho, mas eu preciso trabalhar, isso é um fato, e foi tudo muito difícil com o A., então eu me protejo!"*

Maria da Paz se lembra de que quando perdeu a mãe, o Conselho Tutelar *"retirou"* o seu irmão de casa, quando ela também, adolescente e grávida, precisava de proteção. *"O juiz deu a guarda dele para os meus tios, que moram em outra cidade. Foi mais uma perda, né? Minha mãe, meu irmão, mas eu só tinha 15 anos, estava grávida, como eu ia fazer pra cuidar de duas crianças?! Mas no nosso caminho sempre aparecem pessoas boas, ruins também, demais... quando eu fui me internar pra ter o A., fui atendida por uma médica que acabou me ajudando muito... na verdade, primeiro, eu quase morri na mão dela, mas depois ela me ajudou. Eu tive pressão alta na gestação, tive eclampsia, eu estava com a pressão 18, 19 e ela*

queria porque queria que eu fizesse parto normal. E eu fiquei lá, tentando... na troca de plantão, outro doutor me atendeu e ficou indignado com aquilo... me levou direito para o centro cirúrgico, porque eu não podia mesmo ter parto normal com aquela pressão. Depois ela até questionou, mas eu já tinha ganhado o A., graças a Deus deu tudo certo... eu fiquei dois dias sem ver ele, porque fiquei na UTI, mas depois pude amamentar e deu tudo certo. Mas aí, essa médica se afeiçãoou a mim. Ela perguntou, 'Maria da Paz, você trabalha? Como que vai fazer agora com uma criança pra criar?'. Foi então que ela me ofereceu um emprego na casa dela... ela disse assim: 'Olha, cuida do seu bebê, daqui um ou dois meses, eu vou te ligar pra ver se você ainda vai querer trabalhar na minha casa'. E ela fez exatamente isso! Nesses dois meses com o meu filho, eu precisei recorrer à ajuda do governo, recebi alguns benefícios. Depois fui morar na casa dela com o meu filho, ele ficava comigo. Ela e o marido agradavam muito o A. Eu não posso falar nada deles! Eu não recebia um salário, mas eles me davam onde morar, o que comer e compravam tudo o que a gente precisava. Eu ficava até com um pouco de medo, na verdade [risos]. A gente escuta tanta história de família rica que rouba bebê de pessoas pobres [risos]". Maria da Paz parece ter encontrado nessa família um substituto materno.

Essa experiência durou aproximadamente um ano. Depois disso, pensando em ter registro em carteira, ela procurou emprego numa fábrica da cidade e A. ficava na creche. Por coincidência, o marido da médica era um dos sócios do local que a empregou. *"Foi engraçado, porque os patrões almoçavam com a gente, né?! Teve um dia que ele olhou pra mim e perguntou, 'nossa, de onde eu te conheço?'. Eu também não tinha reconhecido ele de cara (sic), até porque ele quase não parava em casa. Bom, a gente se reconheceu, ele me chamou na sala dele, disse que a esposa dele gostava muito de mim e que queria me ajudar! Marina, ele me dava uma quantia a mais do meu salário, por fora, e mandava entregar duas cestas básicas (em vez de uma) aqui na minha casa. Eles sempre foram muito bons pra mim! Lá eu*

trabalhava como auxiliar de produção, também ficava no forno quando precisavam. Eu entrei lá trabalhando na cozinha, na verdade, aí fiz uma prova, passei e fui promovida. Mas, nossa, ficava difícil chegar pra trabalhar no horário, porque quase não passa ônibus onde eu moro e quando passa, está sempre atrasado... eu comecei a chegar no trabalho com 15, 20 minutos de atraso. Aí, ele me chamou: 'Olha, Maria da Paz, você tem se atrasado muito ultimamente... a gente está precisando cortar alguns funcionários, então, infelizmente eu vou precisar te desligar'. Eu entendi, concordei, estava complicado mesmo. Então, eu arrumei outro emprego, numa lanchonete, eu fritava salgadinho. Fiquei lá por quase um ano. E neste lugar encontrei outro anjo! A esposa do patrão era delegada. Um dia, contei pra ela sobre o meu irmão e ela me colocou em contato com um juiz de Infância e Juventude, amigo dela... eu assumi a guarda do meu irmão! Ele falou que nem era pra eu ter sido separada dele, porque com 16 anos, ainda mais já tendo um filho, eu poderia ter sido emancipada. Essa delegada sempre falava pra mim: 'Maria da Paz, quando você não souber alguma coisa, sobre algum direito, você precisa perguntar. Você tem direitos!'. Curiosamente os "anjos" que entram na vida de Maria da Paz são mulheres: a médica e a delegada.

Depois disso, Maria da Paz passa a ter experiências profissionais ligadas ao cuidado infantil. A primeira, conforme mencionei acima, foi com B., um bebê que tinha Síndrome de Down, "eu era louca por ele, cuidei dele até um ano e meio, eu levava ele pras atividades... ele começou a fazer várias atividades, escolinha, enfim, aí não precisava mais de mim. Mas ele era uma graça e foi um grande desafio!" Em seguida, eu trabalhei em várias escolinhas, cheguei a reencontrar o B. em uma delas... Eu trabalhava como auxiliar de educação infantil, trabalhava nos berçários. Foi nessa época que comecei a estudar Pedagogia, fiquei muito encantada pela área! Mas o meu grande sonho é estudar Educação Especial. Eu preciso esperar um pouco, me estabilizar mais, porque eu quero ter tempo pra sentar, estudar, me

dedicar, sabe?! Quando eu era criança não queria saber de estudar, eu ia pra escola e ficava só brincando". Penso: será que brincava porque, apenas na escola, podia ser criança?

Atualmente trabalha como babá de C. (um ano e 10 meses). Sua rotina de trabalho se inicia às 8h e termina às 18h, de segunda a sexta-feira e, das 9h às 18h no sábado. Maria da Paz cuida de tudo o que envolve o bebê: roupas, alimentação, banho, brincadeiras, organização do quarto. Diz que adora C., que ele é o seu "cookinho" (sic). *"Uma vez a mãe dele o chamou de cookie, e então ficou cookinho pra mim! O C. não é muito de grudar não, porque tem criança que gruda na gente, né? Ele é tranquilo, mas a gente se dá super bem!"*.

Maria da Paz conta que a sua patroa está grávida novamente e que é "depressiva" (sic). *"Ai, coitada, não é fácil! Ela teve depressão na gravidez do C., que é um nenê da pandemia, né? E agora está mal de novo. O C. às vezes fica meio tristonho, começa a se comportar como criança menor, mas eu tento sempre empurrar ele pra frente, pro desenvolvimento"*. Maria da Paz comenta, indignada, uma situação que aconteceu em uma creche da cidade. A professora batia em uma das crianças. *"Eu fico indignada com essas coisas, porque criança é amor, é um ser puro, não se pode fazer isso!"*

Quando pergunto se ela sente diferença entre cuidar do próprio filho e cuidar dos filhos de outras pessoas, Maria da Paz responde: *"Não, não tem! Eu dou o mesmo amor e carinho, quero ficar grudadinha com ele, como fazia com o meu filho! E eu sempre tenho o retorno das mães, sabe, de como sou carinhosa com as crianças. Criança é tudo de bom (sic)!"* Fico pensando se, para Maria da Paz, ser babá também não teria a função simbólica de cuidar de si mesma pelo desamparo vivido com a perda da mãe. Também me ocorre a hipótese de que o sonambulismo do filho seja uma oportunidade para a participante permanecer "grudada nele", atendendo a uma necessidade emocional dela. Nesse sentido, ao que tudo indica, tanto a condição do filho como o trabalho de babá atendem às demandas da Maria da Paz cuidadora, o que contribui para a sensação de satisfação emocional no emprego.

A canção “Maria, Maria” de Milton Nascimento a mim soa representativa do enredo da história de Maria da Paz, marcada por perdas e pela violência do Estado (Conselho Tutelar e Judiciário, no caso), que incide impiedosa contra famílias pobres provocando rompimentos/enfraquecimento de vínculos, como aconteceu na situação de seu irmão após a morte de sua mãe. A participante, assim como a Maria de Milton Nascimento, parece ter o “dom” de extrair alegria da dor.

Encerramos a entrevista. Maria da Paz comenta sobre as indicações de outras babás para participarem da pesquisa. Agradeço pelas indicações e pela disponibilidade para participar. Ela também me agradece, *“foi bom demais, a gente quase não fala com ninguém!”*. Depois dos agradecimentos mútuos, despedimo-nos.

Maria Tereza

“O meu único arrependimento é que eu não pude estudar, eu terminei o Ensino Médio, mas não fui pra frente, por isso que eu sou babá”.

“Há um rio afogando em mim
Secando, secando, secando
Tem rompante os mistérios que já vi
Esperando, esperando, esperando o fim...”

(Margem – Paulo Araújo)

Também conheci Maria Tereza por intermédio de minha cunhada. A princípio agendamos nossa conversa para o dia 17/09/2022 (sábado), mas ela se esqueceu de nosso compromisso. Maria Tereza pediu muitas desculpas, fiquei desconfortável com isso, não queria que ela se sentisse mal. Remarcamos a entrevista para o dia 19/09 (segunda-feira). Maria Tereza se atrasou 30 minutos, mas pudemos conversar. Me apresentei novamente, agradei a sua disponibilidade para colaborar com a minha pesquisa e expliquei o objetivo do estudo. Esclareci que não conheço seus empregadores, além de outros cuidados éticos, assegurando-a de que poderia ficar à vontade para se expressar. Apresentei a NIG. A participante a completou oralmente:

“Ah, aqui é uma babá, cuidando das crianças, pegando filho na creche, aqui pode ser ela já com os filhos dela... aqui é ela e os filhos dormindo... e fica difícil de sonhar, acho que ela está pensando na rotina, a cabeça não pára... Quando estou em casa, fico pensando em como vai ser com as crianças que eu cuido, que atividades vou fazer com elas... E quando estou no trabalho, fico pensando nas minhas filhas, na minha neta. É só pensar neles... acho que é isso, não sei se é isso que você queria que eu falasse!”.

Pergunto sobre suas experiências como mãe e babá. Ela começa falando sobre a vida pessoal. Maria Tereza tem 40 anos e três filhas: A. (23 anos), mãe de B. (dois anos), C. (18 anos) e D. (13 anos). Casou-se aos 15 anos, o companheiro tinha 19 anos. *“Eu casei e engravidei logo depois, eu planejei, queria ter um filho com o meu companheiro. Eu sofria muito em casa, meus pais discutiam demais, batiam na gente, eu queria sair de casa! Eu não contei pro meu marido que eu não estava me protegendo e quando aconteceu de eu ficar grávida, ele me acolheu, a família toda dele me acolheu, a gente morou um tempo na casa dos pais dele. O meu único arrependimento é que eu não pude estudar, eu terminei o Ensino Médio, mas não fui pra frente, por isso que eu sou babá. Eu queria ser Enfermeira e trabalhar na Pediatria. Mas eu quis me dedicar a minha filha, ser uma boa mãe”.*

Pergunto se não gostaria de resgatar seu sonho de estudar, ao que responde *“eu adoraria estudar, era meu grande sonho, mas eu não consigo mais, a minha cabeça não ajuda! Eu não consigo...”*. Sua primeira experiência profissional foi aos 13 anos, quando trabalhava, como babá, para uma vizinha. *“A minha vizinha via que eu sofria muito em casa, por isso, falou com a minha mãe se eu não podia ficar na casa dela durante o dia, ajudando a cuidar da filha. A menina dela tinha um aninho. E eu fiquei, passava o dia lá e voltava pra casa pra dormir... ela não me pagava um salário, mas me dava tudo o que eu precisava. Eu fiquei trabalhando pra ela por uns três anos, depois eu casei e engravidei, né?! Mas eu gostava tanto da filha dela, da E., que coloquei o nome da minha primeira filha em homenagem a ela! É muito legal, hoje em dia ela é uma moça e a gente se fala muito ainda! Ela sempre me liga, me escreve... É muito bom!”*

Maria Tereza conta que A. nasceu prematura (sete meses) e ficou cuidando dela até um ano e meio. Começou a trabalhar em uma escolinha em uma cidade próxima a de sua residência, como auxiliar de berçário, local que a filha também frequentava. *“Era bom, porque a A. ficava comigo, né?!”*. Trabalhou nesta escolinha por quatro anos, até engravidar de C. A gravidez de

C. foi mais delicada, pois a pressão de Maria Tereza subia demais. Ela precisou fazer repouso no final da gestação. Após o nascimento de C., Maria Tereza deixou novamente o trabalho. Ficou em casa, cuidando das filhas por dois anos. Depois disso, voltou a trabalhar em creches. Engravidou de D., mas desta vez, ficou em casa por cinco meses apenas, logo voltou a trabalhar, desta vez, em uma escolinha na cidade em que morava.

Está trabalhando novamente como babá faz quatro anos. Cuidou de F., desde bebê (hoje com três anos). *“Eu fazia tudo pra ela, eu levava pra passear, no clube, no zoológico, no médico. Eu normalmente ficava com ela das 8h às 19h, mas o meu horário certinho era das 8h30 às 17h30. Eles me pagavam hora extra, tudo certinho, foram muito bons pra mim. E eu era apaixonada pela F. Faz três meses que eles se mudaram pra Londres. E queria me levar junto! Mas eu não quis, não ia aguentar ficar longe das minhas filhas! A minha antiga patroa recebeu a proposta de desenvolver um projeto lá, ela é professora da Universidade Federal da cidade. Ela fez uma carta de recomendação enorme pra mim e na semana seguinte eu já estava empregada de novo!”*

Há três meses Maria Tereza cuida de G. (seis anos) e de H. (sete anos). Durante a semana, começa a trabalhar às 15h e deixa o emprego às 20h30. Aos sábados, entra às 8h e sai às 20h. Sua rotina inclui lavar/passar/organizar as roupas das crianças, buscar na escola, dar banho, alimentar, ajudar com as tarefas escolares, brincar e colocar as crianças para dormir. Quando não está no trabalho, cuida de sua casa e costuma fazer bicos, sempre como babá.

Quando pergunto se ela sente diferença entre cuidar das próprias filhas e cuidar dos filhos de outras pessoas, Maria Tereza diz que existe diferença sim. *“Apesar de a gente cuidar com o mesmo amor e o mesmo carinho, é diferente na hora de repreender, de mostrar o que é certo e o que é errado. Quando a criança é pequenininha, que nem com a F., ela me obedecia muito, mas porque eu já estava com ela desde bebê. Agora, é um pouco mais difícil, porque eles estão acostumados de outro jeito, então precisa ter cuidado com o que falar, com o jeito*

de falar, mas a gente se dá super bem, eu adoro eles e eles também gostam muito de mim! Eles sempre falam, ‘a tia Tê é a mais legal do mundo. Você é bem mais legal que a outra babá!’. Eu sempre falo, *‘mas cada um tem um jeito, ela tem mais jeito pra fazer algumas coisas, eu tenho mais jeito pra fazer outras coisas! Eu sempre converso muito com eles, com as minhas filhas e com a minha neta, sempre foi assim! Eu prezo muito isso, não sei se porque a minha mãe não conversava comigo, só brigava, batia... eu sempre procuro conversar muito!’*

O relato de Maria Tereza, especialmente o momento em que ela fala sobre o sonho de estudar e como se percebe sem condições de concretizá-lo, fazem-me lembrar de um trecho triste e bonito da música “Margem” de Paulo Araújo: “há um rio afogando em mim, secando...”. A associação que faço é de que Maria Tereza tem a profundidade de um rio, abundância de água, mas que não consegue, por conta das circunstâncias da vida, usufruir dessa potencialidade. O sentimento que me toma parece decorrer da impressão de que toda a energia de vida da participante está canalizada ao outro e aos afazeres da vida concreta.

Maria Tereza anunciara, antes de iniciarmos a entrevista, que teria um compromisso na sequência. Não quis atrasá-la. Agradecemos-nos mutuamente pela oportunidade de conversar.

Bárbara

<p><i>“Vida de mãe não termina às 22h, principalmente se você tem um bebê, como é o meu caso... tem peito, tem mamadeira, é uma rotina sem fim, mãe é 24h por dia, não come direito, não descansa”.</i></p>

“Já é tarde, tudo está certo
 Cada coisa posta em seu lugar
 Filho dorme ela arruma o uniforme
 Tudo pronto pra quando despertar
 O ensejo a fez tão prendada
 Ela foi educada pra cuidar e servir
 De costume esquecia-se dela
 Sempre a última a sair

Disfarça e segue em frente
 Todo dia até cansar
 Uooh

E eis que de repente ela resolve então mudar
 Vira a mesa

Assume o jogo
 Faz questão de se cuidar
 Uooh

Nem serva, nem objeto
 Já não quer ser o outro
 Hoje ela é o também”

(Descontruindo a Amélia – Pitty)

Conheci Bárbara também por intermédio de minha cunhada. Bárbara mostra-se muito disponível para participar da pesquisa. A entrevista foi realizada via Teams no dia 20/09/2022. Inicialmente agradeço a Bárbara por sua disponibilidade e esclareço os objetivos do meu estudo. Apresento a NIG. Ela olha para os quadrinhos e diz:

<p><i>“Hum, como termina essa história, acho que não tem fim, tem continuação, ela está dormindo [faz um “entre aspas” com as mãos], mas tem toda a madrugada, vida de mãe não termina às 22h, principalmente se você tem um bebê, como é o meu caso... tem peito, tem mamadeira, é uma rotina sem fim, mãe é 24h por dia, não come direito, não descansa”.</i></p>

Bárbara, de saída, parece anunciar que o cuidado materno é algo absorvente e desgastante. Conta que tem 25 anos e quatro filhos: A. (sete anos), B. (seis anos), C. (três anos) e D. (um ano e sete meses). *“A minha mãe brinca que eu fico grávida só de cheirar cueca! [risos]. Eu sou muito ruim pra tomar remédio, eu sempre esquecia de tomar, agora coloquei o DIU, que tem validade de 10 anos”*. Ela se *“casou”* com 16 anos. Nesta época trabalhava como aprendiz (assistente técnico) no PROCON da cidade. Engravidou enquanto ainda estava no PROCON e teve seus direitos ligados à maternidade garantidos. Contava com o apoio de sua sogra para cuidar de A. Pouco depois, engravidou de B., ficou em casa durante a gestação, porque tinha muita queda de pressão. Após seis meses do nascimento de B., arrumou um trabalho como caixa de um restaurante japonês e deixava as crianças na creche. Ficou neste emprego por um ano e meio. Na sequência engravidou de C. que, ainda pequeno, foi matriculado na creche. Nesta época, arrumou um trabalho como anfitriã no McDonald’s. *“O meu trabalho, na verdade, era brincar/cuidar das crianças pros pais lancharem. Mas eu fiquei pouco tempo lá, porque eu vim a descobrir que o C. tinha intolerância à lactose. Ele passava muito mal e, na creche, não adiantava explicar que ele não podia comer algumas coisas, precisei tirar da escola e fiquei em casa até ele completar um aninho mais ou menos. Depois precisei matricular de novo na creche pra trabalhar. Trabalhei em padaria, como doméstica. E, engravidei de novo! [risos]. Aí, a minha irmã me ajuda um pouco com a D., meus sogros também, quando não dá pra eles ajudarem, pago uma babá, pra eu poder trabalhar”*. Bárbara parece contar com uma rede de apoio mais ampla.

Percebe-se como uma daquelas mães que *“estraga os filhos”* (sic): *“Ai, eu meio que faço tudo o que eles querem. Antes de eu trabalhar como babá, eles não tinham rotina pra nada, aprendi isso no trabalho, o quanto é importante a criança ter rotina. Eu sou muito pouco presente na vida dos meus filhos, porque eu trabalho de segunda a sexta das 15h às 21h. Só fico com a mais velha de manhã, os outros três vão pra escolinha em período integral. Então*

eu só vejo eles de manhã, quando levo pra escola. Quando chego em casa à noite, eles já estão dormindo. E de domingo, trabalho das 8h às 17h. Eu só tenho o sábado pra ficar com eles, então, eu tento reparar um pouco a carência deles no sábado, levo pra brincar, passear... Mas eu converso muito com eles, tento explicar que eu preciso trabalhar, eu prezo muito o diálogo, a gente não se perde”. Fico com a impressão que Bárbara se culpa por sua ausência na vida dos filhos.

Bárbara cuida de três crianças no trabalho: E. (cinco anos), F. (três anos) e G. (um ano e cinco meses). Faz um ano que acompanha as crianças. *“As fases são iguais às dos meus filhos, então eu acho que fica mais fácil, a gente ensina o que sabe e aprende muito!”* Com relação à rotina com as crianças, comenta que E. e F. frequentam a escola no período da tarde. Então, durante a semana, passa a tarde quase toda apenas com G. *“Logo que eu chego, vamos pro parquinho, depois dou banho, janta e já coloco ele pra dormir, G. dorme cedo. Logo chegam a E. e o F. da escola... a mãe busca, entrega pra mim. Daí, dou banho, janta, eles assistem um pouquinho de TV, logo já é a hora do F. dormir, leio alguns livrinhos com ele, ele dorme rápido. A E. leva mais tempo pra dormir, é mais demorado o processo. Mas até 20h, 20h30, também já está dormindo. Aí, eu arrumo as coisinhas deles, as baguncinhas que eles fazem, arrumo a louça do jantar e vou embora. De domingo é um pouco diferente... eu chego, troco eles, escovo os dentes, dou café da manhã e vamos pro parque, a gente sempre faz piquenique lá, depois dou banho, almoço, eles costumam fazer uma soneca de uma hora, depois tem mais brincadeira até umas 15h30, depois dou banho, janta e vou embora”.*

Sobre a relação com os patrões, Bárbara diz que é boa, mas que quase nunca os vê. *“Eles trabalham muito. Eles têm um cartório, é tabeliã que fala, né?! Às vezes, ela chega tão estressada do serviço que não fala com ninguém, vai pro quarto dela... eu não julgo ela, porque a nossa casa é o nosso refúgio, é onde a gente pode extravasar, chorar, é o nosso canto, ela só quer ficar sozinha. De final de semana eles conseguem relaxar um pouco, acordam mais*

tarde... de domingo, que é o dia que estou na casa, eles acordam às 10h mais ou menos, tomam um banho e costumam sair pra almoçar, só os dois”.

Quando pergunto se existe diferença entre cuidar dos próprios filhos e cuidar dos filhos de outras pessoas, Bárbara comenta que *“tem diferença sim”*. *“Com o filho da gente, a gente põe de castigo, pode ser mais rígido... Com o filho dos outros, tem que colocar pra pensar, eles perdem direitos. É diferente até no jeito de falar, né?! Mas eu sou meio que aquela babá que estraga a criança, acho que eles não vão esquecer de mim! [risos]. Porque lá tem muitas regras, né?! A do chocolate, por exemplo, eles só podem comer um quadradinho de chocolate no domingo e na quarta-feira depois do almoço... às vezes eu quebro essa regra, principalmente se vejo que eles estão mais birrentinhos... porque eles chegam bem cansados da escola, costuma ter birra na hora do banho, porque eles fazem muita coisa, além da escola... é ballet, é natação, é hípica, muita coisa, todo dia tem um compromisso... eu tenho até dó... Então combino com eles, ‘se a gente conseguir tomar banho, sem reclamar, a tia dá um pedacinho de chocolate, mas esse é o nosso segredo, hein?! Segredo a gente não conta pra ninguém! [risos]. Eu procuro agradar muito eles, a gente se apega demais, né?! A outra babá, que fica à noite e no sábado, fala que eu sou muito coração de manteiga, mas acho que é porque ela não tem filho. Eu acho que a babá é mãe de filho que não gerou e no coração de mãe sempre cabe mais um”*. Acho curioso o modo como Bárbara se descreve, como aquela *“mãe que estraga os filhos”* ou como *“a babá que estraga as crianças”*. Na vida cotidiana, ouvimos mais habitualmente essa expressão referindo-se aos avós e não aos pais que, no geral, costumam prezar pela rotina, pelas regras, pelos limites. De acordo com minha experiência pessoal e profissional, os avós, quando não assumem o cuidado diário da criança, tendem a priorizar os *“bons momentos”*, evitando frustrar os netos, o que, no caso da participante, parece ter a função de minimizar o sentimento de culpa por não conseguir ser mais presente e/ou para evitar conflitos.

Bárbara recorda-se de seu segundo dia de trabalho: *“Era um domingo, a gente estava indo no parquinho, eu e os três. O F. queria levar uma bola junto, eu falei pra ele, ‘F., a tia está levando você, o G. no carrinho, a E., você vai se cansar na volta e a tia não vai ter como trazer a bola também’. Mas não teve jeito, ele quis levar a bola. Então fomos! Dito e feito, na volta, ele cansado, não queria trazer a bola e começou a chorar. Quando eu o lembrei de que não conseguiria levar a bola também, esse menino perdeu o ar de tanto chorar, eu tentando acalmar, ele ficou com a boca toda roxinha e desmaiou, ficou uns 15 minutos desmaiado, eu fiquei desesperada, gritava pedindo ajuda. Até que apareceu uma mulher, ela fez umas manobras lá e devagar ele foi voltando. Eu quase morri do coração neste dia! E depois a patroa me disse que ele costuma fazer isso, que ele não aceita ouvir “não”, que é assim mesmo, que também acontece quando ele está cansado. Mas ela não tinha me contado nada disso quando me admitiu! Eu fiquei desesperada! Ele chega a fazer cocô quando perde o fôlego. Então eu busco agradar, fazer o que ele gosta... se preciso contrariar ele, vou contando, tipo, ‘vou começar a contar, quando eu chegar no cinco, você perde o direito de assistir à TV’. Eu não sei, os meus patrões disseram que já investigaram esse problema dele e que é assim mesmo... eu acho que o choro é uma forma de expressão e é bem comum acontecer de ele perder o fôlego assim...”*

Bárbara comenta que está separada de seu companheiro há três meses. *“A gente resolveu se separar, a família dele se intromete muito na nossa vida, na vida dos nossos filhos... eu acho que a gente ainda vai voltar, mas estou querendo dar um tempo. Eu gosto muito de correr, corro de manhã e quando dá, à noite, eles implicam com as roupas que eu uso e ficam falando besteira na cabeça do meu marido. Eu não posso me queixar dele, ele é ótimo pra mim e pros meus filhos, mas a família dele é difícil!”* Conta que sempre teve mais afinidade com o seu pai e que sofreu muito quando seus pais se separaram. *“O meu pai era alcoólatra, mas eu não conseguia enxergar ele como um problema, a gente tinha muita afinidade, eu era a*

preferida dele, então, quando a minha mãe resolveu se separar, eu achei que ela estava colocando uma barreira entre mim e meu pai, achava que ela estava causando muito sofrimento na minha vida. Hoje em dia eu vejo três dos meus quatro filhos muito mais ligados ao pai que a mim, mas tento entender, porque eu também era assim. Agora entendo a minha mãe... faz pouco tempo que venho pensando nisso, mas consigo olhar pra situação de outro jeito! Quando pode ela vem visitar a gente, meu pai também”.

Agradeço a Bárbara por compartilhar comigo a sua história. Ela também agradece pela oportunidade de ser ouvida. Bárbara é uma das participantes que tem mais filhos e também a que cuida de mais crianças ao mesmo tempo. Apesar da sobrecarga de trabalho, dentre as babás-mães entrevistadas, Bárbara parece ser a que experiencia a maternidade e o trabalho do cuidado remunerado com mais leveza, talvez por contar com uma rede de apoio mais ampliada e, quiçá, por ser uma das participantes mais jovens. No contato com ela, e ao escrever a narrativa transferencial, a canção que me embala é a “Desconstruindo Amélia”, de Pitty, justamente pela impressão de que Bárbara rompe com alguns estereótipos enquanto se mantém aderida a outros, no âmbito da maternidade.

Clara

<p><i>“Ele me chamava de mãe! (...) Quando eu saí do trabalho, eu senti como se eu tivesse feito um aborto!” [choro].</i></p>

“Como essa noite findará
 E o sol então rebrilhará
 Estou pensando em você
 Onde estará o meu amor?
 Será que vela como eu?
 Será que chama como eu?
 Será que pergunta por mim?
 Onde estará o meu amor?
 Se a voz da noite responder
 Onde estou eu, onde está você
 Estamos cá dentro de nós
 Sós
 Se a voz da noite silenciar
 Raio de sol vai me levar
 Raio de sol vai lhe trazer
 Onde estará o meu amor?”

(Onde estará o meu amor – Maria Bethânia)

Entrei em contato com Clara por indicação de outra participante da pesquisa. Marcamos nossa entrevista para o dia 22/09/2022. Clara se atrasou cerca de 30 minutos. Pediu desculpas, disse que estava arrumando a sua filha, que acordou muito cedo e não achava que já era tão tarde. Logo revela como a condição de mãe interfere em sua rotina e, de certa forma, desorganiza-a. Também elucida como existe um descompasso entre o tempo cronológico e o tempo do cuidado. Agradeço por sua disponibilidade para participar da pesquisa, mesmo com tantos afazeres. Explico os objetivos de meu estudo. Apresento a NIG. Ela inicia descrevendo, oralmente, os quadrinhos:

<p><i>“Aqui acho que é ela saindo da casa dela, deixando na creche, olha esse último quadrinho termina comigo pensando na criança que eu cuidava. Porque eu tinha um amor naquele</i></p>

menino, fico pensando como que ele está agora, como estão cuidando dele, se está tudo bem, se estão cuidando como eu cuidava. Eu 'vejo' ele em todo lugar".

De imediato, minha memória resgata a música “Onde estará o meu amor” na voz de Maria Bethânia. A dor pelo afastamento da criança é visível, Clara se emociona ao falar de A. Conta que deixou o trabalho de babá há seis meses. *“Eu não estava aguentando mais, eu tenho Lúpus, sinto muita dor no corpo, estava trabalhando demais, uma carga horária de 12 a 16 horas por dia, as minhas filhas ficavam muito largadas em casa. E eu também não aguentava ver o que faziam com aquelas crianças!”*

Clara relata que trabalhavam cinco babás na casa: quatro acompanhavam A. (um ano e meio) e uma, B. (cinco anos). Clara entrava no trabalho às 7h e saía às 19h, quando a babá da noite chegava. Aos sábados, a criança ficava com uma terceira babá e aos domingos, com a quarta. Clara tinha sido contratada para trabalhar como faxineira da casa, mas a patroa disse ter gostado dela para cuidar do filho. *“Ele tinha cinco meses, ele era a coisa mais linda desse mundo, bem loirinho, quase albino. Quando eu comecei, ele não sentava, só ficava deitado, mal se mexia, ninguém estimulava ele... de cara (sic), pensei, ele precisa de estímulo! E fui aos poucos fazendo atividades, levando pra passear... Ele me chamava de mãe! Teve uma vez que eu fiquei doente, precisei faltar três dias. Me disseram que ele passou esses três dias chorando, e chamando a mamãe... até acharam que ele queria a mãe dele, mas era eu! No dia que eu voltei, ele chorava e ria ao mesmo tempo, e me abraçava [Clara se emociona], difícil não me emocionar com ele!”*

Além das babás, a família tinha mais duas funcionárias, uma cozinheira e outra faxineira. *“Teve um dia que eu precisei fazer comida e a patroa adorou a minha comida, pediu pra eu assumir a cozinha e mandou a cozinheira embora. Aí, a faxineira achou que a patroa ia contratar outra pessoa pra trabalhar na casa, então, deu a ideia da gente assumir a casa,*

pra ganhar 500 reais a mais cada uma, ela se dizia minha amiga, mas não era bem assim. No fim, eu chegava, dava um jeito na cozinha, cuidava do A., brincava, dava um banhinho, colocava ele pra tirar uma soneca, corria pra fazer o almoço, arrumava a cozinha, ficava com o A., quando ele fazia a soneca da tarde, pegava pra limpar a casa... No fim, a faxineira quase não limpava a casa, só cuidava das roupas. Estava demais pra mim! Porque quando eu chegava em casa, pegava na minha casa, limpava, fazia janta, ajudava as minhas filhas com as tarefas, dava banho, comida, deixava as marmitas prontas pra deixar na minha mãe no dia seguinte, arrumava as coisas da escola. Era demais!”

Clara comenta que A. tem uma saúde frágil. Aos três meses de vida teve Covid. Aos quatro meses, teve bronquiolite. *“Eu media a saturação dele, estava sempre baixinha, tinha vez que eu chamava um Uber e saía correndo pro hospital com esse menino no colo. E a mãe dele não estava nem aí, ficava bêbada lá no quarto! Ela não gosta dos filhos e tem quatro filhos! As duas primeiras filhas têm pais diferentes. A filha mais velha se chama C. (11 anos), a segunda, D. (sete anos). Elas moravam com a avó materna até pouco tempo, essa avó tem esquizofrenia. Mas a minha patroa quis a guarda delas de novo, não sei o porquê, porque ela não cuida! Depois tem a B. (cinco anos) e o A. A B. e o A. têm o mesmo pai, que também não quer saber dos filhos. Olha, é de cortar o coração! O patrão falava ‘filho bom é aquele que fica dentro da camisinha e vai pro lixo’. Olha era muito horrível tudo o que eu via ali e eu ficava sem entender. A primeira menina dela estava dando bastante trabalho ultimamente, estava agressiva, roubava coisas da despensa. Mas também, era assim, os adultos podiam comer tudo do bom e do melhor. Até a gente, que era funcionária. Eu não posso reclamar da minha patroa comigo, ela dizia que era minha amiga, que me amava, eu comia de tudo na casa, tudo o que eles comiam, a gente também comia. Se tinha picanha, era picanha pra todo mundo, filé... tudo! Mas as crianças não podiam comer nem um pacote de bolacha! Era triste! E era um show de horror os meus patrões com as crianças, ela nunca deu amor pros filhos,*

batia neles, arrastava a C. pelos cabelos pela casa. A C. tem traços claros de autismo, um olhar distante, fica mexendo com as mãos o tempo todo, dá dó! Quando o A. fica doente, eles chegam a falar pro menino: ‘ai, sai de perto vai, você só dá trabalho!’ Eles não cuidam quando as crianças adoecem! Olha, quando eu saí do trabalho, eu senti como se eu tivesse feito um aborto! [choro]. Foi uma dor muito grande, de ter que deixar aquela criança lá, naquela situação. E todas aquelas crianças, eles viviam falando que me amavam, pra eu nunca ir embora, que eu era a vida deles. E eu costumava trazer as crianças aqui em casa, porque eles nem comemoravam o aniversário das crianças... aqui a gente tem o costume de fazer festinha, eu trazia as crianças... teve uma vez, que eu estava com 12 crianças aqui em casa, as minhas três, os quatro da minha ex-patroa, meus três afilhados e meus dois sobrinhos. Eu joguei um monte de colchão no chão. Dei banho, comida, foi uma folia. Eu adoro crianças! Mas era assim, a única coisa que não podia acontecer era de as crianças caírem, não podiam chorar, meus patrões não suportavam choro”.

Ainda sobre a sua relação com os patrões, reafirma que era “ótima”, “eu chegava a ganhar R\$3.000,00 lá, mais R\$400,00 de passe, ela dava o dobro do valor do passe pra mim, mas sem registro, né?! Eu não sei bem o que os meus patrões fazem, eu acho que a minha patroa mexe com alguma coisa ilícita, porque, bem dizer, ela não sai pra trabalhar... ela acorda umas 10h, toma café, quando é umas 11h ela sai e 12h30 volta pra casa, depois dorme a tarde inteira, bebe... Ela diz que vende remédio pra emagrecer, mas eu não sei se isso dá dinheiro assim... e ela paga R\$9.000,00 de aluguel, tem três BMW na garagem, um monte de funcionário... às vezes ela me falava da conta bancária dela, tinha dia que tinha R\$30.000,00, tinha dia que estava zerada... O marido dela é advogado, mas não exerce a profissão”.

Com relação aos cuidados com as crianças, Clara comenta que a patroa não suportava que as outras babás dissessem “eu fazia assim com o meu filho”. “Quando eu comecei a trabalhar lá, ela me explicou como que ela queria que fosse a textura da comida do A. e queria

que eu sempre o colocasse numa cadeirinha, que deixava ele imóvel. Só isso... eu obedecia, com o tempo eu ia mudando algumas coisas, porque ele não podia comer líquido ou pastosinho pra sempre, né? Mas ela nem falava mais nada, ela confiava muito em mim. Tanto que as outras babás me perguntavam: ‘Nossa, o que você faz?! A fulana só não implica com você! Tudo o que você faz, ela aceita. Os patrões deixam até o A. sair do quarto e ficar na sala um pouco com eles, quando você está junto!’. Porque lá, cada um tinha o seu quarto e eles ficavam trancados no quarto o dia todo... o único quarto que era no andar de baixo era o do A... quando eu percebia que os patrões estavam na sala, dava um jeitinho de levar o A. pra lá, pra eles interagirem um pouco com o menino... era o único momento que eles passavam com o filho, mas assim, o A. não podia chorar, tinha que ficar quietinho, porque eles não gostavam de ser incomodados. E era eu que sabia tudo do A., se precisava comprar fralda, roupa, remédio, brinquedo... tudo! Eu passava uma lista pra ela e ela comprava tudo!’”

Com relação à sua vida pessoal, Clara comenta que tem 30 anos, está casada há 14 anos. “O meu marido é mais velho, tem 18 anos a mais que eu, ele sempre quis ter filho”. A questão feminina se coloca na vida de Clara, uma vez que, a princípio, ela aceita ter filhos para atender ao marido. Essa condição de servidão (no trabalho, ao marido, aos filhos) parece típica da mulher, cujo lugar social é fruto do patriarcado. O casal tem três filhas: E. (13 anos), F. (oito anos) e G. (três anos). Quando E. nasceu, Clara trabalhava em uma escola, cuidando da limpeza. Sempre se dedicou ao trabalho doméstico remunerado, seja como doméstica, cozinheira ou diarista. Conta que a filha caçula tem a saúde mais frágil. Quando esta tinha dois meses de vida, teve uma grave bronquiolite, convulsionou, aspirou leite, que evoluiu para uma pneumonia. Ficou em coma na UTI por 25 dias. Quando estava internada, pegou coqueluche. Com quatro meses, tomou uma vacina, teve reação alérgica e outro coma, “alguns neurônios se desligaram”. “Os médicos diziam que não tinha o que fazer, que era grave, que ela podia

morrer, mas aconteceu um milagre, nem os médicos entenderam! Ela faz acompanhamento com o neuro até hoje, mas ele já está pensando em dar alta pra ela, foi mesmo um milagre!”

Clara estava bastante rouca durante a entrevista, explicou que estava com pneumonia, em tratamento. Contou que tem o sonho de fazer Pedagogia e se especializar na área de educação infantil, mas que *“acabará fazendo administração. Eu preciso até ligar lá na escola pra ver se passei no EJA, eu terminei de estudar agora e queria fazer faculdade. Os meus irmãos fizeram administração e estão super bem. A minha irmã trabalha em um banco. A profissão de professora não é muito valorizada, né?! A administração pode me dar mais segurança e paga melhor também! Porque está ficando muito difícil pra mim manter as faxinas, eu não páro a semana inteira, no final de semana estou acabada, o lúpus ataca, eu sinto muita dor, febre, cansaço, é muito ruim! Mas é o que dá pra fazer por enquanto... como babá eu ganhava bem mais, mas eu quase não via as minhas filhas também... a minha segunda filha falou assim pra mim: ‘mãe, você promete que nunca mais vai fazer isso? De trabalhar de babá’. E eu prometi, né?!”*

Quando pergunto a Clara se ela vê diferença entre cuidar das próprias filhas e cuidar dos filhos de outras pessoas, ela diz que precisa ter mais paciência com os filhos dos outros. *“Às vezes tem que aceitar as coisas que eles falam, eles falam da cor da gente. Essa parte de repreender é mais complicada. E também tem que dar atenção o tempo todo pro filho dos outros... Em casa, se eu me sinto muito cansada, eu deito um pouco, deixo elas brincando, mas com os filhos dos outros não dá pra fazer isso, né?! Mas a vida era assim, quando eu estava trabalhando ficava pensando nas minhas filhas, quando estava em casa, ficava pensando nas crianças do trabalho, a cabeça estava sempre dividida. A gente só não pensa na gente, esquece da gente! Mas tem coisas boas nisso também... o A. tinha muito medo das pessoas, ele se agarrava em mim. Eu sentia que eu era o porto seguro dele e não tem coisa melhor na vida que alguém confiar em você! Estar com criança, trabalhar com criança faz bem pro coração*

da gente, a gente fica mais humana, a gente ensina algumas coisas, mas aprende muito mais!
Mas eu tive que sair de lá, porque eu percebia como a casa ficava desequilibrada quando eu precisava faltar... eu preciso fazer fisioterapia, a patroa não queria me dispensar... pensei e falei isso pra ela, 'eu vou te dar trabalho com o meu problema de saúde, por isso, preciso ir'.
Ela concordou, fez uma carta de recomendação enorme pra mim. E foi isso!''. Agradei muito Clara pela disponibilidade para conversar comigo. Ela também me agradeceu pela conversa e por meu interesse de pesquisa.

Luzia

<p><i>“É muito diferente, é uma responsabilidade maior, é um compromisso, eu sinto como se eu estivesse cuidando de um cristal e que eu devo devolver intacto. É um estado de alerta, uma atenção redobrada”.</i></p>

“Todo dia ela faz tudo sempre igual
 Me sacode às seis horas da manhã
 Me sorri um sorriso pontual
 E me beija com a boca de hortelã

Todo dia ela diz que é pr'eu me cuidar
 E essas coisas que diz toda mulher
 Diz que está me esperando pr'o jantar
 E me beija com a boca de café...”

(Cotidiano, Chico Buarque)

Conheci Luzia por meio de uma antiga babá de minha cunhada, depois desta ter comentado que eu estava fazendo uma pesquisa com babás. Em conversa com Luzia, a ex-babá de minha cunhada perguntou se ela teria interesse em participar de meu estudo. Luzia aceitou. Marcamos a entrevista para o dia 26/09/2022, via Teams. Assim que apareço na tela, Luzia comenta, *“Ai, Marina, já gosto de você! Minha segunda filha se chama Marina, eu adoro esse nome!”*.

A entrevista com Luzia seguiu uma organização um pouco diferente, porque ela já iniciou a nossa conversa antes que eu pudesse apresentar a NIG. Mal expliquei o objetivo da pesquisa e Luzia emendou: *“Que interessante! Eu tenho quatro filhos, mas a minha primeira experiência como babá aconteceu há pouco tempo. Eu sou enfermeira, na verdade, técnica de enfermagem, sou aposentada, trabalhei no hospital por 24 anos e também na Fundação Casa, eu ficava 6h na Fundação, enquanto no hospital fazia aquele esquema 12h por 36h, eu mal vi meus filhos crescerem com essa loucura de trabalho. Mas eu precisava trabalhar e tenho um filho novinho ainda, vou precisar continuar trabalhando, por algum tempo! [risos]. Mas cuidar*

dos filhos dos outros é complexo, os nossos filhos caem e levantam, o filho dos outros não pode deixar cair!”.

Luzia morava em outra cidade do estado de São Paulo, mudou-se faz quase cinco anos. Sua primeira experiência como babá aconteceu em sua cidade de origem. Uma vizinha pediu ajuda com a filha recém-nascida, Luzia cuidou desta criança por um ano. *“Até que eu não senti muita diferença, porque o cuidado é uma característica do meu trabalho, né? Daí, vim pra cá, porque meu atual companheiro mora aqui, a gente está morando junto. Mas o fato de eu ser técnica de enfermagem foi decisivo pra minha contratação como babá. Uma conhecida nossa que comentou com a minha patroa que eu estava vindo pra cá, que era técnica de enfermagem... Eu cuido da A. como se fosse minha filha, sinto muito amor por ela, estou com ela desde bebezinha, agora ela está com um ano e 10 meses... Mas, de pequena, ela tinha muito refluxo e afogava (sic) demais, às vezes só de tomar um pouquinho de leite, já afogava. Eu sabia intervir quando ela afogava, mas sempre que dava eu procurava evitar, então, eu costumava fazer ela dormir no meu colo de pezinha (sic). O meu patrão até brincava: ‘Não precisa disso, Luzia, pode colocar ela no berço’, mas eu preferia ficar assim! [risos]. As três babás que trabalham na casa são enfermeiras ou técnicas de enfermagem. Lá é tudo muito regradinho (sic). Olha, eu tenho quatro filhos, mas tem coisas que eu precisei aprender lá! Os meus patrões demoraram pra ganhar a A., ela é fruto de fertilização in vitro... Então, é muito cuidado em cima dela, sabe?! Não exatamente dos meus patrões [o cuidado], mas de funcionárias... eu entro às 7h15 e saio às 17h15, logo entra a babá da noite, as duas se intercalam nas noites e também aos finais de semana. Eu também vou em alguns finais de semana”.* Interessante notar como as qualidades de Luzia vão se “harmonizando” de modo a atender as necessidades da patroa e da criança.

Luzia conta que a patroa é nutricionista oncológica: *“A vida dela é muito cheia de compromissos, ainda mais agora que ela escreveu um livro, ela tem muitos pacientes,*

nacionais e internacionais, dá vários cursos. O meu patrão é médico, também não para. Então, acho que por causa da profissão da minha patroa, ela se preocupa muito com a alimentação, sabe?! Tanto que a A. come absolutamente de tudo, qualquer tipo de comida, ela quis que ela experimentasse de tudo pra identificar possíveis alergias. Então, assim, eu sigo o ritmo dela. Eu não cozinho na casa, mas sou eu quem cuido do cardápio da A., dentro daquilo que a minha patroa estabelece. Eu também cuido da esterilização das 8 mamadeiras de vidro que ela usa. Cuido de tudo, tudo, tudo que envolve a A. Eu até falei pra minha patroa que estou meio cansada, se não daria pra ela repensar o meu horário. Mas ela está passando por uns problemas, a mãe está doente, ela pediu pra eu esperar um pouquinho, porque ela não está com cabeça pra treinar outra babá”. O uso do verbo “treinar” soa altamente técnico. Vem-me à cabeça um trecho específico da canção “Cotidiano” de Chico Buarque que, embora explore o enredo de uma relação amorosa, traz essa dimensão da previsibilidade, de um dia a dia regrado, engessado, controlado, sem espaço para surpresas.

Luzia comenta que gosta muito de seu trabalho: “*Eu procuro dar o meu melhor! E assim, Marina, no começo foi meio esquisito, porque eles colocaram 12 câmeras de segurança na casa, não que eu me importasse, mas foi um processo até conquistar a confiança deles. E eles sempre falam pra mim: ‘Foi a A. quem te escolheu, Luzia!’.* Porque eles já tinham entrevistado 30 babás, Marina! Quando a A. me viu, sorriu, e eles acharam que ela estava dando indícios de que tinha gostado de mim. E a gente se dá super bem mesmo”. Curioso tamanho rigor para a contratação da babá, para então deixar essa decisão “nas mãos” da criança, que acaba por sinalizar aos pais que o que importa é a conexão emocional.

Com relação à vida pessoal, Luzia retoma que tem quatro filhos: B. (29 anos), C. (27 anos), D. (25 anos) e E. (14 anos). Os três filhos mais velhos são frutos de seu primeiro casamento. “*Eu engravidei do B. com 17 anos. Quando eu estava com 28 anos, o pai deles se relacionou com outra mulher e foi embora. Isso foi em 2003, eu fiquei com a guarda dos meus*

filhos e então voltei a morar com os meus pais. Meu pai dizia: ‘Filha, pra que ficar aí sozinha com essas três crianças, volta pra casa!’. Meu pai faleceu em 2005. Os meus pais sempre me ajudaram a cuidar dos meus filhos, eles têm muita influência na criação deles! Tanto é que minha mãe teve um AVC há dois meses e eles que estão cuidando dela, dando toda a assistência. Meus filhos nunca me deram trabalho, eles são muito unidos! Eu nunca fui muito apegada com eles, nunca fui de ficar grudada com os meus filhos, eles até falam pra mim hoje em dia: ‘Nossa, você mudou tanto, mãe! Parece outra agora cuidando da A.!’ Eu acho que eles ficam meio chateados, mas eles não se queixam, meus filhos são muito bem resolvidos (sic)”. A experiência atual como babá, livre da sobrecarga e das pressões inerentes à condição de mulheres que trabalham fora de casa e têm filhos pequenos, parece dar a Luzia a oportunidade de exercitar uma outra forma de maternar.

Luzia comenta que em 2005 se casou com o pai de E. “*O sonho da vida dele era ser pai! Eu já nem pensava em ter mais filhos, porque eu já tinha três. No começo foi difícil pra engravidar, a gente chegou a se inscrever na fila de adoção, mas aí veio o E*”. Expõe que em 2017 se separou do então companheiro. “*Foi muito numa boa, a gente é muito amigo. A nossa relação era como de irmãos, não tinha mais o que precisa ter em uma relação de casal, então a gente resolveu se separar. E o E. quis ficar com o pai. Eu fiquei meio surpresa, chateada no início, porque eu ficava pensando no que as pessoas iam falar!*”. A sensação é de que Luzia tinha receio de que a julgassem como mãe em decorrência da escolha do filho. Luzia continua: “*Mas a minha terapeuta me ajudou nesse processo! A vida do E. é toda na cidade do pai, os irmãos estão lá, o pai, a avó, os amigos, a escola, entendi que seria melhor pra ele! Mas ele vem sempre pra cá, vem pra cá quando quer!*”. Luzia mora com seu atual companheiro. “*Agora que eu não tenho mais criança pra cuidar em casa, sou apenas eu e meu companheiro, mas adotei duas cachorrinhas! [risos].*”.

Como já nos encaminhávamos para o final da entrevista, apresento a Luzia a NIG. Ela olha atentamente e diz:

“Dedicação, dedicação total, vejo dedicação em todos os quadrinhos. E ao final do dia, a babá descansa, apesar de já não ser a minha realidade, com filhos pequenos, ela descansa pra começar tudo de novo no dia seguinte. Eu falo pra minha patroa: ‘Até amanhã, dona M., se Deus quiser!’ Ela responde, ‘Deus vai querer!’”

Quando retomo a pergunta, se haveria diferença entre cuidar dos próprios filhos e cuidar dos filhos de outra pessoa, Luzia explica: *“É muito diferente, é uma responsabilidade maior, é um compromisso, eu sinto como se eu estivesse cuidando de um cristal e que eu devo devolver intacto. É um estado de alerta, uma atenção redobrada”*. Antes de encerrarmos a nossa entrevista, Luzia me pergunta qual a linha que sigo dentro da Psicologia. Falo sobre a Psicanálise e ela comenta: *“Que legal! A minha psicóloga também segue essa linha, acho que faz muito sentido! Estou me interessando tanto pelo tema, que estou fazendo um curso livre de psicanálise, muito legal!”*. Valorizo o seu interesse pelo conhecimento. Agradecemos-nos mutuamente.

Luz

<i>“Olha, os meus filhos! E o D., que é como se fosse meu filho também”.</i>
--

“Ando devagar porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais

(...)

Penso que cumprir a vida
Seja simplesmente
Compreender a marcha
E ir tocando em frente

Como um velho boiadeiro
Levando a boiada
Eu vou tocando os dias
Pela longa estrada, eu vou
Estrada eu sou

Conhecer as manhas e as manhãs
O sabor das massas e das maçãs”

(Tocando em frente – Almir Sater)

Conheci Luz por meio da indicação de outra participante da pesquisa. Conversamos via Teams. A princípio, tínhamos combinado de realizar a entrevista no dia 25/09/2022. Pouco antes do horário, Luz entra em contato comigo, perguntando se poderíamos combinar para outro dia, pois ela teria que sair de casa para resolver algumas questões. Marcamos para o dia 27/09. Quando enviei o link do Teams para que Luz pudesse acessar e, então, conversarmos, ela respondeu, *“Marina, eu já vou entrar, estou voltando do postinho”*. Ela não demora. Pergunto se estava tudo bem com ela. Luz responde que sim, que faz acompanhamento no posto, porque tem pressão alta.

Explico o objetivo de minha pesquisa e apresento a NIG à Luz, que associa de maneira descritiva, oralmente:

“Ah, eu acho que é a moça tratando da criança. A mãe deixando na creche e depois, como babá, cuidando de outras crianças. Aqui já é ela em casa com os filhos. Aqui no último quadrinho é a mãe exausta, não dá pra pensar nada não [risos], dá um apagão (sic), de tanto cansaço, fora as dores no corpo”.

Luz parece aqui já revelar como o trabalho do cuidado é desgastante. A participante tem 42 anos. Refere a si mesma como obesa. Tem três filhos: A. (15 anos), B. (10 anos) e C. (dois anos). *“A C. veio no meio da pandemia, eu não queria mais filho, mas aconteceu”.*

Quando proponho que me conte um pouco sobre suas experiências como mãe e como babá, inicia pela esfera pessoal. Conta que quando A. nasceu, trabalhava no campo, *“apanhava laranja em uma fazenda”*. Sobre o primeiro filho: *“Ele ficava sempre comigo, onde eu estava, ele estava... a patroa também deixava ele ficar na casa... a gente morava num barracão ao lado da casa grande dos patrões. Com três anos, ele também começou a ir na escola, tinha escola lá. A minha pressão era muito descontrolada nessa época e o trabalho era cansativo, debaixo do sol. Então eu comecei a trabalhar em outra fazenda, como doméstica, trabalhei por uns dois anos, aí engravidei da B., depois disso, fiquei só mais cinco meses nesse trabalho, porque a empresa que o meu marido trabalhava faliu, foi quando a gente veio pra cidade. Na cidade trabalhei como cuidadora de idosos, mas bem dizer, eu conheço o trabalho de babá desde os meus 15 anos... Sempre cuidei de criança. Mas esta experiência que estou tendo agora é a primeira registrada. Faz um ano que estou nessa casa. O D., que é o menininho que eu cuido, tem dois anos. Quando a C. nasceu foi meio difícil, porque eu estava sem emprego, tinha a pandemia, então eu fui ajudando o meu marido com a minha licença maternidade, porque eu sempre recolhi um dinheirinho por conta e também uso o auxílio do governo, mas não foi fácil”.*

Luz comenta que quando C. tinha dois meses de vida, ficou 15 dias internada, porque tinha alergia à proteína do leite: *“Ela teve uma infecção, precisou tomar um leite especial, até conseguir esse leite pelo governo foi difícil, muita gente me ajudou, custa muito caro, mas agora estou recebendo direitinho (sic). Depois dessa infecção, ela teve outra, desta vez, na garganta, isso porque o médico disse que a imunidade dela estava muito baixa. Quando ela era pequenininha e também logo que eu comecei a trabalhar lá com o D., uma irmã minha que não trabalha fora, me ajudava. O A. também, meu filho, sempre me ajudou muito com a C. Agora ela vai na escolinha também”*.

Com relação à ocupação de babá, Luz conta que trabalha meio período de segunda a sexta-feira, das 14h às 20h30 e em sábados alternados, das 8h00 às 13h30, *“às vezes, até 17h/18h. Mas os meus patrões são pessoas muito boas, eu adoro eles, eles me pagam tudo certinho (sic). Lá na casa, trabalha eu e a Brisa, como babás, e a minha irmã cuida da faxina. Quando o D. dorme, eu pego na faxina pra ajudar a minha irmã”*.

A rotina com a criança consiste em levá-la ao parquinho, dar o jantar, dar banho e colocá-la para dormir. *“É muito bom trabalhar com eles, o D. é uma benção, uma graça, muito bem educado. Eu cuido dele como se fosse meu... a gente precisa tratar bem, né? E os meus patrões me dão liberdade de chamar atenção, como se fosse meu filho mesmo. Eles são pais de primeira viagem, então, eles contam com a sua experiência sabe?! Quando o D. faz alguma coisa que não deve, eu falo: ‘Não, D. Assim não pode! Às vezes, quando vai ficando com sono e está com o pai ou com a mãe e começa a querer fazer birra, a bater neles, dar uns tapinhas, eu falo: ‘Assim não pode, não pode bater na mamãe e no papai’. Mesmo estando perto dos meus patrões, eles falam, ‘isso mesmo, Luz, pode ficar brava, pode fazer como você faz com os seus filhos!’*. A impressão é de que Luz se torna a “mãe de todos” nessa família e que, o fato de se sentir à vontade, permite-lhe se expressar espontaneamente no trabalho, tendo espaço e oportunidade para “ser ela mesma”. No contato com Luz, lembro-me da canção “Tocando em

frente” de Almir Sater. A experiência atual como babá nesta família, apesar do desgaste físico e emocional, parece ser vivida como um respiro depois de tantas experiências de trabalho precárias.

“É muito bom trabalhar com eles, e eu, na verdade, só troco de casa, a bagunça continua a mesma! [risos]. Eu chego em casa, meus filhos estão me esperando, não dormem muito cedo. Aí, precisa dar uma atenção, né? Principalmente pra pequena... o meu marido me busca no serviço, a C. sempre vai junto... porque não tem ônibus que passa lá no condomínio no horário que eu saio, mas pra ir, eu vou de ônibus e demoro mais ou menos 1h40 pra chegar, eu moro bem longe do serviço”.

Quando pergunto se existe diferença entre cuidar dos próprios filhos e do filho de outras pessoas, Luz responde: *“Eu trato o D. como se fosse meu filho, mas em casa eu tenho menos paciência, dou umas chineladas (sic), não sou muito de passar a mão na cabeça (sic), mas com o D. não, pelo amor de Deus! [risos]. A gente precisa estar bem pra cuidar, tratar bem. Mas é bom estar com crianças, eu vou mandar as fotos dos meus filhos pra você ver! É cansativo, mas é bom, a gente tem que ser mãe, se virar nos 30 (sic), tem que dar!”.*

Luz é muito simpática. Agradei por sua disponibilidade para colaborar com a pesquisa, ela me agradeceu por ouvi-la e disse ter achado interessante meu estudo. Minutos após a entrevista, Luz envia em meu WhatsApp, as fotos de A., B., C. e D. *“Olha, os meus filhos. E o D., que é como se fosse meu filho também”.* Parabenizei Luz pelas lindas crianças.

Brisa

“Existe um vínculo emocional muito forte que a gente cria com uma criança que a gente cuida, que não é nossa, mas a gente não pode esquecer que é um trabalho, né?!”

“Você não sabe o quanto eu caminhei
 Pra chegar até aqui
 Percorri milhas e milhas antes de dormir
 Eu nem cochilei
 Os mais belos montes escalei
 Nas noites escuras de frio chorei ei ei ei...”

(A Estrada – Cidade Negra)

Conheci Brisa por intermédio de outra participante da pesquisa. Em nosso contato inicial, via Whatsapp, quando perguntei sobre sua disponibilidade para participar de meu estudo, Brisa hesitou: *“se for algum questionário ou algo do tipo, acho que é tranquilo, agora dar uma entrevista, aí acho que fica mais difícil [risos]”*. Busquei esclarecer o que seria a entrevista, mencionei o sigilo das informações, a preservação de sua imagem, mas a deixei à vontade para decidir se participaria ou não. Ela respondeu: *“Ah, sim, se for assim, eu participo sim! [risos]”*. Marcamos a entrevista para o dia 28/09/2022.

Brisa entrou pontualmente na sala do Teams. Me apresentei e agradei por sua disponibilidade para participar de minha pesquisa. Expliquei os objetivos do estudo. Apresentei a NIG. Eloísa descreveu as cenas, oralmente:

“Aqui é ela saindo de casa pra ir ao trabalho, aqui é ela chegando, dando café pras crianças, aqui é a mãe deixando comigo depois de brincar. Aqui já sou eu dando comida pro meu filho. E aqui no final, acho que sou eu pensando nas crianças, o A., meu filho e o B., que é o menininho que eu cuido, sou eu confundindo o nome dos dois, como eu costumo fazer, tipo mãe que tem dois filhos”.

Brisa tem 21 anos. Engravidou aos 17 anos. *“Eu namorava fazia um ano, foi um descuido, eu estava no Ensino Médio, foi uma virada de chave, fui obrigada a virar adulta. Eu tinha o sonho de fazer faculdade, Administração ou Direito, mas precisei adiar”*. Parece que a maternidade a desvia do caminho que deseja, ao menos temporariamente, revelando como essa experiência impacta, sobretudo, a vida da mulher. Conta que teve apoio do companheiro e da família: *“A minha mãe ficou bastante preocupada com a gravidez, mas sempre me apoiou... mas eu também nunca deixei a minha responsabilidade pra minha mãe, eu que cuido do A. Já o meu pai me deu um apoio muito grande!”*. Brisa morava na Bahia, mudou-se para São Paulo com o companheiro, em busca de melhores condições de vida quando A. tinha um ano e meio. Ajudava a tia na casa em que trabalhava. A experiência da migração é central na história de Brisa. A música que me embala no contato com ela é “A estrada” do Cidade Negra que, adaptada ao contexto da entrevista, pode aludir às dificuldades que decorreram da mudança, especialmente o medo, a incerteza, a insegurança frente a um mundo absolutamente novo; afinal, Brisa não deixava apenas o lugar em que morava, deixava a família, deixava a adolescência, deixava os sonhos para trás.

A participante segue contando: *“No começo era difícil, porque eu tinha conseguido uma creche que ficava a duas horas de onde eu trabalhava! Mas depois consegui outra, muito pertinho! Fiquei em São Paulo durante um ano. Os meus patrões gostaram tanto de mim, que quando se mudaram pro interior, quiseram que eu viesse com eles. Logo a minha patroa engravidou e então eu cuido do B. desde quando ele tinha um mês de vida. A minha mãe sempre foi babá, então eu pego umas dicas com ela (risos). O meu filho tem uma idade próxima, mas foi um desafio me tornar mãe, ser babá, era um milhão de emoções, eu fui mãe muito jovem. Mas uma coisa boa era que eu conseguia não cometer com o B. os mesmos erros que eu cometi com o meu filho. Por exemplo, se eu percebo ele meio irritado, penso: ‘Ah, pode ser algum*

dentinho nascendo'. Quando o A. era pequeno, eu não tinha noção de nada, ficava muito agitada, nervosa”.

Brisa conta que entra no trabalho às 7h00 e sai às 14h30. Comenta um pouco sobre a sua rotina: *“às 7h45 ele acorda, dou o café da manhã, troco a fralda, às 10h30 a gente vai ao parquinho, ele come uma frutinha. Entre 11h e 12h45 dou o almoço e um banhinho. Depois ele faz uma soneca. Aí eu almoço. É gostoso acompanhar o crescimento, acompanhei tudo do B., a fase da amamentação, a introdução alimentar”.* Depois de deixar o trabalho, Brisa busca A. na escola. *“Aí tem a rotina com ele em casa: dou fruta, dou banho, dou o jantar, arrumo a bolsa da escola do dia seguinte. Coloco pra dormir, ele dorme por volta das 21h. E no dia seguinte começa tudo de novo! [risos]”.* Brisa comenta que cuidar de crianças é exaustivo: *“Ah, eu adoro, mas exige muito do emocional (sic), às vezes, falta paciência com o meu filho. Às vezes me pergunto: ‘Nossa, será que estou impaciente com o meu filho, porque estou gastando energia com o filho dos outros?!’”*

A. chama pela mãe algumas vezes enquanto conversamos. Deixo Brisa à vontade para atendê-lo. Em certo momento, escuto A. chorando, fico um pouco aflita. Escuto Brisa: *“O que foi, filho? Caiu de cima da bola? Vem cá!”* Brisa vai até o filho, o abraça, explica que não pode subir na bola, porque pode se machucar. Ela me mostra o filho na tela: *“Olha o A., Marina!”.* Cumprimento a criança, que é muito sociável e risonha. Quando percebe que a criança está mais tranquila, Brisa diz, *“filho, agora vai lá, só mais um pouquinho, a mamãe vai terminar de conversar com a moça e já vou lá com você!”.* A. se despede. Ele volta a querer participar da entrevista. Não quero tomar muito tempo de Brisa, A. demonstra que precisa da mãe por perto, então vamos nos encaminhando para o término do encontro.

Questiono se ela sente que existe diferença entre cuidar do próprio do filho e do filho de outras pessoas. Brisa avalia que tem diferença. *“Ah, eu acho que sim, né?! O filho da gente a gente cria, educa do jeito que a gente acha certo, né?! A gente pune, nem tanto né?! Mas de*

alguma forma coloca o nosso jeitinho na criança. Com o filho dos outros a gente até coloca o nosso jeitinho, mas a gente educa de acordo com os pais, né?! Tem certas coisas que a gente tem que ter mais cautela, com o jeito de falar também... a gente explode com o nosso filho, mas com o dos outros não dá pra explodir. Existe um vínculo emocional muito forte que a gente cria com uma criança que a gente cuida, que não é nossa, mas a gente não pode esquecer que é um trabalho, né?!". Aqui Brisa procura discriminar o vínculo afetivo do vínculo empregatício, denotando que a espontaneidade no cuidado passa por um filtro, ou seja, pela compreensão de que cuidar de B. é, acima de tudo, um trabalho.

Comenta que o marido tem 24 anos e sempre trabalhou como auxiliar de produção, mas agora tem se dedicado ao ofício de barbeiro. Agradeço a Brisa pela entrevista e pela disponibilidade para colaborar com a minha pesquisa. Ela, por sua vez, mostra-se agradecida por ser ouvida. Despedimo-nos.

Capítulo 4

Interpretações e Interlocuções Reflexivas

Esse capítulo é dedicado às interlocuções reflexivas suscitadas a partir dos encontros com as participantes e no contato com o material narrativo produzido pela pesquisadora. Sem a pretensão de esgotar as múltiplas camadas e possíveis leituras acerca do material de pesquisa, buscamos apontar, em termos de campo/subcampos de sentido afetivo-emocional, aquelas que nos pareçam sugestivas e/ou representativas das implicações da condição de ser mulher e mãe dedicada ao trabalho remunerado e não remunerado do cuidado infantil.

A consideração psicanalítica do material de pesquisa permitiu a criação/encontro de um campo de sentido afetivo-emocional, intitulado “Nascida para servir” e, seus dois subcampos nomeados de “Infância e juventude perdidas” e “Eu cuido (como se fosse meu filho), tu cuidas, ele não cuida, nós (mulheres) cuidamos”, cujas descrições e reflexões serão apresentadas na sequência.

Campo 1

“Nascida para servir”

O campo de sentido afetivo-emocional “Nascida para servir” organiza-se a partir de lógica essencialista que predispõe a mulher ao atendimento prioritário das demandas do outro em detrimento de suas necessidades. Também subjaz a ele, a ideia de que a mulher nasce com um destino inflexível e indiferente à sua própria existência e aspirações pessoais. Em nossa cultura patriarcal, trata-se de um campo a ser habitado pela mulher, de modo geral, mas que é vivido em sua radicalidade quando o interseccionamos ao gênero, raça e classe social.

Antes de adentrarmos nas reflexões acerca do campo propriamente dito, consideramos importante tecer alguns comentários sobre o papel que a mulher em nossa sociedade desempenha por ocasião do que convencionamos denominar de “família”. Apesar das

diversas configurações familiares contemporâneas, sabemos que o modelo de família nuclear burguesa, importado das metrópoles europeias, ainda vigora no imaginário social brasileiro.

Coadunado ao sistema socioeconômico capitalista, esse modelo de família incorpora a noção de divisão sexual do trabalho, que tem o gênero como eixo. Partindo de uma visão binária, essa norma social encontra sustentação no processo de naturalização de determinadas tarefas tidas como femininas ou masculinas e, portanto, na associação direta entre sexo biológico e comportamento (Biroli, 2018).

Nesse cenário, conforme Zanello (2018), às mulheres são interpeladas características como “servidão” e “solicitude”, performances adjacentes ao que nomeia de dispositivos amoroso e materno. Federici (2019), por sua vez, afirma incisivamente que todas as mulheres vivem uma relação de servidão em um mundo de domínio masculino. Bourdieu (2019) se indaga sobre o trabalho de perpetuação do projeto de dominação masculina operado por instituições, como a Família, o Estado e a Igreja ao longo de tanto tempo sem grandes transgressões ou revoluções. Supõe que a mera conscientização sobre a desigualdade nas relações de gênero, sem mobilização política, não é suficiente para reverter o processo de des-historicização que naturalizou a dominação masculina e sua contraparte, a submissão feminina.

Exemplos desse campo, que tanto revelam autopercepção das babás entrevistadas em relação ao seu modo de viver, porque também inseridas nesse processo de construção social, quanto a percepção/expectativa dos outros em relação à sua existência como mulher, abundam nos relatos das participantes, seja de modo explícito ou implícito:

A característica de servir, de ajudar, isso é muito forte em mim! (Helena)

Meu pai tinha uma mentalidade complicada, ele achava que a mulher tinha sido feita pra servir. (Lurdes)

Depois que eu cuidei de tudo, que está todo mundo dormindo, vou pra casa descansar. (Rita)

Mas a vida era assim, quando eu estava trabalhando ficava pensando nas minhas filhas, quando estava em casa, ficava pensando nas crianças do trabalho, a cabeça estava sempre dividida. A gente só não pensa na gente, esquece da gente! (Clara)

Apesar disso, família e maternidade são experiências vividas pelas mulheres segundo a posição que ocupam em outros eixos de opressão em sociedades machistas, racistas e capitalistas. Decorre daí a importância de se ponderar, em estudos sobre essa temática, acerca de uma análise interseccional que, na visão de Biroli (2018), opere para além da dimensão do controle, por meio da qual se estabelecem condutas aceitáveis e formas valorizadas de relacionamento, como a domesticidade feminina, o ideal de maternidade e o amor romântico. A autora estimula-nos a avançar na perspectiva que considera a dimensão dos privilégios e das desigualdades. Essa dimensão desvela o fato de que as formas valorizadas de vida familiar são limitadas pelas condições concretas e materiais de vida. No escopo dessas condições, digamos, adversas, elencamos, apenas para citar alguns exemplos, a vulnerabilidade social e as relações de trabalho, que consomem, de modo desigual, o tempo e a energia das pessoas.

Esse campo exige a abordagem direta da questão racial. Isso porque não podemos deixar de considerar que, de um total de 12 babás participantes da presente pesquisa, dez declararam-se negras, pardas ou morenas. Kilomba (2021) inicia uma das seções de seu livro “Memórias da plantação – episódios de racismo cotidiano” com a pergunta “você gostaria de limpar nossa casa?” ao se referir a uma experiência pessoal flagrante de racismo. A autora relata que por volta de seus 12/13 anos necessitou de atendimento médico por causa de um quadro gripal. O médico, homem branco, após a consulta, comentou que ele, a esposa e os filhos (um rapaz e uma moça, com aproximadamente 18 e 21 anos) fariam uma viagem de férias. Propôs então, a Grada Kilomba, que os acompanhasse para cuidar das refeições da família, limpar a casa e lavar as roupas.

É notório que nesse contexto, a menina negra não é vista como uma criança, mas como uma servente. Esse exemplo evidencia a interseccionalidade entre sexismo, racismo e etarismo. Buscando compreender a violência embutida no despretensioso convite do médico, Kilomba (2021) põe-se a questionar: será que o médico branco teria feito a mesma proposta a uma paciente menina branca? Teria tratado a menina branca como servente ou apenas como a criança que era? Olhando a situação pelo viés de gênero, qual é o papel da esposa do médico que sendo, mulher, como ela, não faz de si uma serva, mas não se opõe a colocar uma criança negra na posição de servi-la? E sobre a filha do médico, mais velha que Grada, por que é poupada de servir e é tratada como criança, enquanto a negra, mais nova, pode ser explorada como adulta?

Esses questionamentos, dentre tantos outros que a autora provoca, denunciam o pacto da branquitude (Bento, 2022). Esse pacto atribui à população negra o lugar de servidão, delimitando com fronteiras intransponíveis a ingerência de negros em espaços não autorizados de circulação. A esse respeito, Kilomba (2021) também relembra experiências de racismo no âmbito da própria Academia, vindo de colegas que desconfiavam da qualidade e do caráter científico do conhecimento produzido por estudiosos/as negros/as.

Identificamos nos relatos das babás participantes deste estudo, exemplos de resignação frente às expectativas sociais ligadas à cor da pele, mas também de enfrentamento ao lugar que lhes é destinado pelo/a branco/a. No caso de Lurdes, chamou-nos a atenção a sua reiterada referência ao fato de sua mãe e sua filha, ambas falecidas, terem sofrido tanto, apesar de serem “tão lindas” e “tão clarinhas”.

Não foi fácil, porque ela era a minha filha, tão linda, ela era tão clarinha. Eu não tenho foto dela aqui agora, mas eu queria te mostrar. (Lurdes)

Meu pai tinha uma mentalidade complicada, ele achava que a mulher tinha sido feita pra servir, coitada! E a minha mãe era tão linda, era bem clarinha ... porque o lado dela era de gente branca, meu pai que era preto. (Lurdes)

Esses relatos causam a impressão de que Lurdes conserva a ideia de que o lugar do sofrimento não é cativo da pessoa branca, devendo apenas ser suportado pelo/a negro/a. Nesse sentido, a mãe e a filha brancas representavam a promessa de desfrutar de uma vida diferente. No trecho abaixo, ao mencionar uma fantasia acerca da morte da filha, embora não aluda especificamente à questão da cor, Lurdes também traz à luz metaforicamente a ideia do lugar que lhe compete ocupar dentro de uma determinada estrutura social rigidamente hierarquizada.

Quando eu estava grávida de cinco meses, eu vi uma manga linda no pé, bem alto, na casa em que eu trabalhava ... eu resolvi subir no pé pra pegar... e aí eu aprendi uma coisa, não é à toa que as coisas ficam no alto... quando alguma coisa está no alto, difícil de pegar, não é pra você pegar, deixa lá ... eu subi no pé, quando eu fui pegar a manga, tinha um cacho de abelha enorme perto dela ... no que eu peguei veio aquele monte de abelha pra cima de mim, elas me picaram no pescoço, eu quase morri, não conseguia respirar, eu cai em cima do cachorro e ele mordeu todo o meu tornozelo ... precisei correr pro hospital, foi um horror. Não sei se o problema da minha filha teve alguma relação com isso, eu contei pro médico e ele até achou que podia ser. (Lurdes)

Ficamos com a impressão de que Lurdes imagina ter sido punida por ter desejos e por desejar alto. Nessa situação, ela não “ficou no seu lugar”, no “chão”, no posto a ela destinado e, em sua fantasia, fora duramente castigada pela “ousadia”. Clara também menciona situação de preconceito vivida no trabalho e uma postura de aceitação e/ou subordinação: “Às vezes tem que aceitar as coisas que eles falam, eles falam da cor da gente”.

Kilomba (2021) expressa a atemporalidade do racismo. Apresenta esse fenômeno como uma realidade traumática, cotidianamente revivida pela população negra que, assim como uma

ferida mal curada, sangra sempre que o presente se encontra, reconhece e valida o passado colonial, reeditando relações hierárquicas de poder. Como herança desse passado, a autora destaca que a imagem da mulher negra como “mãe” é cultuada como medida de controle de raça, gênero e sexualidade. Isso porque confina a mulher à função de servente maternal, justificando sua subordinação e a exploração do trabalho do cuidado.

Por outro lado, vemos Helena desbravando novos espaços com o atual trabalho como empreendedora digital, por meio do qual, segundo seu relato, tem tido a possibilidade de acompanhar de perto a criação e o desenvolvimento de seus próprios filhos, além de auferir ganhos financeiros jamais imaginados, percebendo o trabalho, para além de um recurso de sobrevivência, como possibilidade de realização pessoal/profissional. O impacto contratransferencial do relato de Helena na pesquisadora, narrado em sua NT sobre o encontro com Helena ilustra essa ideia:

Enquanto escrevia essa narrativa, lembrei-me da música “Mulher do fim do mundo”, de Elza Soares. Penso que não tenha sido à toa. Assim como a mulher a quem se refere a canção, Helena manifesta a vontade de ir além, de se fazer ouvir, de se permitir ser o que quiser e não exatamente aquilo que se espera dela, em função de seu gênero e de sua cor, de “cantar até o fim”. O caminho para a reconstrução de sua identidade ocupacional não parece livre de enfrentamentos, pelo contrário, muitos são os obstáculos que a atravessam, mas ela “grita”, sem parecer disposta a desistir.

Ao propor uma reflexão sobre os conceitos de “sujeito” e “objeto”, hooks (1989) esclarece que a condição de sujeito confere “o direito de definir sua própria realidade, estabelecer sua própria identidade, de nomear sua história” (p. 42). Contrapondo-se às prerrogativas do sujeito, o objeto não tem livre arbítrio sobre a sua realidade, identidade e roteirização da própria história, restando-se “assujeitado” ao que o sujeito demanda ou dele

espera. Essa contribuição teórica pode ser bem aproveitada na discussão sobre o trabalho do cuidado infantil remunerado.

O relato de algumas participantes da pesquisa denota desconsideração dos empregadores, alocados, em nosso sistema social, na posição de “sujeitos”, no que se refere às necessidades e vida pessoal das babás, priorizando as suas demandas de cuidado ainda que tragam prejuízos ao cotidiano e até mesmo à saúde dessas mulheres. Heloísa ilustra bem essa questão: “Pra você ter uma ideia, eu peguei Covid no trabalho, a gente estava em Campos do Jordão, isso foi logo no comecinho da pandemia. Eles me isolaram e levavam comida pra mim dia sim, dia não!”.

Heloísa conta que era muito difícil trabalhar com aqueles empregadores: “Eu não tinha horário de trabalho definido, porque morava lá e eles me chamavam toda hora!”. Comenta, ainda, que todo o tempo que trabalhou como babá não teve registro em carteira e conclui: “nesse trabalho, eu descobri que algumas pessoas não gostam de você, elas gostam da sua utilidade. Eu precisei de muita terapia quando saí daquela casa... às vezes eles me chamam pra fazer algum bico, eu vou pelas crianças”.

Quando Lurdes passou em concurso público para a função de “servente escolar”, diz ter sido estimulada pela antiga patroa a assumir o cargo, porque seria registrada e poderia se aposentar. Com receio de ter explicitado que trabalhava como babá sem registro em carteira, expressa-se com preocupação: “Ai, pelo amor de Deus, não fala nada disso tá bom, porque eu não me importo, eu tenho a minha aposentadoria do Estado, graças a Deus!”. Hoje Clara reconhece que precisou se afastar dessa tarefa para preservar a sua saúde e o bem-estar de suas filhas: “Eu não estava aguentando mais, eu tenho Lúpus, sinto muita dor no corpo, estava trabalhando demais, uma carga horária de 12 a 16 horas por dia, as minhas filhas ficavam muito largadas em casa”.

Kilomba (2021) advoga a favor da compreensão de que, enquanto processos, sexismo e racismo, comportam semelhanças, pois ambos se sustentam sob lógica que essencializa as diferenças. Entretanto, observa que não se pode associar de modo mecânico e acrítico, gênero e opressão racial como fenômenos paralelos, haja vista o impacto diverso provocado por esse imbricamento na vida concreta das pessoas, em especial das mulheres negras.

Nos trechos abaixo, extraídos das narrativas transferenciais, podemos observar o campo “Nascida para servir” em operação, sustentando o caráter absorvente e extenuante que o trabalho do cuidado assume, seja ele remunerado ou não, lembrando que para algumas participantes conjuga-se aos afazeres domésticos.

Aí, assim, eu acordo às 4h, porque deixo tudo arrumadinho em casa, comida, roupa ... E eu sou ruim de dormir mesmo, eu vou deitar umas 23h e acordo às 4h mesmo, todo dia. Aí, chego na M., faço o café, vou dando uma organizada na cozinha, na louça que fica da janta, dali a pouco o sr. P. desce com a C. (criança), enquanto a dona M. dorme... aí, eu fico só com a C. e ela me adora ... logo o D. também acorda e eu fico com os dois. Dali a pouco, a dona M. desce e eu pego a roupa pra lavar e pego na cozinha de novo, porque eu faço comida pra eles. Faço o almoço e deixo a janta encaminhada e arrumo a casa, passo pano em tudo ... Chegando em casa, eu pego na minha casa, né?! Porque sempre tem o que fazer, se precisa fazer comida, eu faço, o que precisar limpar, já limpo. Eu não deixo um garfo sujo na pia, porque eu não sei como eu vou acordar no dia seguinte... Então eu deixo tudo em ordem. Depois que eu arrumo tudo, eu janto, aí que eu tomo banho, assisto o Pantanal [novela] e vou dormir. (Lurdes)

De forma bem-humorada, Bárbara responde à demanda da pesquisadora para que complete a NIG, sugerindo a rotina interminável do cuidado: “Como termina essa história? Acho que não tem fim, tem continuação...”

Clara ilustra a sobrecarga de trabalho quando se somam o trabalho do cuidado remunerado ao não remunerado:

Eu chegava, dava um jeito na cozinha, cuidava do A., brincava, dava um banhinho, colocava ele pra tirar uma soneca, corria pra fazer o almoço, arrumava a cozinha, ficava com o A., quando ele fazia a soneca da tarde, pegava pra limpar a casa... No fim, a faxineira quase não limpava a casa, só cuidava das roupas. Estava demais pra mim! Porque quando eu chegava em casa, pegava na minha casa, limpava, fazia janta, ajudava as minhas filhas com as tarefas, dava banho, comida, deixava as marmitas prontas pra deixar na minha mãe no dia seguinte, arrumava as coisas da escola. Era demais! (Clara)

Já Luz, além de reconhecer a rotina exaustiva do cuidado, acrescenta que essa prática se repete quando volta para casa, informando-nos de que se trata do mesmo tipo de trabalho, seja no âmbito pessoal, seja no profissional:

É muito bom trabalhar com eles, e eu, na verdade, só troco de casa, a bagunça continua a mesma! (risos). Eu chego em casa, meus filhos estão me esperando, não dormem muito cedo. Aí, precisa dar uma atenção, né? Principalmente pra pequena... (Luz)

O relato de Brisa confirma a experiência de continuidade do cuidado, vivida por Luz, quando a babá deixa a casa de seus patrões, busca o filho na escola e volta para o seu lar:

Depois de deixar o trabalho, Brisa busca A. na escola. “Aí tem a rotina com ele em casa: dou fruta, dou banho, dou o jantar, arrumo a bolsa da escola do dia seguinte. Coloco pra dormir, ele dorme por volta das 21h. E no dia seguinte começa tudo de novo! (Brisa)

O campo “Nascida para servir” concede licença para abordarmos a questão dos sonhos, dimensão que nos interessava conhecer desde a elaboração da Narrativa Interativa Gráfica (NIG) como recurso dialógico. Intencionalmente elaboramos uma NIG que, ao final, convidava as babás participantes da pesquisa a um estado de relaxamento, a partir do qual poderiam emergir sonhos, expectativas, desejos e/ou projetos pessoais.

Nesse ponto, a referência a algumas ideias freudianas com o posicionamento winnicottiano nos parece importante. Devemos lembrar que Freud (1911/1987, 1923/1996) acreditava que a vida psíquica seria regida por dois princípios, o princípio do prazer e o princípio da realidade, concebendo como saudável o indivíduo que se adapta ao segundo princípio. A partir dessa perspectiva, a realidade seria vista como dada e imutável, o que se associa à descrença na possibilidade de transformação do mundo social. Essa lógica pressupõe que o mundo dos sonhos se apresenta como absolutamente antagônico à vida desperta.

Winnicott (1971;1988), por outro lado, posiciona-se de modo bastante diverso no que diz respeito à ligação entre sonho e sanidade. Para esse autor, o que importa não é o cultivo de um olhar submisso e resignado com relação ao que é socialmente posto, o que consideraria, ao contrário, sintoma de submissão, um posicionamento não saudável. De fato, na visão winnicottiana, o fundamental é a conquista da capacidade de se sentir vivo e real, vale dizer, de alcançar um certo posicionamento existencial. Nessa linha de pensamento, o sonho é um dos caminhos de estabelecimento de contato com o *self* verdadeiro, o melhor guia para a revelação daquilo que é importante e valioso.

Na NIG, o balão em branco que, supomos, seria preenchido pelas participantes com um possível sonho, na maioria dos casos, limitou-se a retratar o trabalho do cuidado como contínuo, exigente e exaustivo, coexistindo com significativa relação afetiva entre as crianças e suas babás. As preocupações e tarefas diárias parecem tamponar a imaginação, a criatividade e a expressão de um *self* insubmisso, na acepção winnicottiana dos termos. Os sonhos, ligados em sua totalidade à oportunidade de se dedicar aos estudos, são relatados no decorrer das entrevistas como tendo sido temporária ou definitivamente suspensos, seja por causa da maternidade ou do trabalho do cuidado remunerado, ou, em outras palavras, pela imposição do próprio campo que habitam.

Lurdes fala sobre o sonho de um dia fazer o curso de gastronomia, enquanto Maria da Paz planeja seu futuro: “O meu grande sonho é estudar Educação Especial. Eu preciso esperar um pouco, me estabilizar mais, porque eu quero ter tempo pra sentar, estudar, me dedicar, sabe?!” Clara sonha fazer Pedagogia e se especializar na área de Educação Infantil. Enquanto para Brisa o sonho precisou ser adiado: “Eu tinha o sonho de fazer faculdade, Administração ou Direito, mas precisei adiar”, para Maria Tereza, a possibilidade de realizar seu sonho não existe mais: “Eu adoraria estudar, era meu grande sonho, mas eu não consigo mais, a minha cabeça não ajuda! Eu não consigo...”, deixando evidente os desdobramentos de habitar um campo que oprime e limita as potencialidades da mulher e a sua circulação em outros espaços sociais, para além do ambiente doméstico.

Subcampo 1

Infância e juventude perdidas

O subcampo 1 “Infância e juventude perdidas” organiza-se como lógica afetivo-emocional que preconiza que a vida de meninas, especialmente negras e pobres, segue um roteiro pré-estabelecido, o qual inclui a obrigação do trabalho doméstico e do cuidado no âmbito da própria família ou de terceiros, o casamento e a maternidade precoces. Essa lógica violenta, sob a qual se firmam raízes sexistas, racistas, classistas, etaristas, justifica o não investimento estatal em políticas de educação e de saúde, bem como a resistência aos debates sobre igualdade de gênero, educação sexual e direitos reprodutivos, que fada parcela significativa da população ao trabalho exclusivo de reprodução da vida.

Esse subcampo implica-nos a destacar outra questão interseccional importante, vale dizer, o fato de que, muitas mulheres-mães inseridas no mercado de trabalho precarizado, ao saírem de casa para trabalhar, demandam de suas filhas o cuidado dos irmãos menores e da

casa (Zanello, 2018) e/ou o trabalho do cuidado remunerado, experiências que funcionam como “ensaio” para a maternidade (Dias et al. 2011). Nesse sentido, fica evidente para Zanello (2018), a transgeracionalidade da expropriação do trabalho do cuidado e da exclusão social de meninas/mulheres em um contexto de ausência de políticas públicas sociais.

Os relatos de Lurdes, Maria da Paz, Maria Tereza e Luz ilustram a convocação de suas famílias para assumirem a corresponsabilidade pela sobrevivência de seus membros por meio do trabalho infantil doméstico remunerado ou não. Lurdes conta que cuidou de várias crianças ao longo de sua vida. Começou a trabalhar na casa da avó de M., cuidando da casa, quando tinha apenas sete anos de idade. Maria da Paz comenta que, desde os seus 10 anos, cuidava do irmão: “A minha mãe, sozinha com duas crianças, dizia: ‘Maria da Paz, você precisa me ajudar’. Eu sempre ajudei a cuidar dele, desde bebê, bebê mesmo, antes do primeiro aninho. Eu era só uma criança! Eu não tive infância!”. A primeira experiência profissional de Maria Tereza foi aos 13 anos, quando trabalhava, como babá, para uma vizinha. E Luz resgata sua história como cuidadora: “Na cidade, trabalhei como cuidadora de idosos, mas bem dizer, eu conheço o trabalho de babá desde os meus 15 anos... sempre cuidei de criança”.

O trabalho infantil doméstico é um retrato da significativa relação entre gênero e vulnerabilidade social ou melhor, da intersecção entre gênero, raça e classe. De acordo com o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI, 2022) são as meninas negras, pobres e provenientes de regiões periféricas ou rurais, que executam as tarefas domésticas remuneradas ou não, em suas próprias residências ou na casa de terceiros.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, 1,9 milhão de crianças e adolescentes com idades entre cinco e 17 anos encontravam-se em situação de trabalho infantil, dentre os quais o número de meninos (65,1% do total) era superior ao de meninas (34,9%). Em contrapartida, o trabalho doméstico, caracterizado pela

Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das piores formas de trabalho infantil, é assumido em quase sua totalidade (85,2%) por meninas (FNPETI, 2022).

Esses dados revelam que a realidade de muitas mulheres brasileiras é, desde a infância, marcada pela sobrecarga de trabalho e privação de direitos. Embora os órgãos governamentais declarem redução geral do número de crianças/adolescentes inseridos no trabalho infantil, ainda parece ser um desafio combater o trabalho infantil doméstico.

Patriota e Alberto (2014) classificam o trabalho infantil doméstico em duas modalidades, vale dizer, “socialização” e “ajuda”. Ambos são invisibilizados e não reconhecidos como trabalho. Pelo contrário, carregam uma conotação normativa de gênero e/ou representam formas de participação na vida familiar e social. As autoras sinalizam que a análise desse tipo de trabalho requer ponderação sobre a jornada e a carga de trabalho, o grau de responsabilidade das tarefas, além do tempo disponível para estudo e lazer, fatores que sob o pretexto da socialização, incorrem na violação de direitos.

Na mesma esteira, Lira (2021) diferencia o trabalho infantil doméstico, que tem como característica o caráter contínuo e exaustivo, de atividades corriqueiras e pontuais de organização da casa e fundamentalmente pedagógicas, as quais não implicam em prejuízos psicossociais à criança e ao adolescente. Alerta que, em geral, o trabalho infantil doméstico acarreta implicações concretas à infância da classe trabalhadora.

Em sociedades liberais e neoliberais, nas quais se vê o Estado recuar no apoio socioassistencial às famílias, a sobrecarga e a exploração do trabalho gratuito das mulheres trabalhadoras no âmbito doméstico se intensifica, pressionando-as a recorrer às crianças e adolescentes para “apoiá-las” no cuidado com outros familiares dependentes e/ou nos afazeres domésticos em função de um contexto socioeconômico precário e de uma raiz cultural familista e conservadora (Lira, 2021).

Lira (2021) destaca como é ingênuo pensar o trabalho infantil doméstico como fenômeno isolado no contexto brasileiro atual. Isso porque esse tipo de trabalho atende de modo satisfatório as exigências do capitalismo contemporâneo. Em uma jogada maestral, o trabalho infantil doméstico prepara crianças/adolescentes para o trabalho, ao mesmo tempo em que disponibiliza a mulher adulta para o trabalho precarizado, substituindo a força de trabalho infantil da esfera produtiva, como era comum até pouco tempo, para a esfera reprodutiva. Esse mecanismo atual, parte do funcionamento da máquina capitalista, é responsável pela manutenção do ciclo de exclusão da classe trabalhadora de condições dignas de vida.

Nesse sentido, fica evidente que a superação do conservadorismo inerente aos papéis de gênero assim como o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social requerem um olhar atento à infância, de modo a garantir às meninas o direito de ser criança. A fala de Maria da Paz – “Quando eu era criança não queria saber de estudar, eu ia pra escola e ficava só brincando” – provoca o questionamento: será que brincava porque, apenas na escola, podia brincar?

Além do trabalho infantil doméstico, o casamento precoce parece ter sido uma experiência regular na vida das babás entrevistadas, vulnerabilizando-as desde meninas. Taylor et al. (2015) em pesquisa intitulada “Ela vai no meu barco”, que compõe uma coletânea de estudos sobre relações de gênero, descrevem o casamento precoce como a união formal ou informal de crianças/adolescentes com adolescentes ou homens adultos. Nessa área o Brasil se destaca negativamente, assumindo a primeira posição na incidência de casamentos precoces dentre países da América Latina e, o quarto lugar, considerando todos os países do mundo. O estado civil da maioria das babás entrevistadas é “casada”. Pelos menos a metade delas declarou ter se casado na infância/adolescência.

Heloísa se casou muito jovem, aos 16 anos, e engravidou de A. aos 19 anos. A mãe de Lurdes “casou com nove anos” e seu pai “tinha 10 anos a mais que ela”. Maria Tereza se casou

aos 15 anos, e seu companheiro tinha 19 anos: “Eu casei e engravidei logo depois, eu planejei, queria ter um filho com o meu companheiro”. Barbara se “casou” com 16 anos. Já Clara, que tem 30 anos e está casada há 14 anos, comenta: “O meu marido é mais velho, tem 18 anos a mais que eu, ele sempre quis ter filho”.

A concepção sobre o casamento infantil sofreu mudanças ao longo do tempo. Se antes era tido como acontecimento natural e assunto restrito ao âmbito privado das famílias, atualmente figura como problemática também social. Reflexo dessa mudança de perspectiva materializa-se na Agenda 2030, iniciativa da ONU (Brasil, 2015), cuja pauta inclui em um de seus objetivos “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”, como também “eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas” (ONU Brasil, 2015, 5º Objetivo).

Uma das particularidades desse fenômeno no contexto brasileiro, segundo Taylor et al. (2015), consiste no fato de, de modo diverso ao que encontramos em outros países, o casamento caracterizar-se como decisão pessoal consensual em boa parte dos casos. O que se sabe é que o casamento infantil é multifatorial, abarcando questões familiares, sociais, culturais, econômicas e educacionais.

O levantamento dá ênfase à ideologia machista que sustenta o casamento de meninas com homens mais velhos, no qual ambos os personagens costumam se posicionar de maneira conservadora em relação aos papéis de gênero. Para as autoras, é comum que as famílias vejam no casamento precoce, além da segurança financeira depositada no homem provedor, uma estratégia válida de opressão da sexualidade feminina e/ou meio para evitar uma gravidez indesejada com parceiros eventuais. As autoras mencionam um receio moral de que o comportamento sexual das meninas seja alvo de críticas à educação familiar e de preconceitos. Ademais, o mito de que a mulher precisa de um homem para se afirmar como tal (Zanello,

2018), estando fadada à condição de fracasso caso não seja escolhida, incrementa as expectativas e autoriza uniões precoces.

Taylor et al. (2015) ponderam sobre as variáveis adjacentes à opção de um homem adulto pelo casamento com uma adolescente. Segundo o levantamento, as autoras identificam que homens consideram mulheres jovens mais atraentes e mais facilmente manipuláveis e controláveis que uma mulher adulta e com maior grau de escolaridade. Apesar dos interesses masculinos, Taylor et al. (2015) também observam que existem meninas que se casam na busca por liberdade ou para se livrar de situações opressoras e de violência no âmbito da própria família, ainda que não mensurem os riscos de vivenciar outras violações de direitos junto ao marido.

Relatos de violência doméstica e contra a criança/adolescente foram compartilhados por algumas das participantes desta pesquisa. Heloísa comenta que passou a sofrer violência doméstica assim que se casou. Ela conta que, antes de se casar, seu ex-companheiro era “muito diferente”, mas que “se transformou no primeiro dia de casados”. O marido passou a fazer uso de drogas e era violento com ela. Diz que ele costumava queimá-la com bituca (sic) quente de cigarro. Já Maria Tereza casou-se motivada pelo desejo de se desvencilhar dos conflitos e violência intrafamiliares: “Eu sofria muito em casa, meus pais discutiam demais, batiam na gente, eu queria sair de casa!”.

Biroli (2018), compartilhando da linha teórica proposta por Federici (2019), discorre sobre a gratuidade do trabalho doméstico da mulher no interior do próprio lar. Segundo a autora, o que conferiria o estatuto de “gratuito” e, portanto, “não produtivo” ao trabalho doméstico feminino seria a instituição do casamento. Para Biroli (2018), quando a mulher se ocupa do trabalho doméstico fora do âmbito da própria família, atendendo às necessidades de outras pessoas e não exclusivamente às do marido e dos filhos, seu trabalho, ainda que mal remunerado, passa a ter um valor econômico.

Concluindo seu raciocínio, Biroli (2018) parafraseia Delph e Leonard (2004): “se um homem se casa com sua empregada doméstica ou com uma prostituta, o mesmo trabalho e a mesma mulher repentinamente se tornam não remunerados e “improdutivos” (p.726).

Os relatos das participantes Rita e Lurdes nos levam a supor que, para algumas babás, o casamento e/ou relacionamento afetivo com coabitação com um homem equivale a sobrecarga de trabalho reprodutivo. Quando Rita refere o relacionamento com seu companheiro de 10 anos, é categórica quanto ao lugar que quer ocupar no casamento: “Mas cada um mora na sua casa e é assim que vai continuar! Eu não quero mais saber de ter trabalho”. Já Lurdes parece estar à mercê do imaginário sobre a “esposa exemplar”: “Aí, assim, eu acordo às 4 horas, porque deixo tudo arrumadinho em casa, comida, roupa... meu marido não sai de casa amassado, de jeito nenhum!”

Com o propósito de situar a dominação masculina, e sua perpetuação, no contexto do que nomeou como violência simbólica, Bourdieu (2019) explica que:

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher, que o sistema mítico-ritual ratifica e amplia, a ponto de fazer dele o princípio de divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, *a do sujeito e do objeto, do agente e do instrumento*, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial, e que estão na base de toda ordem social: as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou aumento do capital simbólico em poder dos homens. (p. 76)

Beauvoir (1949/2008) já problematizava a condição de desvantagem das mulheres em sociedades organizadas em torno da divisão sexual do trabalho, cujos valores norteiam relações de exploração e dependência entre homens e mulheres. O casamento, nesse contexto,

configurar-se-ia ora como destino, ora como projeto, representando, ao mesmo tempo, opressão e identidade (Biroli, 2018).

A propósito de se constituírem como fontes identitárias para as mulheres, os dispositivos amoroso e materno descritos por Zanello (2018), merecem algumas considerações. A autora é enfática ao afirmar que o dispositivo amoroso compreende um caminho privilegiado de subjetivação para as mulheres. Isso significa dizer que as mulheres se constituem como tal, mediadas pelo olhar de um homem que as “escolha” e com elas queiram constituir família.

Ademais, os dispositivos amoroso e materno, são fatores de desempoderamento da mulher, ao mesmo tempo em que consistem em estofo de proteção psíquica para os homens (Zanello, 2018). A pesquisadora chega a essa conclusão em estudo prévio (Windmoller & Zanello, 2016), no qual fez análise da produção científica bibliográfica brasileira, entre os anos 2003 e 2013, sobre depressão e masculinidades. Esse estudo revelou que o estado civil do homem estaria diretamente relacionado à saúde mental masculina. Ou seja, consistiria em fator de risco ao adoecimento mental do homem, o fato de ser solteiro, viúvo ou separado.

Adentrando na associação entre feminilidade e maternidade, noção tipicamente maternalista que habita o imaginário tanto de homens como de mulheres, apresentamos abaixo exemplos de como o exercício da maternidade está imaginariamente aderido à condição de “ser mulher”. Os relatos das participantes Luiza e Clara ilustram como a maternidade parece ser vivida de modo compulsório diante de uma expectativa masculina. Nas palavras de Luiza em relação ao ex-companheiro:

O sonho da vida dele era ser pai! Eu já nem pensava em ter mais filhos, porque eu já tinha três. No começo foi difícil pra engravidar, a gente chegou a se inscrever na fila de adoção, mas aí veio o E. [filho].

E Clara corrobora nossa impressão: “O meu marido é mais velho, tem 18 anos a mais que eu, ele sempre quis ter filho”.

Martin (2006) propõe a ideia de que produzir ou reproduzir em uma sociedade capitalista produz efeitos identitários. Para a autora, existiria uma relação inversamente proporcional entre produção e reprodução, ou seja, quanto maiores as oportunidades de a mulher produzir menor seria a necessidade de reproduzir. Por outro lado, quando a mulher se depara com obstáculos, como por exemplo, a baixa escolaridade e a consequente precária inserção no mercado de trabalho, a reprodução, entendida por Martin (2006) como maternidade, figura como âncora identitária, legitimando um papel e um lugar de prestígio na comunidade.

Esse fenômeno pode ser claramente identificado em estudos com adolescentes grávidas em posição socioeconômica desfavorável. Dias et al. (2011) observam que para adolescentes de classe média e alta, a gravidez representa prejuízo à execução de projetos pessoais e profissionais, ao passo que para meninas menos favorecidas socioeconomicamente, às quais não são suficientemente garantidos o direito à educação e ao trabalho digno, a maternidade faz parte do curso natural da vida e experiência elementar do processo de transição para a vida adulta. As babás entrevistadas que relataram a experiência de casamento precoce, também engravidaram na adolescência. São diversas as causas da gravidez nessa fase da vida, dentre as quais elencam o descompasso entre o desejo sexual e o risco de gravidez, o desejo de viver a maternidade, a necessidade de mudança de *status* social e a violência sexual (Dias et al., 2011).

Dentre as variadas motivações que a experiência da maternidade pode ter na adolescência, de um ponto de vista winnicottiano, Santos e Motta (2014) apresentam-na como sinal de esperança de viver uma experiência afetiva gratificante, por meio da qual se desenvolva a capacidade de cuidar, preocupar-se e se comprometer com o outro. Fundamentam ainda a hipótese de que a construção de uma família e o exercício da parentalidade podem ser meios pelos quais algumas meninas se valerão para lidar com sensações de vazio, de abandono e de carência e/ou insuficiência de relações significativas de afeto, lacunas provocadas não apenas

pelo núcleo familiar, mas também pelo Estado e pela sociedade, de maneira geral, que falham na função de oferecer continência às demandas dos indivíduos.

Em artigo intitulado “Desigualdade de Gênero no Brasil: considerações a partir da campanha ‘Adolescência primeiro, gravidez depois – tudo tem o seu tempo’”, Colen e Oliveira (2022) problematizam como a ausência de políticas públicas sérias e pautadas na análise de marcadores sociais de gênero, raça, classe e idade, voltadas à adolescência e à educação sexual, podem repercutir negativamente para o quadro de desigualdade social e de gênero no país. A referida campanha foi lançada em fevereiro de 2020 pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em parceria com o Ministério da Saúde. Fortemente influenciada por valores ideológicos e religiosos, deixou de retratar a realidade concreta da maior parte das meninas brasileiras que engravidam na adolescência.

Essa alienação e omissão do Estado deriva da abordagem do problema como afeito à esfera da vida privada e não como questão a ser combatida política e publicamente, de modo prioritário, por mulheres e homens. Conforme previram Colen e Oliveira (2022), os resultados da referida campanha, até o momento da publicação do artigo, não coincidiram com uma mudança estrutural da sociedade, tampouco, mostraram-se resolutivos quanto ao problema da gravidez na adolescência. As autoras afirmam que a gravidez na adolescência e o casamento precoce representam a ponta de um iceberg, sob o qual urge reflexões sobre o papel da mulher na família, a autonomia corporal, a sexualidade e a política do cuidado.

Colen e Oliveira (2022) concluem:

Enquanto a problemática relacionada à esfera privada não for incluída na agenda política e a esfera pública não estiver atenta às questões transversais que se relacionam com a problemática central – a gravidez na adolescência – não haverá mudança justa e satisfatória, tampouco a solução de problemas tão enraizados na sociedade brasileira, como a violência, a pobreza e o preconceito. (p. 65)

Com apropriação teórica, Gonzaga e Mayorga (2019) descrevem a maternidade “como uma das instituições patriarcais por excelência” (p. 60), na medida em que, indisfarçadamente, presta-se ao intuito de manter a mulher no ambiente doméstico, no âmbito do cuidado e da abnegação, ainda que também se ocupe do trabalho remunerado. As autoras propõem uma série de reflexões sobre o lugar reservado à mulher e os custos emocionais e sociais daquelas que resistem a assumi-lo.

Gonzaga e Mayorca (2019) aventam ainda que certos discursos feministas ao supor a ideia da mulher-mãe como versão completa ou padrão ideal de feminilidade, relegam as que não são mães à condição de pessoa em continuado processo de amadurecimento, de negação ou imersas na frustração por não terem tido a oportunidade de viver a maternidade. Até que questionam: “Entre todos os mitos que o patriarcado criou sobre as mulheres, não seria a maternidade aquele em que mais efetivamente acreditamos, vivenciamos, defendemos e reproduzimos?” (p. 60).

Embora se observem mudanças significativas na valoração do casamento e da maternidade na contemporaneidade, em certa medida, como fruto de transformações sociais desencadeadas pelos debates feministas, essas experiências ainda representam anseio pessoal de muitas mulheres, desde muito cedo. O fato é que as condições concretas de vida determinam e expõem crianças/adolescentes a realidades diversas e, muitas vezes adversas.

As babás participantes da presente pesquisa reafirmam como a infância parece findar-se mais cedo para algumas meninas, em geral pretas e pobres. Esse desfecho deriva de processos formativos fundamentados em estereótipos de gênero e em preconceito de raça/classe, dentro dos quais o trabalho doméstico e do cuidado, remunerado ou não, torna-se obrigação e destino, conservando o ciclo transgeracional de exclusão social.

Subcampo 2

“Eu cuido (como se fosse meu filho), tu cuidas, ele não cuida, nós (mulheres) cuidamos”

O campo de sentido “Eu cuido (como se fosse meu filho), tu cuidas, ele não cuida, nós (mulheres) cuidamos”, como o próprio nome sugere, tem camadas que se entrelaçam. Em linhas gerais, trata-se de um campo que se articula ao redor da lógica afetivo-emocional de que não existe distinção entre o cuidado ofertado pela mãe e por outra pessoa, desde que seja uma mulher. O que se depreende das narrativas transferenciais é que na ausência física ou emocional da mãe, a babá agiria como um substituto materno.

Heloísa, Rita e Clara, por exemplo, compartilharam experiências de forte vinculação afetiva, vividas em sua reciprocidade com as crianças, nas quais assumiam ou eram convidadas a assumir o lugar materno. Heloísa comenta uma atitude inesperada da criança de que cuidava: “Teve uma noite, que eu estava dormindo... de repente acordei com o C. em cima da minha barriga, empurrando a minha barriga, parecia que queria entrar dentro de mim... ele dizia que queria ser meu filho!” Já Rita conta como assumiu um lugar importante na vida das crianças: “Nossa, a mãe trabalhava demais, viajava demais, eu levava as crianças pra todos os lugares, médicos, dentistas... tanto que eu que acabava sendo a referência das crianças nesses lugares!

Clara por sua vez, com muita emoção, compartilha:

Ele me chamava de mãe! Quando eu saí do trabalho, eu senti como se eu tivesse feito um aborto! [choro]. Foi uma dor muito grande, de ter que deixar aquela criança lá, naquela situação. E todas aquelas crianças, eles viviam falando que me amavam, pra eu nunca ir embora, que eu era a vida deles (...). Teve uma vez que eu fiquei doente, precisei faltar três dias. Me disseram que ele passou esses três dias chorando e chamando a mamãe... até acharam que ele queria a mãe dele, mas era eu! No dia que eu voltei, ele chorava e ria ao mesmo tempo, e me abraçava [choro], difícil de não me emocionar com ele.

Estamos diante de um campo que reflete uma das maneiras pelas quais a sociedade brasileira organiza a demanda do cuidado infantil (e de todos!) na contemporaneidade. Apesar da inserção da mulher de classes média/alta no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho, no âmbito doméstico, segue atual, direcionando a mulher à tarefa de cuidar, direta ou indiretamente, dos filhos e da casa. Neste último caso, vale dizer, de modo indireto, por meio da delegação do cuidado a outra mulher.

Antes de nos aprofundarmos na aparente similaridade entre o cuidado materno e o cuidado profissional, achamos por bem destacar que a delegação do cuidado, tanto em relação à patroa quanto à babá, que também deixa seus filhos com terceiros para trabalhar, não poupa a mulher-mãe de gerenciar conflitos que derivam de imaginários coletivos como os que encontraram/criaram, por exemplo, Inacarato (2021) e Visitin (2021), em seus estudos recentes de doutoramento.

Inacarato (2021) ao pesquisar imaginários de mediadores judiciais sobre disputa de guarda em processos de Varas de Família, criou/encontrou dois campos de sentido afetivo-emocional que se sustentam sob lógicas conservadoras no que diz respeito à parentalidade, os quais denominou “Quem cuida é a mãe” e “Pai presente”. Esses campos, que em sua literalidade correspondem às noções do que seria o papel de mãe e o de pai tal como descreveu Winnicott (1960/2022), complementam-se na medida em que o primeiro alude à ideia de que é a mãe quem se encarrega/deve se encarregar do cuidado direto à prole, ao passo que o segundo campo legitimaria o papel do pai como coadjuvante na esfera do cuidado.

O campo “Quem cuida é a mãe” gera ruído quando pensamos no cuidado infantil delegado. Há estudiosos que se insurgem a dizer, a exemplo de Gonzalez (2020), que “a mãe é quem cuida”. A despeito das diversas implicações de aderir a uma ou outra perspectiva, muitas delas trespassadas por um viés moralista, o que nos parece incontestável e problemático, diga-

se de passagem, em um ou noutro argumento, seria a ligação entre a mulher e a função de cuidado, assunto que abordaremos mais adiante.

Em relação ao campo acima citado, do ponto de vista da babá, de saída, ela poderia se questionar: “Quem cuida é a mãe... mas quem cuida dos meus filhos?”. Gonzaga e Mayorga (2019) abordam uso interessante do termo colonialidade. Esclarecem que, além de ser apropriadamente adotado em estudos sobre a questão racial, tem como premissa a ideia de um sistema de imposição de poder nas mais variadas esferas da vida humana, como na educação, na cultura, na política, na religião entre outros. Nesse sentido, transpõem o conceito para o campo da maternidade enquanto uma imposição colonial naturalizada que repercute em controle e exploração de mulheres, variando conforme se articulem outras formas de opressão, como a raça. Essa constatação leva as autoras a indagar: “Qual a maternidade possível para as mulheres negras?” (p. 65) ou Iaconelli (2023) a denunciar o preconceito e a perversidade sob o bojo do maternalismo: “o maternalismo comporta e reproduz as maternidades que podem ser franqueadas e as que não podem” (p. 55).

Aprofundando a discussão, Gonzaga e Mayorga (2019) afirmam que o controle de corpos negros se daria pela via da imposição da “maternidade compulsória” (p. 65) que, nesse caso, não se refere à maternagem dos próprios filhos, como se espera da mulher branca, mas à maternidade de crianças brancas de famílias de classes média e alta, concluindo: “a maternidade legitimada para a mulher negra no Brasil é a que está vinculada à exploração violenta do trabalho doméstico” (p. 65).

As babás participantes da pesquisa, maioria de ascendência africana, delegam o cuidado de seus filhos assim como suas empregadoras. A diferença é que, como mulheres com condição socioeconômica desfavorável, tendem a contar com uma rede feminina comunitária de apoio, composta de familiares e amigas (Sorj, 2014). A delegação do cuidado infantil no caso das babás parece intensificar o conflito materno, transformando-o em sentimento de culpa, na

medida em que se dedicar ao cuidado de terceiros implica em deixar de oferecer a mesma atenção particularizada e próxima aos próprios filhos. Essa circunstância também foi observada no estudo de Tavares (2017) ao retratar como era inevitável para algumas babás comparar a qualidade do cuidado, em termos de atenção, interação e tempo, que disponibilizavam aos filhos e às crianças de que cuidavam no trabalho.

A exemplo de relatos como “Eu cuidei muito pouco”, referindo-se ao cuidado dispensado ao filho na infância (Tavares, 2017), também ilustramos como essa ocupação parece privar a babá do exercício da própria maternidade. Helena se emociona ao se lembrar de como era recorrente pensar nos filhos enquanto trabalhava como babá: “Isso é que é difícil, né?! E que eu sempre pensava, eu podia estar brincando com os meus filhos”. Valorizando o cuidado materno, avalia que o filho apresentou progressos no tratamento do autismo quando se desligou do trabalho como babá para se dedicar aos seus cuidados e “acompanhá-lo nas terapias”.

Enquanto trabalhava como babá, Regina preocupava-se com a filha que apresenta demandas psicológicas e tentou suicídio algumas vezes: “E a B., meu Deus?! Como será que está agora?! Ela sempre foi difícil”. Também deixa transparecer como se sente culpada por não ter estado próxima da filha por causa do trabalho: “Ela fala que não gosta de mim e nem do pai, do pai até que um pouquinho, mas de mim, não gosta... diz que eu nunca cuidei dela, nunca ajudei ela”.

Negando eventuais marcas emocionais que o distanciamento na criação dos filhos possa lhes ter causado, Luzia rebate a percepção deles, supondo que já tenham superado qualquer tipo de mágoa: “Nossa, você mudou tanto, mãe! Parece outra agora cuidando da A.!” Eu acho que eles ficam meio chateados, mas eles não se queixam, meus filhos são muito bem resolvidos”. Brisa ao se ver com pouca paciência com o filho e, como consequência, culpada, questiona-se: “Nossa, será que estou impaciente com o meu filho, porque estou gastando

energia com o filho dos outros?!”. Em tom de pesar, Heloísa compartilha: “Mas eu também penso que fui ausente na vida dela por causa do trabalho como babá”.

Rita e Bárbara parecem utilizar recursos parecidos para lidar com a culpa advinda da “maternidade compulsória” (Gonzaga & Mayorga, 2019, p. 65) dos filhos de outras pessoas.

Rita comenta:

Eu ficava muito pouco com eles quando eles eram pequenos, nossa, eu trabalhava tanto pra cuidar dos dois, sozinha! Agora tento sempre recompensar! Mesmo quando eles eram crianças, eu não os via muito durante a semana, mas os finais de semana eram nossos!

E Bárbara, por sua vez, confidencia:

Eu só tenho o sábado pra ficar com eles, então, eu tento reparar um pouco a carência deles no sábado, levo pra brincar, passear... Mas eu converso muito com eles, tento explicar que eu preciso trabalhar, eu prezo muito o diálogo, a gente não se perde.

É herança da psicanálise de modo geral, uma supervalorização da relação mãe-bebê e das competências maternas. Também não podemos perder de vista que como legado de nossa cultura judaico-cristã, ainda somos assombrados pela imagem da Virgem Maria, mãe devotada, que incita altas expectativas em relação à mulher-mãe. Em seu contraponto, inclusive, posiciona o homem no lugar da divindade, como alguém que não precisa se ocupar do ordinário da vida cotidiana, sendo compreendida como suficiente a sua capacidade de conceber.

Em “Os bebês e suas mães”, Winnicott (2020) inaugura a ideia de que o cuidado materno não representa algo da ordem do sobrenatural, na medida em que o desenvolvimento da capacidade de cuidar depende do fato de a mãe, um dia, ter sido um bebê e, se recordar de que alguém cuidou dela, o que pode ajudá-la ou não em sua experiência pessoal como mãe. Essa premissa é valiosa na medida em que inclui todos os seres humanos como potencialmente capacitados a oferecer cuidado. Ainda que com essa inovação Winnicott (2020) adjective de outro modo a qualidade do cuidado, negando-lhe um caráter sobrenatural ou metafísico, o

autor, amparado na biologia mantém-se fiel ao constructo do amor materno como natural e à ideia de que a mãe seria a pessoa mais indicada para cuidar e se afinar com o seu bebê.

Estudos atuais de nosso grupo de pesquisa sobre parentalidade têm trazido à luz resultados interessantes que ainda refletem os impactos de imaginários conservadores sobre a mãe, que a associam à função do cuidado. Os estudos de Ribeiro (2018, 2021) sobre homoparentalidade, por exemplo, deixam evidente que casais homoafetivos se sentem capacitados ao exercício do cuidado infantil. Apesar disso, a sociedade ainda não vê com bons olhos o cuidado ofertado por casal homoafetivo masculino, legitimando com menos resistência o cuidado provido por casais de lésbicas, sustentada pela lógica de que a criança se beneficiaria do cuidado de duas mães. Particularmente um dos casais (masculino) entrevistados por Ribeiro (2018), manifestou-se no sentido de incluir a presença de uma figura feminina na vida do filho adotivo, escolhendo uma madrinha para acompanhá-lo no cuidado da criança. Essa escolha do casal é discutida pela pesquisadora em termos da persistente adesão a um imaginário social a partir do qual se concebe que a figura feminina estaria mais capacitada ao cuidado dos filhos.

Interessante o mestrado de Lucas (2022) sobre vivências familiares na pandemia de COVID 19. O estudo apontou que, em meio ao caos pandêmico, restritas ao ambiente doméstico, entendido pelo sistema patriarcal como seu *habitat* natural, as mulheres-mães foram engolfadas pelas demandas do cuidado. A pesquisadora observou que as participantes nutriam certa ilusão de estarem conciliando todas as tarefas, quando, na verdade, viviam sobrecarregadas com múltiplas exigências, sendo submetidas a jornadas triplas de trabalho (o trabalho formal, o trabalho do cuidado infantil e o trabalho doméstico).

O estudo de Granato e Aiello-Vaisberg (2016) também é bastante elucidativo das expectativas sociais em relação à mãe. Nessa pesquisa, as autoras usaram a Narrativa Interativa como recurso investigativo com grupos de estudantes de Pedagogia e Psicologia, propondo um

enredo protagonizado por um casal que se deparava com a possibilidade de ter um filho com Síndrome de Down. A consideração psicanalítica do material narrativo permitiu que apreendessem expectativas em torno de uma mãe idealizada, que acolheria incondicionalmente o filho, sem transparecer sentimentos ambivalentes e/ou se ressentir do cuidado, ao lado da imagem de um pai protetor.

Diante da idealização da figura materna, a delegação do trabalho do cuidado representa outro paradoxo, que deixa o questionamento: se o cuidado dispensado por uma mãe é diferente daquele ofertado por outro/a cuidador/a, como poderia ser delegado sem causar prejuízos à criança? Primeiramente, cabe lembrar com Badinter (1985), que o “instinto materno” é uma criação pseudocientífica, enquanto, por outro lado, o amor materno sempre existiu, não como algo natural que “brota” com o nascimento de um bebê, mas como fruto da construção de um vínculo mediado pelo cuidado.

Ocorre que a moralização em torno desse afeto, fazendo-se supor que não seria circunstancial (como todo amor), deu a entender que estaria ligado à natureza feminina, ou seja, a algo inerente/intrínseco à espécie. Se assim o fosse, como poderíamos explicar o consentimento das mães, no século XVIII, em relação ao afastamento precoce de seus bebês por meio da delegação do cuidado, inclusive da amamentação, além de certa inércia frente às elevadas taxas de mortalidade infantil que decorriam da exposição das crianças a precárias condições de higiene a que muitas vezes suas cuidadoras substitutas estavam submetidas?

Isso nos leva a defender, citando o título do livro de Badinter (1985), importante referência nos estudos sobre a maternidade, que o amor materno é um “amor conquistado”, como qualquer outra espécie de amor, afastando-se desse modo de inferências acerca da força de um suposto “instinto feminino”. Reiteramos a ideia de que a manutenção de imaginários fortemente idealizados em relação à figura da mãe pode estar a serviço da manutenção de

opressões contra a mulher, repercutindo no incremento do sofrimento, pois, quando falamos em idealizações afastamo-nos de padrões de conduta realistas e humanamente praticáveis.

Feita essa necessária explanação, passaremos a discorrer sobre a função do cuidado propriamente dito. Antes disso, cabe apresentar o questionamento de Ferrari e Silva (2023) quanto à manutenção de alguns conceitos como “função materna” e “função paterna”, tão presentes na obra lacaniana e, também, o de “maternagem”, comumente associado à teoria winnicottiana. Partilhamos das inquietações das autoras frente às mudanças sociais contemporâneas, a partir das quais novos arranjos familiares são legitimados, além da inclusão de outros atores, para além da mãe e do pai, no cenário do cuidado de crianças. De nossa perspectiva, defendemos que a qualidade do cuidado dispensado a uma criança, em termos afetivos, independente de quem sejam seus cuidadores, a despeito de eventuais atravessamentos que possam incidir nessa relação como, por exemplo, o fato de o trabalho do cuidado ser remunerado, como é o caso das babás.

Contraopondo-se à parte significativa de nossos achados, Ribeiro e Zorning (2018) são categóricas ao afirmar que existe diferença entre a relação mãe-bebê e a estabelecida entre o bebê/criança com outra cuidadora. Com relativa tendência a corroborar essa hipótese, Bárbara afirma se perceber atenta à postura que considera desejável pela patroa no cuidado com o filho:

Ah, é diferente né?! Quando é com o filho dos outros, eu acho que você tem que seguir o ritmo dos pais, a criação deles... que nem, eu observo muito a M., ela conversa muito com o A., respeita muito ele, então, eu tento fazer igual.

Olhando a relação babá-criança sob outro ângulo, também inclinadas a supor a existência de certa diferença entre o cuidado da mãe e de outra cuidadora, Bárbara e Clara sentem necessidade de ter mais paciência com o filho dos outros. Além disso, referem dificuldade quando precisam repreender a criança. Bárbara declara: “Com o filho da gente, a

gente põe de castigo, pode ser mais rígido... Com o filho dos outros, tem que colocar pra pensar, eles perdem direitos. É diferente até no jeito de falar, né?!”

E Clara diz:

Essa parte de repreender é mais complicada. E também tem que dar atenção o tempo todo pro filho dos outros... Em casa, se eu me sinto muito cansada, eu deito um pouco, deixo elas brincando, mas com os filhos dos outros não dá pra fazer isso, né?!

Já Luzia é mais incisiva quanto à diferença entre cuidar dos próprios filhos e dos filhos de outras pessoas, possivelmente em razão de seu próprio estilo pessoal e/ou dos empregadores, verbalizando “É muito diferente, é uma responsabilidade maior, é um compromisso, eu sinto como se eu estivesse cuidando de um cristal e que eu devo devolver intacto. É um estado de alerta, uma atenção redobrada”. O que se nota, entretanto, é que a diferença a que aludem essas babás não diz respeito à qualidade do cuidado em si, mas a acordos direta ou indiretamente pactuados com seus empregadores sobre regras de conduta e funcionamento do trabalho.

Ribeiro e Zorning (2018) partem de correntes psicanalíticas francesas para justificar que o papel de profissionais encarregadas pelo cuidado não deve ser o de encarnar as figuras parentais, substituindo-as. As autoras defendem a ideia de que as cuidadoras devem preservar o lugar materno em aberto de modo a permitir o reencontro emocional dos bebês com suas mães.

Ainda que não seja a regra, tampouco a maioria dos casos, e que, obviamente não nos coloquemos na posição de fazer julgamento quanto ao maternar de cada mulher, dado o nosso posicionamento radicalmente humano e ético, observamos, por exemplo nos relatos de Helena, Heloísa, Bárbara e Clara que, a despeito de possível necessidade materna de preservar um lugar no mundo interno das crianças, algumas famílias não disponibilizam tempo e espaço para os filhos na vida real. Ao se referir a como se sentia quando as crianças se queixavam com ela

sobre a ausência dos pais, Helena comenta “Ai, eu morria de dó, sem contar a diferença que faziam entre as crianças, a C. tinha acabado de perder a mãe...”.

Heloísa relata como adoeceu ao ter que lidar com uma espécie de “delegação total” do trabalho do cuidado por parte de sua antiga patroa, ao que tudo indica, bastante adoecida emocionalmente. Ela diz: “adorava aquelas crianças, mas eu não aguentava mais vê-las sofrer, fiquei doente, eu tinha dores fortes de cabeça, nos nervos, precisei fazer terapia, era muito triste aquela situação”. Bárbara compartilha como a rotina das crianças de que cuida é tomada de compromissos e de pouco contato com os pais. A babá conta: “eles chegam bem cansados da escola, costuma ter birra na hora do banho, porque eles fazem muita coisa, além da escola... é ballet, é natação, é hípica, muita coisa, todo dia tem um compromisso... eu tenho até dó...”.

Clara, por sua vez, confidencia estratégia de que se valia para tentar uma aproximação afetiva entre a criança e os pais:

Quando eu percebia que os padrões estavam na sala, dava um jeitinho de levar o A. pra lá, pra eles interagirem um pouco com o menino... era o único momento que eles passavam com o filho, mas assim, o A. não podia chorar, tinha que ficar quietinho, porque eles não gostavam de ser incomodados.

Esse dado de realidade nos move à reflexão de como a parentalidade de modo geral e, em especial a maternidade, podem estar sendo vividas compulsoriamente ou como parte de um *script* na história da mulher que, em nossa sociedade, sofre diretamente os impactos da demanda do cuidado, o que reforça a ideia da maternidade como sofrimento social (Visintin & Aiello-Vaisberg, 2017).

Ribeiro e Zorning (2018) advogam a favor de treinamento e capacitação de babás, a fim de ajudá-las a discriminar o seu lugar profissional. Em seu estudo, ao descreverem a relação de um bebê trigêmeo com a sua babá, dão a entender que certas características da personalidade da profissional combinadas com o perfil do bebê, as ausências maternas, e, sobretudo, com o

comportamento da babá de rivalizar com a mãe o lugar materno, teriam dificultado o processo de desenvolvimento da criança. Essa conclusão culpabiliza ora a babá, ora a mãe, ambas mulheres, por eventuais dificuldades emocionais do bebê, desconsiderando o contexto mais amplo em que se inseriam.

Nesse estudo, convém mencionar, que as crianças recebiam cuidados contínuos de duas equipes de babás que se revezavam semanalmente. Dito de outro modo, as crianças eram acompanhadas ao longo de uma semana por uma equipe de babás, que era substituída por outro grupo ao término desse período e assim, sucessivamente. Empática à situação dos bebês, uma das babás compartilha com a pesquisadora a sua preocupação em relação à alternância das equipes de cuidado, em função das continuadas rupturas de contato com as babás de referência. Ribeiro e Zorning (2018) conjecturam que, de modo diverso, a mãe dos bebês não conseguia se conectar à experiência de seus filhos, uma vez que possivelmente imersa em suas próprias questões infantis e receosa da força do vínculo que poderia se estabelecer entre as crianças e as cuidadoras se dispusessem de uma figura de cuidado permanente.

A respeito da relação mãe-bebê intermediada pelo cuidado da babá, Garner (2021) apresenta a pressuposição de Chodorow quanto ao fato de, em alguns casos, a profissional acabar por desempenhar a função de cuidadora não apenas da criança, mas dos diversos membros da família, em especial da mãe. No caso de Heloísa, por exemplo, essa dinâmica parece evidente ao relatar a lembrança de como o pai da ex-patroa costumava abordá-la, em tom de brincadeira, toda vez que a via: “E aí, Heloísa, de quantas crianças você está cuidando naquela casa?”, ironicamente incluindo os pais no grupo de crianças das quais ela cuidava. Ou ainda, no contexto de Luz, que parece incorporar uma espécie de “mãe de todos” na casa em que trabalha, quando explica: “os meus patrões me dão liberdade de chamar atenção, como se fosse meu filho mesmo. Eles são pais de primeira viagem, então, eles contam com a sua experiência, sabe?!”. Garner (2021) acredita que a presença da babá representaria alívio

emocional da “responsabilidade” da maternidade e, também, apoio à mulher para se firmar como mãe.

Embora não tenhamos a pretensão de aprofundar neste assunto, achamos interessante comentar, a teoria de Chodorow (Garner, 2021) a respeito da origem do desejo de ser mãe, que evidentemente se afasta da metapsicologia freudiana em torno da “inveja do pênis”. Para a autora, o desejo de ser mãe inaugurar-se-ia a partir de duas possibilidades. A primeira derivaria do anseio da mulher por retornar a um estado de conexão segura, simbiótica e empática vivido na relação com a sua mãe. E, a segunda, responderia a uma tentativa de reparar a própria mãe pelas falhas e decorrentes prejuízos que supostamente teria lhe causado. Frente ao que vimos concluindo com a presente pesquisa, essas suposições psicanalíticas poderiam nos provocar a indagar: o que buscam as babás com o exercício de uma “dupla maternidade”? Por tudo o que foi discutido até aqui, não temos dúvidas de que a intersecção entre gênero, raça e classe social delineou o destino de boa parte das babás participantes da pesquisa. Tendo essa hipótese em mente e amparadas na compreensão acerca do campo “Cuidado Espontâneo” criado/encontrado por Zavaglia (2020) em pesquisa de mestrado, o qual alude à dimensão ética do cuidado (Plastino, 2012), reconhecemos que o cuidado proporciona gratificações tanto para aquele que o recebe quanto para o/a cuidador/a. Por isso, arriscamo-nos a dizer que o exercício da dupla maternidade seja uma oportunidade para a babá de se fazer ambiente suficientemente bom tanto para o outro quanto para si mesma, reparando possíveis falhas ambientais.

Na narrativa transferencial de Maria da Paz, trazemos à luz uma possível interpretação, dentre tantas outras igualmente legítimas, ao questionamento acima enunciado: será que para Maria da Paz, ser babá também não teria a função simbólica de cuidar de si mesma, uma vez que fora obrigada a “adultecer” depressa dadas as suas condições socioeconômicas e culturais, além de ter vivido profundo desamparo com a perda prematura da mãe?

O encontro com Maria Tereza também ajuda a pensar sobre essa questão. No caso desta babá, percebe-se o esforço em oferecer às crianças com as quais convive a oportunidade do diálogo, do qual sentiu ter sido privada na relação com os pais durante a infância:

Eu sempre converso muito com eles, com as minhas filhas e com a minha neta, sempre foi assim! Eu prezo muito isso, não sei se porque a minha mãe não conversava comigo, só brigava, batia... eu sempre procuro conversar muito!

Embora tenhamos alguns posicionamentos divergentes, concordamos com Ribeiro e Zorning (2018) quando afirmam, a partir de uma perspectiva aparentemente winnicottiana que, por meio do holding, o ambiente de cuidado deve proporcionar a constância que permita ao bebê sentir-se seguro para colocar em marcha o seu desenvolvimento emocional. Citando as autoras:

É possível pensar que o fato de a mãe deixar seu filho com outras cuidadoras não impede que ele encontre nesse ambiente a continuidade através dos cuidados recebidos, ainda que identifique que os mesmos estão vindo de outra pessoa que não é sua mãe. Da mesma forma, se diferentes profissionais cuidarem de um mesmo bebê em momentos diferentes, mas todas mantiverem uma atitude de respeito no ato de cuidar, assim como o conhecimento às suas características individuais, esse bebê poderá encontrar no próprio ato de cuidado o fio que trará essa continuidade. (Ribeiro & Zorning, 2018, p. 554)

Lima (2014) destaca como a expectativa dos pais não se conecta e reconhece a afetividade recíproca que liga babá e criança. Ribeiro e Zorning (2018), por sua vez, bem pontuam que antes disso, os pais parecem não reconhecer a necessidade de suprir a lacuna afetiva que se cria com a delegação do cuidado infantil. Nessa lacuna, vemos emergir a construção de um vínculo, no face a face como diria Emmanuel Lévinas (1961/1988), que motiva o cuidado, algo que nos convoca enquanto seres humanos, independente do grau de parentesco com a criança.

Heloísa, por exemplo, relata profunda tristeza e preocupação com a situação da criança da qual foi babá e que, segundo ela, sentiu muito a sua partida quando deixou o emprego, afirmando “Dói lembrar dele!”. Ou ainda, o relato de Maria Tereza quanto à relação duradoura e afetiva que mantém com uma moça de quem fora babá na infância:

Mas eu gostava tanto da filha dela, da E., que coloquei o nome da minha primeira filha em homenagem a ela! É muito legal, hoje em dia ela é uma moça e a gente se fala muito ainda! Ela sempre me liga, me escreve... É muito bom!

Enquanto desfecho da NIG, Regina propõe “eu acho que aqui tem amor, um amor grande, que é o que precisa ter, né Marina, pra cuidar”. Articulando as duas experiências de cuidado, como mães e como babás, Lurdes, Maria da Paz, Bárbara, Clara, Luzia, Luz e Brisa têm opinião semelhante. Lurdes diz: “é a mesma coisa, tudo o que eu fiz e faço pros meus filhos, eu faço pras outras crianças, eu cuido do mesmo jeito!”. Assim como uma mãe vivendo o estado de preocupação materna primária, Maria da Paz, compartilha “Meu Deus do céu, eu não pregava o olho à noite, deixava o volume da babá eletrônica no último, ficava o tempo todo vendo se ele estava respirando, se estava tudo bem!” E, quanto ao cuidado como babá afirma: “não tem diferença! Eu dou o mesmo amor e carinho, quero ficar grudadinha com ele, como fazia com o meu filho!”. Bárbara concorda: “Eu acho que a babá é mãe de filho que não gerou e no coração de mãe sempre cabe mais um”.

Clara, por sua vez, revela de que é feito o cuidado: “Olha esse último quadrinho termina comigo pensando na criança que eu cuidava. Porque eu tinha um amor naquele menino, fico pensando como que ele está agora, como estão cuidando dele, se está tudo bem, se estão cuidando como eu cuidava”. Luzia confia, “eu cuido da A. como se fosse minha filha, sinto muito amor por ela, estou com ela desde bebezinha, agora ela está com um ano e 10 meses...”. Após a entrevista, Luz envia fotos de seus filhos e de D. em meu *WhatsApp* com a

seguinte mensagem: “Olha, os meus filhos! E o D., que é como se fosse meu filho também”.

Por fim, Brisa, referindo-se ao último quadrinho da NIG, se põe a imaginar:

E aqui no final, acho que sou eu pensando nas crianças, o A., meu filho e o B., que é o menininho que eu cuido, sou eu confundindo o nome dos dois, como eu costumo fazer, tipo mãe que tem dois filhos.

Aquilo que se estabelece socialmente como sinônimo do “amor materno” é facilmente observado no cuidado dispensado aos bebês e crianças pelas babás que compartilharam conosco suas histórias. Ao que tudo indica, as babás, diante da convocação das crianças para assumirem o lugar de mães, aceitam o convite. Esse achado reitera a nossa impressão de que o cuidado profissional e o amador têm natureza similar, uma vez que a babá provê à criança sob seus cuidados aparentemente o mesmo que a mãe em período integral proveria. Essa hipótese não nos autoriza, entretanto, a romantizar a vida e o sacrifício dessas mulheres, que certamente não se inclinaram a desempenhar o papel materno apenas em função do vínculo de trabalho ou mesmo do vínculo com a criança, mas também, porque são “vítimas” de uma sociedade patriarcal, racista e capitalista, que convenientemente espera um tipo específico de conduta de mulheres negras, pobres e dedicadas ao trabalho do cuidado.

Cabe-nos agora destacar que a demanda do cuidado infantil vem sendo considerada de modo equivocado como problema a ser resolvido entre mulheres, sobrecarregando as mães de formas diferentes. Essa questão manifestou-se com bastante intensidade nos relatos das babás participantes deste estudo. Para ilustrar como a rede de apoio de que dispõem limita-se à parceria com outras mulheres, Heloísa expõe: “a minha mãe foi como uma mãe pra minha filha”. Lurdes não entra em detalhes sobre a sua relação com o ex-companheiro, mas diz que ele a abandonou grávida de oito meses do segundo filho. “Depois ele apareceu quando o E. tinha 10 dias de vida, depois com 16 anos, e depois nunca mais!”

Rita se refere à ausência do ex-companheiro na função de pai de seus filhos: “O pai nunca ajudou!”. Por outro lado, sua mãe lhe deu muito apoio, Rita lembra:

Quando eles eram pequenos, eu só podia contar com a minha mãe, mas coitada, ela já me ajudava cuidando dos meus filhos pra eu ir trabalhar, não tinha coragem de pedir nada pra ela, mas ela sempre percebia e fazia o possível pra ajudar.

A história de Rita, assim como a de tantas babás ao redor do mundo revela como é ser mulher, mãe, negra e pobre no Brasil. Não podemos afirmar que os homens não participem/ou tenham participado da vida das babás entrevistadas, mas restou claro que, quando se fala em cuidado, estamos diante de uma espécie de “Planeta de Mulheres”, ao redor do qual os homens orbitam. Quando lembrados, são claramente posicionados como coadjuvantes do cuidado e/ou reduzidos à função de “ajudantes”.

Com Chodorow (1990), lembramos que a questão da educação que dispensamos em nossa cultura aos meninos (futuros homens) tende a distanciá-los cada vez mais do afetivo e do cuidado. As contribuições de Gilligan (2021), a partir das quais se supõem uma “ética do cuidado” tipicamente feminina e a “ética da justiça”, inerente ao homem, também inibem iniciativas de participação masculina na criação dos filhos.

Rodrigues, Gomes e Oliveira (2017) observam tendência entre os homens de acreditar que não sejam suficientemente capazes de cuidar de crianças pequenas. Em seu estudo, Ribeiro (2019) aponta que, no âmbito da adoção, alguns casais homoafetivos masculinos optaram pela adoção tardia com a justificativa de que seria menos desafiador cuidar de uma criança maior e/ou de um adolescente haja vista um suposto grau relativamente maior de independência.

Biroli (2018) também contribui com reflexão interessante. Para a autora, além de servir como mecanismo de opressão contra a mulher, o maternalismo também pode estar a serviço das próprias mulheres como estratégia de manutenção de um papel socialmente reconhecido. Segundo Biroli (2018):

O “maternalismo” continua ativo na produção das identidades políticas, como estereótipo e como recurso das próprias mulheres e permeia não só o conservadorismo moral, mas também algumas vertentes do pensamento progressista nas quais o retorno a uma suposta “natureza” passa pela revalorização do “maternal” nas mulheres. (p. 75)

Apresentando um panorama mais humanizado, a pesquisa de Campana et al. (2019) com casais heterossexuais de classe média que compartilhavam o cuidado diário dos filhos pequenos revelam uma possível mudança de perspectiva em torno de questões de gênero e parentalidade. O estudo aponta para a concreta capacidade do pai de vivenciar experiências de profunda conexão/identificação com seus bebês, estado que Winnicott (2020), referindo-se à mãe, denominou de “preocupação materna primária”. Nesse sentido, Campana et al. (2019) propõem que o termo seja adaptado para “preocupação parental primária”, conforme sugestão de Moraes (2017).

Transformar a realidade atual não é tarefa fácil. Implica, antes de tudo, na valorização, simbólica e financeira, do cuidado enquanto fazer essencial à manutenção da sociedade e à preservação da vida. Independente do vínculo biológico/grau de parentesco, do gênero, da raça e da classe social, obriga, sobretudo, o reconhecimento da dimensão ética do cuidado como capacidade potencialmente humana.

Considerações Finais

“O ponto zero é tanto um local de perda completa quanto um local de possibilidades, pois só quando todas as posses e ilusões foram perdidas é que somos levados a encontrar, inventar, lutar por novas formas de vida e reprodução” (Federici, 2019).

Chegamos ao fim dessa caminhada... esse ponto de chegada exige exercício de reflexão crítica sobre as reconhecidas limitações do estudo e a retomada do que pudemos aprender e apreender ao longo desse processo enriquecedor do ponto de vista acadêmico e, pessoalmente, também mobilizador.

Quanto às limitações do estudo, chamou-nos a atenção o fato de não ter sido relatado de modo contundente eventuais queixas das babás quanto aos patrões e/ou em relação à sobrecarga de trabalho, exceto por aquelas que já não se dedicavam mais à profissão à época de nossos encontros. Ciente do meu lugar privilegiado enquanto mulher branca e nascida no seio de uma família de classe média, possivelmente identificada como “patroa” pelas babás entrevistadas, tendo a acreditar que essas diferenças sociais possam ter dificultado e/ou impedido que a troca entre pesquisadora e participante se desse de modo mais livre e espontâneo.

Outro ponto importante a ser destacado, ainda no campo das limitações da pesquisa, diz respeito às ilustrações da Narrativa Interativa Gráfica (NIG). Ao que nos parece, o traçado dos desenhos retratou de maneira um pouco infantilizada os personagens da história, especialmente a figura da babá. Apesar disso, acreditamos que, em termos de conteúdo, os quadrinhos tenham expressado de modo satisfatório a articulação entre as experiências pessoais e profissionais das participantes em torno do tema do cuidado infantil.

O trabalho do cuidado, assunto central desta tese, tem sido amplamente debatido na atualidade. Tanto é verdade, que o último Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) assertivamente mobilizou milhares de alunos, homens e mulheres, de todas as regiões do país, a refletir sobre os “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho do cuidado

realizado pela mulher no Brasil”, assunto que entendemos deva ser inserido com seriedade e urgência na agenda política.

Longe de esgotar a complexidade do tema, pensamos ter apreendido nuances significativas da experiência vivida por mulheres-mães que se dedicam ao trabalho do cuidado infantil tanto no âmbito pessoal como no profissional. Trata-se de um grupo emblemático de mulheres que se ocupa em período integral de um trabalho pouco reconhecido e valorizado socialmente, a despeito de ser essencial à humanização de bebês e crianças e, portanto, à preservação da vida humana.

A análise do material narrativo da pesquisa sugere que o gênero designado ao nascimento roteiriza histórias de vida. Quando interseccionado com outras formas de opressão como raça e classe social, pode produzir experiências marcadas pela privação de direitos desde a infância/adolescência, limitando sensivelmente as possibilidades de escolha na vida adulta.

Esse cenário adverso enfrentado, no geral, por mulheres negras e pobres, favorece a reedição de experiências previamente vividas ligadas ao cuidado do outro, dando pouca margem para o cultivo de sonhos e a realização de projetos pessoais que extrapolem o universo do casamento e da maternidade. Diante disso, pode-se aventar que o campo e subcampos de sentido afetivo-emocional criados/encontrados na presente pesquisa articulam-se de modo a causar sofrimento à mulher-mãe-babá.

Mesmo tendo sido claramente demonstrado que o trabalho como babá possa derivar menos de uma escolha pessoal e mais da resignação a um destino, não podemos deixar de abordar algo que as participantes expressaram de modo bastante significativo, vale dizer, a dimensão ética do cuidado. Diante da convocação das crianças de que cuidavam para assumir o lugar da mãe, muitas das babás, senão todas, aceitaram o convite com uma postura empática, compassiva e afetiva, denotando inexistência de diferença, em termos afetivos, entre o cuidado materno e o cuidado profissional.

Esse achado, que anuncia, sobretudo, a necessidade da criança de encontrar alguém disposto a lhe prover cuidado humano, independente de vínculo biológico e/ou grau de parentesco, acena para uma perspectiva ampliada que engloba também a questão de gênero. Esse novo cenário exige o esforço de se delinear maneiras outras de organização da demanda do cuidado infantil que se revelem mais igualitárias e solidárias entre homens e mulheres e, também, entre mulheres.

Bento (2022) explica que o termo “decolonização” vem sendo utilizado para descrever um processo de desvencilhamento dos vestígios deixadas pelo colonialismo, ou seja, por toda forma de imposição de poder de grupos que se julgam superiores a outros tidos como inferiores. É também uma expressão que alude à resistência e à esperança de reescrever a própria história a partir do ponto de vista do colonizado e dar sequência a esse enredo com liberdade, respeito, autonomia e independência (Kilomba, 2021), permitindo que, no caso do trabalho do cuidado remunerado, quando exercido, reflita verdadeiramente a manifestação de uma escolha e não o efeito de processos sociais discriminatórios.

Para finalizar, acreditamos que as transformações com as quais sonhamos apenas concretizar-se-ão quando o “NÓ”, aludido no capítulo introdutório desta tese, desenrolar-se a ponto de provocar todos NÓS ao exercício potencialmente humanizador do cuidado.

Referências

- Aiello-Fernandes, R. A. (2013). *Da entrada de serviço ao elevador social: racismo e sofrimento*. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de Campinas].
Repositório Institucional PUC-Campinas. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15958>
- Aiello-Fernandes, R., Ambrosio, F. F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2012). O método psicanalítico como abordagem qualitativa: considerações preliminares. Em: L. S. de L. P. C. Tardivo & T. M. J. Aiello-Vaisberg (Organizadoras). *Anais da X Jornada Apoiar – O Laboratório de Saúde Mental e Psicologia Clínica Social – 20 anos: o percurso e o futuro* (pp. 306-314). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Aiello-Vaisberg, T.M.J. (2017). Estilo clínico ser e fazer: resposta crítico-propositiva à despersonalização e sofrimento social. *Boletim – Academia Paulista de Psicologia*, 37(92), 41-62.
- Aiello-Vaisberg, T.M.J., Machado, M.C.L., Ayouch, T., Caron, R., & Beaune, D. (2009). Les récits transférentiels comme présentation du vécu clinique: une proposition méthodologique. In D. Beaune, *Psychanalyse, Philosophie, Art: Dialogues*. Paris: L'Harmattan.
- Almeida, A. P. & Naffah Neto, A. (2020). Apresentação. In: A. P. de Almeida & A. Naffah Neto (org). (2020) *A pesquisa em psicanálise na universidade: um enfoque no método por meio de exemplos*. (pp. 5-9). Educ.
- Alves, L. D. (2022). A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural. *R. Katál*, 25 (2), p. 212-221. <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84641>
- Amatuzzi, M. M. (2007). Experiência: um termo chave para a Psicologia. *Memorandum*, 13, p. 08-15.

- Amatuzzi, M. M. (2009). Psicologia fenomenológica: uma aproximação teórica humanista. *Estudos de Psicologia*, 26 (1), p. 93-100.
- Ambrosio, F. F., Aiello-Fernandes, R. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Pesquisando sofrimentos sociais com o método psicanalítico: considerações conceituais. *Anais da XI Jornada Apoiar – Adolescência: Identidade e Sofrimento na Clínica Social*, São Paulo, SP, Brasil.
- Araújo, N. B., Monticelli, T. & Acciari, L. (2021). Trabalho doméstico e de cuidado: um campo de debate. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 33 (1), p. 145-167.
<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2021.169501>
- Ariès, P. (2021). *História social da família e da criança*. Elsevier.
- Arruza, C., Bhattacharya, T., & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Boitempo.
- Assis, L. A. A. (2019). *Escrever ficção: um manual de criação literária*. Companhia das Letras.
- Assis, N. D. P. (2019). *Vadias ou certinhas: estudo psicanalítico sobre o sofrimento de meninas adolescentes* [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Repositório institucional PUC-Campinas. http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15599/ccv_ppgpsico_dr_Natália_DPA.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Autuori, M. (2018). *Encontros e desencontros no processo de encaminhamento psicológico infantil*. [Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/bitstream/handle/123456789/15752/ccv_ppgpsico_dr_Marina_A.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Nova Fronteira.

- Baranger, M., & Baranger, W. (2009). *The work of confluence: listening and interpreting in the Psychoanalytical Field*. London: Karnac (Trabalho original publicado em 1964).
- Beauvoir, S. (1948/2008). *O segundo sexo, v. 2: a experiência vivida*. Bertrand.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Bleger, J. (1984). *Psicologia da Conduta*. Porto Alegre: Artmed (Trabalho original publicado em 1963).
- Bleger, J. (1985). A entrevista psicológica: seu emprego no diagnóstico e na investigação. In J. Bleger, *Temas de Psicologia: entrevistas e grupos* (p. 1-48). Martins Fontes.
- Bonfatti, S. C. (2017). Narrativas interativas de adolescentes institucionalizados sobre o (des)abrigo. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16020>
- Bonfatti, S. C. (2022). “A menina abrigada não tem ninguém”: encontros narrativos sobre a violência intrafamiliar. [Tese de Doutorado]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16669>
- Bourdieu, P. (2019). A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Campana, N. T. C.; Santos, C. V. M.; & Gomes, I. C. (2019). *Psicologia Clínica*, 31 (1), p. 33-53. <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0031n01A02>
- Campos, T. B., & Winograd, M. (2022). *Feminilidade e maternidade na psicanálise*. Appris.

- Carias, A. R. (2022). *Imaginário coletivo de profissionais do CAPS AD sobre o cuidado a familiares de pessoas que fazem uso dependente de álcool*. [Tese de Doutorado], Programa de Pós-Graduação de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16726>
- Carvalho, M. G., & Gonçalves, M. G. M. (2023). Trabalho doméstico remunerado e resistência: interseccionando raça, gênero e classe. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 43, p. 1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003249090>
- Chodorow, N. (1990). *Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos.
- Colen, K. S. & Oliveira, N. C. S. (2022). Desigualdade de Gênero no Brasil: considerações a partir da campanha “Adolescência primeiro, gravidez depois”. *Revista Portuguesa Interdisciplinar*, 3 (1), p. 52-69.
- Costa R. G., & Vieira, M. S. (2019). As contribuições de Heleieth Saffioti para a análise do emprego doméstico no Brasil. *Lutas Sociais*, 23 (43), p. 271-284, <https://doi.org/10.23925/ls.v23i43.52171>
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *The University of Chicago Legal Forum*, 140, p. 139-167.
- Delph, C. (2009). Patriarcado (teorias do)*. In H. Hirata, F. Laborei; H. Le Doaré; & Danièle Senotier (Orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp.
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2005). *The sage handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, Ca: Sage.
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Social (2022). *Trabalho doméstico no Brasil*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>

- Dias, A. C. G., Patias, N. D., Fiorin, P. C., & Dellatorre, M. Z. (2011). O significado da maternidade na adolescência para jovens gestantes. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, 3, p. 153–167.
- Diniz, T. L. (2020). “*Afinal o que é cuidar bem de uma criança*”: percepções de pais e avós no contexto da homoparentalidade. [Dissertação de Mestrado], Pontifícia Universidade Católica de Campinas. <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/15774>
- Dockhorn, C. N. D. B. F., & Macedo, M. M. K. (2015). Estratégia Clínico-Interpretativa: um recurso à pesquisa psicanalítica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 31, pp. 529-535. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-37722015042473529535>
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Revista Educar*, 24, p. 213-225. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.357>
- Federici (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante.
- Ferrari, A. G. & Silva, M. (2023). Indagações contranormativas sobre os usos dos conceitos de “função materna”, “função paterna” e maternagem. In J. Stona (Org.), *Relações de gênero e escutas clínicas* (pp. 141-158). Editora IPPERG.
- Flick, U. (2009). *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Artmed.
- Fonteles, C. S. L., Coutinho, D. M. B., & Hoffmann, C. A. (2018). A pesquisa psicanalítica e suas relações com a universidade. *Revista Ágora – Estudos em Teoria Psicanalítica*, 21 (1), p. 138-148. <https://doi.org/10.1590/1809-44142018001013>
- Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2022). *O trabalho infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas*. Brasília.

- Freud, S. (1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XII*. Rio de Janeiro: Imago (1987).
- Freud, S. (1923) Neurose e psicose. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX*. Rio de Janeiro: Imago (1996).
- Freud, S. (1972). *Dois verbetes de enciclopédia – (A) Psicanálise*. Brasil: Edição Standard Brasileira. (Obra original publicada em 1922).
- Freud, S. (2018). Organização genital infantil. In S. Freud. *Obras incompletas de Sigmund Freud: amor, sexualidade, feminilidade* (pp 237-246). Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Freyre, G. (2006). *Casa Grande & senzala*. Global Editora.
- Fróes, M. H. (2002). Trabalhador doméstico. *Revista Direito, Estado e Sociedade*.
- Fulgencio, L. (2011). Compulsão à repetição no contexto analítico para Winnicott. *Revista Filosofia Aurora*, 23 (33), p. 493-506. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142011000100007>
- Fulgencio, L. (2013). Pode haver uma ciência psicanalítica sem uma metapsicologia especulativa? *Scientiae Studia*, 11 (3), p. 491-510. <https://doi.org/10.1590/S1678-31662013000300003>
- Fulgencio, L. (2016). *Por que Winnicott?* Zagodoni.
- Garner (2021). Mirroring a mother's love: a chodorowian analysis of the complicated relationship between mothers and nannies. In P. Bueskens (ed), *Nancy Chodorow and the reproduction of mothering*. (p. 301-327). Palgrave Macmillan.
- Gilligan, C. (2021). *Uma voz diferente: teoria psicológica e o desenvolvimento feminino*. Editora Vozes.

- Gonzaga, P. R. B. & Mayorga, C. (2019). Violências e instituição Maternidade: uma reflexão feminista decolonial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39 (2), p. 59-73.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003225712>
- Gonzalez, L. (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 75-93). Ed. Zahar.
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Uso terapêutico de narrativas interativas com mães em situação de precariedade social. *Psico*, 42(4), pp. 494-502.
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/7122>
- Granato, T. M. M., Corbett, E., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2011). Narrativa Interativa e Psicanálise. *Psicologia em Estudo*, 16 (1), p. 157-163.
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2013). Narrativas Interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. *Psicologia Clínica*, 25 (1), 17-35.
- Granato, T. M. M., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2016). Narrativas interativas na investigação do imaginário coletivo sobre a maternidade. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 33(1), p. 25-35. <https://doi.org/10.1590/1982-02752016000100004>
- Greenberg, J. R. & Mitchell, S. A. (1994). *Relações objetais na teoria psicanalítica*. (E. O. D. Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Obra original publicada em 1983).
- Guerra, M. F. L., Santos, L. G., & Fusaro, E. R. (2021). Características demográficas e socioeconômicas das famílias contratantes de trabalho doméstico remunerado no Brasil. In L. Pinheiro, C. Tokarsk, & A.C. Posthuma (Orgs.), *Entre as relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil* (pp.125-160). Brasília: IPEA; OIT.
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11044/1/Entre_relacoes_de_cuidado.pdf

- Guimarães, N. A. (2021). Os múltiplos fios que tecem as relações de cuidado. In B. Angotti & R.S.C. Vieira (Orgs.), *Cuidar, verbo coletivo: diálogos sobre o cuidado na pandemia da Covid-19* (pp 5-105). Joaçaba (SC): Editora Unoesc.
- Herrmann, F. (1991). *Andaimos do real. Livro primeiro: o método da psicanálise*. Editora Brasiliense. (Obra original publicada em 1979).
- Herrmann, F. (2001). *Introdução à Teoria dos Campos*. Casa do Psicólogo.
- Hirata, H., & Guimarães N. A. (2012). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. Editora Atlas.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 26 (1), pp. 61-73.
<https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>
- Hirata, H. (2022). *O cuidado: teoria e práticas*. São Paulo: Boitempo.
- hooks, B. (1989). *Talking Back: Thinking Feminist, Talking Black*. Boston: South End Press.
- hooks, B. (2018). *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Iaconelli, V. (2023). *Manifesto antimaternalista: psicanálise e políticas da reprodução*. Zahar.
- Iamamoto, M. V. (2018). “Questão social” no Brasil: relações e desigualdades. *ConcCienciaSocial. Revista digital de Trabalho Social*, 2 (3).
- Inacarato, G. M. F. (2021). “*Quem cuida é a mãe*”: imaginário coletivo de mediadores judiciais sobre cuidado dos filhos. [Tese de Doutorado], Pontifícia Universidade Católica de Campinas. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15590>
- Iribarry, I. N. (2003). O que é pesquisa psicanalítica? *Ágora*, 6 (1), pp. 115-138.
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborei, H. Le Doaré, & D. Senotier (Orgs). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora Unesp.

- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Klein, M. (1957/2006). Obras completas de Melanie Klein, vol 3, *Inveja e Gratidão e Outros Trabalhos*. Rio de Janeiro: Imago.
- Koffes, S. (2001). *Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas*. São Paulo: Unicamp.
- Kondratiuk, C. C., & Neira, M. G. (2018). Ser babá do outro lado do oceano: cuidar dos filhos de outra família, outra língua, outra terra. *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, 3 (8), pp. 686-710.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.B. (2001). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes (Trabalho original publicado em 1967).
- Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Presidência da República.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm
- Lei nº 19353/2015, de 8 de dezembro de 2015. Creacion del Sistema Nacional Integrado de Cuidados (SNIC) do Uruguai.
- Lei nº 7332/2016, de 14 de julho de 2016. Estabelece normas para o exercício da atividade profissional de cuidador de pessoa idosa, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.
- Lévinas, E. (1988). *Totalidade e infinito*. Lisboa: Edições 70. (Trabalho original publicado em 1961).
- Lima, R. C. B. (2014). A importância da babá na construção da subjetividade. *Primórdios*, 3 (33), 53-66.

- Lima, M. C., & Spellmann (2022). Desigualdade global, crise multidimensional e as falácias do desenvolvimento. *Caderno CRH*, 35, pp. 1-16. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.47583>
- Lira, T. S. V. (2021). *O sentido do trabalho infantil doméstico. Ser social: crise, fluxos migratórios e políticas sociais*, 23 (49), p. 496-514. <https://doi.org/10.26512/sersocial.v23i49.32276>
- Lucas, R. A. (2022). *Narrativas de mães e filhos: vivências familiares na pandemia de Covid-19*. [Dissertação de Mestrado], Pontifícia Universidade Católica de Campinas. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16512>
- Martin, E. (2006). *A mulher no corpo – uma análise cultural da reprodução*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Minayo, M. C. De S. (2021). Ética das pesquisas qualitativas segundo suas características. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 9(22), 521-539. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2021.v.9.n.22.506>
- Miranda, J. J., Timo, A. L. R., & Belo, F. R. R. (2019). Crítica à teoria da maternidade em Winnicott: é preciso ser mulher para cuidar de crianças? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, 1-14. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003176863>
- Moraes, C. J. A. (2017). *Tornando-se pai: narrativas de casais grávidos sobre a transição para a paternidade*. [Tese de Doutorado]. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15758>
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Bahia: Editora Devires.
- Organização Internacional do Trabalho. Convenção nº 189, de 16 de junho de 2011 sobre o trabalho decente para os trabalhadores domésticos.
- Organização das Nações Unidas no Brasil (2015). A Agenda 2030. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>

- Patriota, G. F. R. & Alberto, M. F. P. (2014). Trabalho infantil doméstico no interior dos lares: as faces da invisibilidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14 (3), p. 893-913.
- Pereira, B. P. (2011). *De escravas a empregadas domésticas: a dimensão social e o “lugar” das mulheres negras no pós-abolição* [Apresentação de trabalho]. 26º Simpósio Nacional e História – Anpuh: 50 anos, I, São Paulo, SP, Brasil. http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308183602_ARQUIVO_ArtigoANP_UH-Bergman.pdf
- Pinheiro, L., Lira, F., Rezende, M., & Fontoura, N. (2019). *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua*. IPEA. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9538/1/td_2528.pdf
- Plastino, C. (2012). A emergência espontânea do sentimento ético como tendência da natureza humana. *Winnicott e-prints* [online], 7 (1), pp. 80-113.
- Politzer, G. (1998). *Críticas dos fundamentos da psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Editora Unimep. (Originalmente publicado em 1928).
- Posthuma, A. C. (2021). A economia de cuidado e o vínculo com o trabalho doméstico: o que as tendências e políticas na América Latina podem ensinar ao Brasil. In L. Pinheiro, C. Tokarski, A.C. Posthuma (Orgs.). *Entre as relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil*. Brasília: IPEA; OIT. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11044/1/Entre_relacoes_de_cuidado.pdf
- Razavi (2007). *The political and social economy of a care in a development context: conceptual issues, research questions and policy Options*. Geneva: UNRISD. <https://cdn.unrisd.org/assets/library/papers/pdf-files/razavi-paper.pdf>

- Ribeiro, D. V. A.; Azevedo, R. C. S.; & Turato, E. R. (2013). Por que é relevante a ambientação e a aculturação visando pesquisas qualitativas em serviços de dependência química? *Ciência & Saúde Coletiva*, 18 (6), pp. 1827-1834. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000600033>
- Ribeiro, L. J. (2018). *A experiência parental de casais homoafetivos: uma abordagem psicanalítica*. [Dissertação de Mestrado], Pontifícia Universidade Católica de Campinas. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15794>
- Ribeiro, L. J. & Granato, T. M. (2021). Preconceito e parentalidade? Experiências de casais homoafetivos. *Vínculo*, 18 (2), p. 228-245. <http://dx.doi.org/10.32467/issn.19982-1492v18nesp.p228-245>
- Ribeiro, L. J. (2023). *Preconceito e desumanização: experiência de maternagem de mulheres-mães lésbicas*. [Tese de Doutorado], Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas]. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/17041>
- Ribeiro, F. S., & Zornig, S. M. A. (2018). Amor materno e cuidado profissional. *Estilos clínicos*, 23 (3), 542-557. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v23i3p542-557>
- Rodrigues, B. C.; Gomes, I. C.; & Oliveira, D. P. (2017). Família e nomeação na contemporaneidade: uma reflexão psicanalítica. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 8 (1), p. 135-150. DOI: 10.5433/2236-6407.2016v8n1p135
- Saes, D. A. M. (2015). Capitalismo e processo político no Brasil: a via brasileira para o desenvolvimento do capitalismo. *Revista Novos Rumos*, 52 (1), pp. 1-19. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2015.v52n1.8481>
- Saffioti, H. (1978). *Emprego doméstico e capitalismo*. São Paulo: Vozes.
- Saffioti, H. (2013). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, B. S. (2008). *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.

- Santos, K. D. & Motta, I. F. (2014). O significado da maternidade na trajetória de três jovens mães: um estudo psicanalítico. *Estudos de Psicologia*, 31 (4), p. 517-525. <https://doi.org/10.1590/0103-166X2014000400006>
- Santos, Y. L. (2022). *Racismo brasileiro: uma história da formação do país*. São Paulo: Todavia.
- Segato, R. (2021). O Édipo negro: colonialidade e forclusão de gênero e raça. In R. Segato, *Crítica da colonialidade em oito ensaios* (pp. 211-246). Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo.
- Simon, R. (2015). A psicoterapia no século XXI: possibilidades, novas perspectivas, desafios. *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 23 (2), pp. 69-74. Recuperado de <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/6696-22832-1-PB.pdf>
- Silva, M. B. (2019). *Cuidar dos filhos dos outros: um estudo sobre babás e patroas na cidade do Rio de Janeiro*. [Tese de Doutorado], Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2019/06/Tese-Marusa-Silva1.pdf>
- Silveira (2015). “Eu sou os olhos dela”: as babás nas imagens, na praça ou uma etnografia do olhar. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 77, 95-111. DOI:10.7458/SPP2015773765
- Soares, A. (2012). As emoções do care. In H. Hirata, N.A. Guimarães (Orgs), *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. (pp 44-59). São Paulo: Editora Atlas.
- Sorj, B. & Fontes, A. (2012). O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social. In H. Hirata, N.A. Guimarães (Orgs), *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. (pp 103-116). São Paulo: Editora Atlas.
- Sorj, B. (2013). Arenas de cuidado nas intersecções entre gênero e classe social no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 43 (149), pp. 478-791. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200006>

- Sorj, B. (2014). Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia*, 26 (1), pp. 123-128.
- Stake, R.E. (2011). *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Porto Alegre: Penso Editora.
- Tavares, G. R. M. (2017). *O trabalho das babás: discutindo o care de crianças no ambiente doméstico*. [Tese de Doutorado], Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-25072017-102702/publico/tavares_do.pdf
- Taylor, A.; Lauro, G.; Segundo, M.; & Greene, M. (2015). *Ela vai no meu barco: casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultados de pesquisa de método misto*. Rio de Janeiro e Washington DC: Instituto Promundo e Promundo US. Disponível em: https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2015/07/SheGoesWithMyBoat_PT_Final_15SET.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2024.
- Turato, E. R. (2000). Introdução à metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Definição e principais características. *Revista Portuguesa de Psicossomática*, 2 (1), pp. 93-108. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28720111>.
- Turato, E. R. (2005). Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. *Revista Saúde Pública*, 39 (3), pp. 507-514. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102005000300025>
- Vieira, N. S., & Almeida, T. M. C. (2019). O trabalho doméstico e as babás: lutas históricas e ameaças atuais. *Soc. e Cult.*, 22(1), 135-156. <https://doi.org/10.5216/sec.v22i1.57899>.
- Visintin, C. N. & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2017). Maternidade e sofrimento social em mommy blogs brasileiros. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 19 (2), pp. 98-107. <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n2p98-107>

- Visintin, C. N. (2021). *Encontros com o cuidado infantil e maternidade: investigando imaginários coletivos*. [Tese de Doutorado], Pontifícia Universidade Católica de Campinas. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/15591>
- Visintin, C. N. (2023). *Experiência emocional de mulheres com mutação genética associada ao câncer de mama: estudo interdisciplinar*. [Tese de Doutorado]. <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16759>
- Windmoller, N. & Zanello, V. (2016). Depressão e masculinidades: uma revisão sistemática da literatura em periódicos brasileiros. *Psicologia em Estudo*, 21 (3), p. 437-449. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v21i3.31896>
- Winnicott, D. W. (2021). A observação de bebês numa situação padronizada. In D. W. Winnicott, *Da Pediatria à Psicanálise* (pp. 145–171). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1941).
- Winnicott, D. W. (2000). Ódio na contratransferência. In Donald Woods Winnicott, *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas* (pp. 277-287). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1947).
- Winnicott, D. W. (2019). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 13-51). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1953).
- Winnicott, D.W. (2022). A teoria do relacionamento pais-bebê. In D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador* (pp. 44-69). São Paulo: Ubu Editora. (Trabalho original publicado em 1960).
- Winnicott, D. W. (2022). Distorções do ego em termos de self verdadeiro e falso self. In D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 177–194). Ubu Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1960).

- Winnicott, D.W. (2022). Provisão para a criança na saúde e na crise. In D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador* (pp. 79-90). São Paulo: Ubu Editora. (Trabalho original publicado em 1962a).
- Winnicott, D. (2022). A integração do ego no desenvolvimento da criança. In D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador* (pp. 70-78). São Paulo: Ubu Editora. (Trabalho original publicado em 1962b).
- Winnicott, D. W. (2022). Os objetivos do tratamento analítico. In D. W. Winnicott, *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 212-218). Ubu Editora. (Trabalho originalmente publicado em 1962c).
- Winnicott, D.W. (2022). *Processos de amadurecimento e ambiente facilitador*. São Paulo: Ubu Editora. (Trabalho original publicado em 1965).
- Winnicott, D. W. (1994). O Jogo do Rabisco [Squiggle Game]. In D. W. Winnicott, *Explorações psicanalíticas* (pp. 230-244). Editora Artmed. (Originalmente publicado em 1968).
- Winnicott, D.W. (1989). The mother-infant experience of mutuality. In C. Winnicott, R. Shepherd, & M. Davis (Orgs), *Psychoanalytic Explorations* (pp. 251-260). London: Karnac. (Trabalho original publicado em 1969).
- Winnicott, D. W. (2019). O uso de um objeto e a relação por meio de identificações. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade* (pp. 141-153). Martins Fontes. (Trabalho originalmente publicado em 1969).
- Winnicott, D. W. (2019). O brincar: atividade criativa e a busca do self. In D. W. Winnicott, *O brincar e a realidade*. (pp. 91-107). Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1971).
- Winnicott, D. W. (2023). *Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil*. Ubu Editora. (Originalmente publicado em 1971).

- Winnicott, D. W. (1990). *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago (Trabalho original publicado em 1988).
- Winnicott, D. W. (2020). *O bebê e suas mães*. Ubu Editora.
- Yoshida, E. M. P. (2008). Significância clínica de mudança em processo de psicoterapia psicodinâmica breve. *Paideia*, 18 (40), pp. 305-216. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/paideia/a/hGDcTYxnZmbMKgydBpGGFpm/?format=pdf&lang=pt>
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.
- Zavaglia, M. M. (2020). *A experiência vivida de mães com filhos diagnosticados como autistas e sofrimento social*. [Dissertação de Mestrado], Pontifícia Universidade Católica de Campinas. <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16059>
- Zelizer, V. (2012). A economia do care. In H. Hirata, N.A. Guimarães (Orgs), *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. (pp 376-391). São Paulo: Editora Atlas.